

DAIANA ANDRÉIA BASTEZINI

**SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS TURÍSTICOS PARA
GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIEM O
PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE INSERIDA NO
DESENVOLVIMENTO DE URUBICI**

FLORIANÓPOLIS, 2011.

Daiana Andréia Bastezini

SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS PARA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE
SUBSIDIEM O PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA INSERIDA
NO DESENVOLVIMENTO DE URUBICI

Esta dissertação foi julgada e aprovada perante banca examinadora de trabalho final, outorgando ao aluno o título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.



Fernando Oscar Ruttkay Pereira, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:



Carlos Loch, Dr. – Orientador/Moderador
PósARQ/UFSC



Ayrton Portilho Bueno, Dr.
PósARQ/UFSC



Doris Van de Meene Ruschmann, Dra.
PósARQ/UFSC



Margarita Nilda Barretto Angeli, Dra.
PósARQ/UFSC

Florianópolis, 2011



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Tecnológico
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

DAIANA ANDRÉIA BASTEZINI

**SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS TURÍSTICOS PARA
GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE SUBSIDIEM O
PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE INSERIDA NO
DESENVOLVIMENTO DE URUBICI**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina,
como um dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Loch

FLORIANÓPOLIS, 2011

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as oportunidades e coisas boas que tenho colhido nesta vida.

A minha família que amo muito. Meus pais que colocaram o bem estar e educação de nós filhos como a prioridade maior. Aos meus irmãos que sempre estiveram presentes e compartilhando cada conquista.

Ao meu companheiro Pierry, que sempre me acompanhou nesta jornada na busca dos meus objetivos. Também a sua família.

Ao professor Carlos Loch, pela oportunidade, apoio, motivação, orientações e especialmente pelas suas coerentes exigências.

A equipe da Acolhida na Colônia que sempre apoiou o desenvolvimento deste trabalho: Dani, Thaise, Lúcia, Lucilene, Juliete, agricultores, especialmente ao Dilmo - coordenador da Associação em Urubici - e a sua família.

A minha amiga Marinês, parceira em todos os momentos, compartilhando conhecimentos, angústias e expectativas.

Aos colegas do laboratório, pela constante troca de experiências, informações e materiais. Ressalto o apoio da Manuela, Camila e Marcelo. Sem esquecer do Edi, sempre muito prestativo e interessando em auxiliar.

A Prefeitura de Urubici, em especial a equipe de Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Beatriz, Luiz, Irã, Antônio e José. Também a todos aqueles do município que contribuíram com a dissertação, cito especialmente a amiga Cláudia, pelo acolhimento e apoio no levantamento de dados.

A toda a equipe do Pós-grad, em especial ao Coordenador Fernando, a Secretária Ana e a ex-secretária Ivonete. Também aos professores que muito contribuíram com esta pesquisa, Margarita Barretto, Alina Santiago e Ayrton Portilho.

Aos professores membros da banca, pela disponibilidade em contribuir com este trabalho.

Enfim, a todos os meus amigos que de uma forma ou outra me apoiaram nesta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação buscou levantar dados relacionados ao turismo e sistematizá-los para a geração de informações referentes ao ordenamento e infraestrutura de Urubici. Na pesquisa bibliográfica, os temas abordados foram relacionados à caracterização do planejamento territorial e sua aplicação local e regional, assim como ferramentas de ordenamento territorial; as características do turismo, situação do planejamento nos destinos turísticos, elementos e instrumentos - como a cartografia e o Sistema de Informações Geográficas - que precisam ser considerados no planejamento. Além disto, abordou-se a relação da paisagem com o turismo e as políticas públicas no contexto do planejamento turístico. O objetivo geral foi sistematizar os dados para geração de informações que possibilitem subsidiar medidas passíveis de serem adotadas para a melhoria da infraestrutura turística no território de Urubici. Na metodologia foram coletados dados referentes ao contexto regional e local do planejamento, através da aplicação de formulários pré-estruturados de entrevistas; foram levantados em campo - com GPS e fotografias - os seguintes dados: a) os atrativos turísticos; b) a infraestrutura externa e interna do destino, especialmente focados no acesso, transporte e sinalização e c) equipamentos turísticos e de apoio. A partir do uso da fotointerpretação e da estruturação e sistematização dos dados, gerando as informações necessárias - tendo como resultados produtos cartográficos - foi possível identificar deficiências e necessidades de intervenções, assim como, foram realizadas proposições passíveis de ser adotadas no planejamento da atividade turística de Urubici.

Palavras chave: Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Turístico, Geração de Informações.

ABSTRACT

This research seeks to collect data related to tourism and systematizes them to generate information relating to planning and infrastructure of tourism in Urubici. In the bibliography research, the themes were related to the characterization of the territorial planning and its local and regional applications, as well tools for spatial planning; the characteristics of tourism, situation of planning on tourist destinations, elements and instruments – such as cartography and Geographic Information System – that must be considered in planning. Moreover, we dealt with the relationship of landscape to tourism and public policy in the context of tourism planning. The goal was systematize the data to generate information that allow support measures that might be adopted to improve the tourism infrastructure in the territory of Urubici. In the methodology, data were collected regarding the regional context and local planning through the application pre-structured forms of interviews; were collected in field – with GPS and photos – the following data: a) the tourist attractions; b) the external and internal infrastructure of the destination, especially focused on access, transport infrastructure and signaling and c) tourist equipment and support. From the use of photointerpretation and structuring and systematic data, generating the necessary information – resulting in cartographic products – was possible identify deficiencies and needs for interventions, as well as propositions were likely to be adopted in the planning of tourism in Urubici.

Keywords: Architecture and Urbanism, Tourism Planning, Generation Information

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	29
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO, TEMA E PROBLEMÁTICA	29
1.2 OBJETIVOS	31
1.2.1 Objetivo Geral	31
1.2.2 Objetivos Específicos.....	31
1.3 JUSTIFICATIVA.....	31
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	34
2 REVISÃO DE LITERATURA	35
2.1 PLANEJAMENTO FÍSICO TERRITORIAL.....	35
2.1.1 Caracterização do planejamento.....	35
2.1.2 O território considerando o planejamento e seu espaço físico	37
2.1.3 Planejamento territorial regional e local integrado.....	38
2.1.4 Ferramentas de ordenamento territorial.....	43
2.2 PLANEJAMENTO TURÍSTICO	46
2.2.1 Definições e caracterização do turismo.....	46
2.2.2 O desenvolvimento do turismo e a infraestrutura para as viagens	47
2.2.3 Situação do planejamento turístico nos destinos	49
2.2.4 Caracterização do planejamento turístico.....	51
2.2.5 Elementos a serem considerados no processo de planejamento do destino turístico	53
2.2.6 O uso dos mapas no planejamento turístico.....	57
2.2.7 Sistema de Informações Geográficas - SIG.....	59
2.3 PAISAGEM E TURISMO	63
2.3.1 Conceito de paisagem	63
2.3.2 A relação da paisagem e da atividade turística.....	65
2.3.3 A paisagem no planejamento turístico.....	66
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO BRASILEIRO	68
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	71
3.1 ETAPAS DA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO	73
3.2 APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	75
3.3 DIFICULDADES DA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO	77
4 ÁREA DE ESTUDO	79
4.1 CARACTERIZAÇÃO DE URUBICI.....	79
4.2 A ATIVIDADE TURÍSTICA EM URUBICI.....	82
4.3 PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA DE URUBICI.....	84

4.4	A ESTRUTURA PÚBLICA	85
4.5	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.....	85
4.6	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SERRA CATARINENSE.	87
5	ESTRUTURAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	95
5.1	CONTEXTO REGIONAL E LOCAL DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO.....	95
5.1.1	Subsídios para o planejamento turístico de Urubici	95
5.1.2	A situação do planejamento turístico local e regional.....	102
5.1.3	Conflitos que influenciam no desenvolvimento da atividade turística.....	103
5.2	ATRATIVOS TURÍSTICOS E ATRATIVOS POTENCIAIS... ..	105
5.2.1	Atrativos turísticos	108
5.2.2	Atrativos potenciais.....	123
5.3	ESTRUTURA EXTERNA DO DESTINO.....	130
5.3.1	Acessos Viários	131
5.3.1.1	<i>Acesso BR 282 / SC 430 (Florianópolis / Urubici)</i>	<i>131</i>
5.3.1.2	<i>Acesso BR 101 / SC 438 / SC 430 (Florianópolis / Urubici).</i>	<i>137</i>
5.3.1.3	<i>Acesso BR 282/ SC 430 (Lages/ Urubici).....</i>	<i>143</i>
5.3.2	Meios de transporte.....	148
5.4	INFRAESTRUTURA INTERNA DO DESTINO	149
5.4.1	Acesso	149
5.4.2	Meios de Transporte	151
5.4.3	Sinalização	151
5.4.4	Informações turísticas.....	152
5.4.5	Equipamentos de hospedagem	154
5.4.6	Equipamentos de alimentação.....	158
5.4.7	Equipamentos de apoio.....	160
6	CONCLUSÕES E PROPOSTAS	163
6.1	PROPOSTAS.....	163
6.1.1	Fluxograma do planejamento e gestão turísticos	163
6.1.2	Sistema de Informações Geográficas.....	165
6.1.3	Revitalizar elementos do patrimônio histórico-cultural e estruturar roteiros considerando outros segmentos turísticos potenciais.....	166
6.1.4	Articulação dos municípios para infraestrutura externa e regional dos destinos	167
6.1.5	Utilizar um padrão e inserir produtos cartográficos de qualidade no material promocional.....	167
6.1.6	Aproximação poder público e empreendedores	168

6.2 CONCLUSÕES	168
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177
APÊNDICE A – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA EQUIPE DA SECRETARIA DE TURISMO DE URUBICI E PRESIDENTE COMTUR	193
APÊNDICE B – EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	197
APÊNDICE C – EQUIPAMENTOS DE ALIMENTAÇÃO	201

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistemática da Lei de Base de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Carta Europeia	41
Figura 2 - Layout do SIG de Mirandela-PT	62
Figura 3 - Layer turismo.....	62
Figura 4 - Layers turismo e cultura	62
Figura 5 - Layers de ruas e serviços turísticos	63
Figura 6 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos.	71
Figura 7 - Localização do município de Urubici.....	80
Figura 8 – Nevasca na SC 430.	81
Figura 9 – Nevasca em Urubici.....	81
Figura 10 - Base da Aeronáutica no Morro da Igreja.....	82
Figura 11 - Reunião do planeamento estratégico de Urubici.	99
Figura 12 - Morro da Igreja e Vista Pedra Furada.....	108
Figura 13 – Portão da Aeronáutica no caminho para o Morro da Igreja.	108
Figura 14 - Ausência estacionamento no Morro da Igreja/Pedra Furada.	108
Figura 15 – Espaço utilizado para contemplação sem estrutura de mirante.....	109
Figura 16 – Espaço sem estrutura de mirante para contemplação do Morro da Igreja.	109
Figura 17 - Cascata Véu de Noiva.....	111
Figura 18 - Cascata Véu de Noiva.....	111
Figura 19 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	112
Figura 20 – Estacionamento da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.....	112
Figura 21 – Estacionamento da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.....	113
Figura 22 - Serra do Corvo Branco.	114
Figura 23 – Mirante da Serra do Corvo Branco.	114
Figura 24 - Cascata Avençal.	115
Figura 25 - Mirante com vista à Cascata	115
Figura 26 - Passarela de tábuas no caminho para o mirante da cascata.	115
Figura 27 – Acesso para Cascata Avençal.	116
Figura 28 – Painéis das Inscrições Rupestres.....	117
Figura 29 – Paineis das Inscrições Rupestres.	117
Figura 30 - Placa de Informações das Inscrições Rupestres.....	117
Figura 31 - Caminho para as Inscrições Rupestres.	118
Figura 32 - Passarela de madeira no caminho para as Inscrições	

Rupestres.....	118
Figura 33 - Igreja Matriz Nsa. Sra. Mãe dos Homens.....	119
Figura 34 - Área urbana de Urubici com destaque a Igreja Matriz.....	119
Figura 35 - Escultura em rocha.....	120
Figura 36 - Vista do Vale do São Francisco.....	120
Figura 37 - Erosão na trilha do Morro do Campestre.....	121
Figura 38 - Depreciação das rochas.....	121
Figura 39 - Trilha fechada pelo mato.....	121
Figura 40 - Estrada precária de acesso a Cascata Avencal.....	121
Figura 41 - Caminho para a Pedra Furada.....	122
Figura 42 – Nascente do Rio Canoas.....	122
Figura 43 - Campos dos Padres.....	122
Figura 44 - Pedra Pirâmide.....	122
Figura 45 - Acervo histórico de Urubici.....	123
Figura 46 - Acervo histórico de Urubici.....	123
Figura 47 - Queda Sítio Sete Quedas.....	124
Figura 48 - Queda Sítio Sete Quedas.....	124
Figura 49 - Caverna Rio dos Bugres.....	124
Figura 50 - Entrada caverna Rio dos Bugres.....	124
Figura 51 – Caminho para a caverna Rio dos Bugres.....	125
Figura 52 – Caminho para a caverna Rio dos Bugres.....	125
Figura 53 - Igreja Santa Terezinha.....	126
Figura 54 - Altar Igreja Santa Terezinha.....	126
Figura 55 - Memorial Beckhauser.....	127
Figura 56 - Memorial Beckhauser.....	127
Figura 57 - Moinho Família Ghizoni.....	128
Figura 58 - Casarão Família Ghizoni.....	128
Figura 59 - Casarão étnico de letos na área rural de Urubici.....	129
Figura 60 - Caverna Avencal.....	130
Figura 61 - Entrada BR 282.....	133
Figura 62 - 1º Placa BR 282.....	133
Figura 63 – Trevo de acesso à Santo Amaro.....	133
Figura 64 – Trevo de acesso à Rancho Queimado.....	133
Figura 65 - 1º Mirante na BR 282.....	134
Figura 66 - 2º Mirante na BR 282.....	134
Figura 67 – Trevo de acesso à Alfredo Wagner.....	134
Figura 68 - Museu Lomba Alta.....	134
Figura 69 - 1ª placa indicando Urubici.....	135
Figura 70 – Trevo de acesso à Bom Retiro.....	135
Figura 71 – Placa de informação apagada.....	135

Figura 72 – Placa parcialmente coberta pela vegetação.....	135
Figura 73 - Mirante sem estrutura e coberto pela vegetação.....	136
Figura 74 - Mirante coberto pela vegetação.....	136
Figura 75 - Bifurcação sem sinalização SC 430.....	136
Figura 76 - Bifurcação sem sinalização na BR 101.....	137
Figura 77 - BR 101 direção sul.....	140
Figura 78 – Pedágio na BR 101.....	140
Figura 79 – Trevo de acesso à Laguna.....	140
Figura 80 – Entrada de acesso à SC438.....	140
Figura 81 - Placa no trevo de Gravatal.....	141
Figura 82 - Placa no Trevo de Braço do Norte.....	141
Figura 83 - Museu ao Ar Livre em Orleans.....	141
Figura 84 - 1º trevo de Orleans.....	141
Figura 85 - 2º trevo de Orleans.....	142
Figura 86 – Trevo de acesso à Lauro Muller.....	142
Figura 87 – Portal da Serra do Rio do Rastro.....	142
Figura 88 – Mirante da Serra Rio do Rastro.....	142
Figura 89 - 1º placa de sinalização indicando Urubici.....	143
Figura 90 - Cachoeira na SC 438 em Bom Jardim da Serra.....	143
Figura 91 – Trevo de B. Jardim, com acesso a S. Joaquim ou Urubici.	143
Figura 92 - Pinus na BR 282.....	144
Figura 93 - Derrubada pinus BR 282.....	144
Figura 94 - Sinal de trânsito em Lages (BR 470 x BR 282).....	146
Figura 95 - Sinal de trânsito em Lages (BR 282).....	146
Figura 96 - Placa saída Lages.....	146
Figura 97 - Trevo com placa indicação.....	146
Figura 98 - Placa de acesso à Urupema.....	147
Figura 99 – Placa de indicação dos municípios da Serra.....	147
Figura 100 – Trevo de acesso a Bocaina do Sul.....	147
Figura 101 – Trevo de acesso à Rio Rufino.....	147
Figura 102 - 1ª placa de indicação à Urubici.....	148
Figura 103 – Trevo de acesso à Bom Retiro x Urubici.....	148
Figura 104 - Terminal rodoviário de Urubici.....	149
Figura 105 – Trajeto SC 439 sendo pavimentado.....	150
Figura 106 - Acesso à Cascata Avençal.....	150
Figura 107 - Estrada precária para a Cascata Avençal.....	150
Figura 108 - Estrada precária para a Cascata Avençal.....	150
Figura 109 - Sinalização interna do município.....	151
Figura 110 - Sinalização interna do município.....	151

Figura 111 - Central de Informações Turística.	152
Figura 112 - Material de promoção turística.	152
Figura 113 - Material manuscrito de Urubici para uso dos turistas. ...	153
Figura 114 - Pousada Beira Rio.	154
Figura 115 - Pousada Arroio da Serra.	154
Figura 116 - Pousada Invernada.	155
Figura 117 - Girassol.	155
Figura 118 - Pousada Vó Nair.	155
Figura 119 - Pousada Café e Mel.	155
Figura 120 - Restaurante Átrio.	158
Figura 121 - Churrascaria Tradição.	158
Figura 122 - Acervo Histórico.	160
Figura 123 - Prefeitura Municipal.	160
Figura 124 – Parque de Exposição.	160
Figura 125 - Central de Informações Turísticas.	160
Figura 126 - Prefeitura Municipal.	161
Figura 127 – Terminal Rodoviário.	161
Figura 128 - Fluxograma do planejamento e gestão turísticos.	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais atrativos que motivam a viagem.....	84
Tabela 2 - Principais atrativos que motivam a viagem.....	84
Tabela 3 - Índice de competitividade turística de Urubici.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa ilustrativo da descentralização de Santa Catarina	88
Mapa 2 - Relevo do estado de Santa Catarina	90
Mapa 3 - Vegetação de Santa Catarina	92
Mapa 4 - Vegetação do Parque Nacional São Joaquim.....	93
Mapa 5 - Atrativos turísticos e atrativos potenciais.	107
Mapa 6 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 282/SC 430).....	132
Mapa 7 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 101/SC 438/ SC 430).	139
Mapa 8 - Acesso Lages/ Urubici (via BR 282/ SC 430).	145
Mapa 9 - Equipamentos de hospedagem de Urubici.	157
Mapa 10 - Equipamentos de alimentação de Urubici.....	159
Mapa 11 - Equipamentos de apoio de Urubici.	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Potencial do SIG na resolução de problema no turismo.	61
Quadro 2 - Etapas da pesquisa de dissertação	73
Quadro 3 - Atrativos turísticos de Urubici.	83
Quadro 4 - Atrativos turísticos.	108
Quadro 5 - Atrativos potenciais.....	123
Quadro 6 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 282/SC 430).....	133
Quadro 7 - Acesso Florianópolis/ Urubici (via BR 101/ SC 438/ SC 430).	140
Quadro 8 - Acesso Lages/ Urubici (via BR 282/ SC 430).....	146
Quadro 9 - Equipamentos de apoio.	160

LISTA DE SIGLAS

AMURES - Associação de Municípios da Região Serrana

CEP - Convênio Europeu da Paisagem MTUR – Ministério do Turismo

CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONCIDADE - Conselho da Cidade

CONSERRA - Conselho da Serra Catarinense

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FGV - Fundação Getúlio Vargas

GPS - Global Positioning System

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGR - Instância de Governança Regional

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMT - Organização Mundial do Turismo

PNT - Plano Nacional do Turismo

PRESTO - Programa Regional de Serviço Turístico Organizado

REDE TURISOL - Rede de Turismo Solidário

SANTUR - Santa Catarina Turismo

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SISTUR - Sistema de Turismo

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

GLOSSÁRIO

Autóctone – residente; natural do local ou região.

Destino Indutor – é um destino com capacidade de induzir o desenvolvimento regional. Os destinos indutores no Brasil totalizam 65, sendo que em Santa Catarina foram selecionados 3 pelo Ministério do Turismo: Balneário Camboriú, Florianópolis e São Joaquim (este último na Serra Catarinense). O projeto Destino Indutores faz parte do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma Viagem de Inclusão, e visa estruturar os destinos para o mercado nacional e internacional.

Destino Referência – é um projeto do Ministério do Turismo (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010a, p. 5), o qual “visa o desenvolvimento de um destino por meio de um segmento, partindo do princípio de que o trade local deve estar organizado, com prioridades e estratégias definidas e com foco na competitividade”. O Destino Referência do Segmento Turismo Rural é composto pelos municípios de Anitápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Urubici, os quais integram a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

Devolutiva – devolução/apresentação dos resultados;

Turismo pedagógico - também chamado de turismo escolar, segundo Xavier (2006), consiste na condução de atividades educativas, de forma a alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística e de atividades recreativas.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO, TEMA E PROBLEMÁTICA

Planejamentos eficientes vêm sendo demandados nos mais diversos setores econômicos, sociais e ambientais. Embora existam iniciativas de elaboração de planos, há deficiências que não permitem resultados efetivos na resolução dos problemas (estruturais, ambientais ou sociais), que muitas vezes estão relacionados à falta de informações ou qualidade daquelas utilizadas para subsidiar a elaboração dos planos.

A atividade turística, pela abrangência de elementos na formação do produto de um destino demanda uma visão mais integradora, considerando as inter-relações entre os diferentes componentes do turismo e o seu ambiente, conforme ressalta Beni (1997).

Em função disto, o tema para esta pesquisa consiste na sistematização de dados para a criação de informações que possibilitem subsidiar a melhoria da infraestrutura turística do município de Urubici. A definição do tema é decorrente das evidências observadas pela pesquisadora, relacionadas à gradativa abrangência da atividade turística no município e região, tendo como consequência a insuficiência de infraestrutura adequada em função da falta de implementação ou ineficiência dos planos existentes.

Entende-se que para o desenvolvimento da atividade turística é primordial que exista um ordenamento territorial, pautado na sustentabilidade e no atendimento das demandas econômicas, sociais, culturais e ecológicas do espaço. Em contraponto, o local precisa atender a critérios essenciais para o desenvolvimento da atividade turística, caracterizando-o como destino passível de promoção e comercialização. Desta forma, o planejamento, pautado numa visão integradora, subsidiado por informações coerentes, demonstra-se a ferramenta essencial.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em: sistematizar os dados para geração de informações que possibilitem subsidiar medidas passíveis de serem adotadas para melhoria da infraestrutura turística no território de Urubici. Já os objetivos específicos, consistem em: a- caracterizar o município de Urubici em relação ao potencial da paisagem existente; b- espacializar atrativos e infraestruturas visando o potencial

turístico; c- analisar o processo de planejamento turístico territorial com vistas a identificar o seu potencial no município e região; d- levantar a situação das informações que subsidiam a tomada de decisão para ações relacionadas ao turismo de Urubici.

Considerando os objetivos e tema de pesquisa, temos como problema as seguintes questões: Quais os dados turísticos Urubici dispõe que possam ser utilizados para gerar informações ao planejamento turístico? Quais ferramentas serão utilizadas para realizar o levantamento de subsídios para uma proposta de estruturação turística de Urubici? Como os dados podem ser estruturados e sistematizados de forma que possam apontar deficiências e intervenções para a melhoria da infraestrutura turística de Urubici?

Com relação ao objeto desta pesquisa, Urubici foi escolhido em função da posição que atualmente ocupa no cenário turístico catarinense, por se tratar de um dos integrantes do Destino Referência do Segmento Turismo Rural, segundo o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão, do Ministério do Turismo (BRASIL - MTUR, 2007a) e pela atuação profissional da pesquisadora no município, que possibilitou a visão do potencial e deficiências do destino.

Urubici está distante aproximadamente 160 km da capital do estado de Santa Catarina e pertence à região turística Serra Catarinense, caracterizada como a mais fria do país e também onde se originou o turismo rural brasileiro. O turismo já está consolidado em alguns municípios, como Lages, Urubici e São Joaquim. Este último é destino indutor de turismo, também eleito pelo PNT 2007/2010.

Os elementos paisagísticos da região serrana, composto especialmente pelo relevo, vegetação (com destaque a araucária, que é um dos símbolos regionais) e pela hidrografia, aliados ao clima, são os grandes atrativos turísticos e a inserem nos cenários turísticos catarinense e brasileiro.

Considerando o objetivo geral da dissertação, para atingi-lo, foram aplicados alguns procedimentos metodológicos, sendo os tipos de pesquisa a exploratória e descritiva e realizada observação simples. A abordagem foi qualitativa e a técnica bibliográfica. Foram propostas 6 (seis) etapas do método, nas quais estão previstas coleta/levantamento, estruturação, sistematização de dados e análise das informações geradas, ao final as conclusões com algumas sugestões.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Sistematizar os dados para geração de informações que possibilitem subsidiar medidas passíveis de serem adotadas para melhoria da infraestrutura turística no território de Urubici.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a- Caracterizar o município de Urubici em relação ao potencial da paisagem existente;
- b- Espacializar atrativos e infraestruturas visando o potencial turístico;
- c- Analisar o processo de planejamento turístico territorial com vistas a identificar o seu potencial no município e região;
- d- Levantar a situação das informações que subsidiam a tomada de decisão para ações relacionadas ao turismo de Urubici;

1.3 JUSTIFICATIVA

Efeitos relacionados à falta de planejamento ou planejamento sem uma fundamentação adequada permeiam em algumas áreas, com destaque às questões relacionadas ao urbanismo e ordenamento das cidades e municípios, especialmente quando relacionado a uma política de regionalização.

A falta de visão holística e integrada são os grandes agravantes do histórico insucesso dos planejamentos, que influenciam no ordenamento urbano e territorial e no desenvolvimento da atividade turística. Beni (2006, p. 73), afirma que “o turismo, no Brasil, ainda não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por causa da falta de uma visão sistêmica e holística”.

No turismo, a falta de planejamento é comum, especialmente relacionada à falta de ordenamento territorial. A atividade frequentemente é apresentada como a “solução para o desenvolvimento econômico”, em função disto, desenvolve-se em destinos que não apresentam infraestrutura básica, acarretando, ao invés de resultados

positivos, efeitos irreversíveis de âmbito não apenas ambiental, mas também social, cultural e econômico. Da mesma forma, a ausência de um planejamento adequado pode inclusive acarretar o subdesenvolvimento da atividade, já que o destino não oferecerá os requisitos básicos para atender a demanda do turista.

Dentre os problemas relacionados à inadequada planificação turística, destaca-se a indisponibilidade de dados que possam caracterizar a estrutura do destino em nível regional e local, como deficiências na infraestrutura básica e turística, demandas de intervenções ambientais ou sociais, potencial paisagístico, entre outras.

A falta de cultura relacionada à geração de informações e, especialmente, do uso dos mapas e produtos cartográficos no fornecimento de subsídios constitui outro agravante visualizado no planejamento dos destinos turísticos.

Entende-se que trabalhar os dados e conhecer as informações é requisito primário para o desenvolvimento ordenado da atividade turística no território. Além disto, uma análise da estrutura física e uma contextualização do produto turístico a nível regional é uma demanda prioritária segundo as políticas públicas vigentes.

Antes de introduzir as motivações que levaram a realização desta pesquisa, é preciso mencionar que atualmente o norteador (do desenvolvimento turístico no país) dentre as políticas federais, é o Macroprograma de Regionalização do Turismo (BRASIL - MTUR, 2007a), foco das principais ações do Ministério do Turismo. Entretanto, a política de regionalização ainda vem encontrando deficiências para a sua efetivação. Os municípios ainda vêm desenvolvendo a atividade turística de forma isolada e individual.

Yázigi (1999), coloca que os municípios brasileiros possuem dificuldades para o desenvolvimento da atividade turística, pois, impera-se o individualismo no cenário político, fazendo com que dificilmente as municipalidades se organizem para um trabalho regional, onde, além de dividirem despesas, superariam fatores locais e políticos.

Pondera-se que Urubici, dentro deste Macroprograma de Regionalização, é reconhecido - juntamente com os municípios de Anitápolis, Rancho Queimado e Santa Rosa de Lima - como Destino Referência do Segmento Turismo Rural, selecionado pelo Ministério do Turismo, segundo o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão (BRASIL - MTUR, 2007a).

A posição no cenário nacional (por ser destino indutor) e por estar bem cotado no cenário catarinense, em função de possuir atrativos

considerados âncora do turismo no Estado e ser destacadamente um dos destinos do Brasil mais procurados na estação de inverno (em sétimo lugar segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo), foram pontos importante que motivaram a escolha de Urubici para a realização da dissertação.

O que também despertou interesse no Destino foi quando, em 2008, a pesquisadora prestou assistência técnica às propriedades rurais dos municípios que integram o Destino Referência, através de um convênio realizado entre a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (responsável pela gestão do destino) e Ministério do Turismo. A realidade observada foi de evidente potencial, tanto pela paisagem, clima e patrimônio histórico-cultural (especialmente imaterial), assim como a visualização de demanda turística consolidada e fluxo intenso especialmente na temporada de inverno.

Dentre os potenciais, o que mais chamou a atenção da pesquisadora foi o histórico-cultural, que despertou para uma primeira proposição de tema: “acessibilidade aos atrativos culturais”. Contudo, diante de uma análise mais aprofundada da viabilidade da pesquisa, deparou-se com problemas mais primários do destino, referente à falta de infraestrutura turística e uma diversidade de ineficiências genéricas do município. Além disto, foi observada a existência de vários planos (tanto turísticos como urbanos), que não se encontram sistematizados, desta forma, não sendo eficientes para a gestão municipal.

Em consequência deste panorama, foi então proposta e aplicada uma metodologia pautada no levantamento de todas as evidências que demonstrem o potencial e ineficiência da infraestrutura do destino turístico Urubici, sistematizando-as e criando subsídios para o planejamento sustentável da atividade.

A contribuição da pesquisa para a academia consistirá no uso e aplicação de técnicas cartográficas e de fotointerpretação, gerando e sistematizando informações que possibilitem subsidiar um planejamento eficiente, servindo de fonte de pesquisa para outros estudos semelhantes.

A proposta de sistematização de dados na geração de informação, num panorama mais amplo (local e regional) se complementa com as pesquisas já realizadas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, que foram realizadas por Walkowski (2008) - referente ao desenvolvimento de técnicas participativas no planejamento turístico - e Campos (2010) - que propôs a utilização de técnicas de geoprocessamento na gestão pública municipal.

Para Urubici, a contribuição refere-se às informações estruturadas e também nas propostas apresentadas ao final desta dissertação, no sentido de orientar o planejamento do destino e a melhoria da infraestrutura para o turismo.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em 6 capítulos, organizados na seguinte ordem:

Capítulo 1 – Introdução, onde são apresentados contextualização, tema, problema, objetivos e justificativa da pesquisa;

Capítulo 2 – Revisão de literatura, onde são abordados temas relacionados ao planejamento físico territorial: local e regional; planejamento turístico; ferramentas, elementos e instrumentos que podem ser utilizados no planejamento; a relação da paisagem com o turismo e sua abordagem no planejamento, assim como, as políticas públicas orientadoras do planejamento turístico;

Capítulo 3 – Procedimentos metodológicos, onde são descritas todas as etapas de coleta e levantamento de dados e, os procedimentos para a estruturação e sistematização dos dados para a geração das informações;

Capítulo 4 – Caracterização do objeto de estudo, onde são relatadas as características físicas, sociais e políticas de Urubici.

Capítulo 5 – Estruturação e sistematização de dados – neste item são estruturados e sistematizados os dados colhidos em campo, através da aplicação de formulários de entrevista, visitas *in loco* para mapeamento com GPS e levantamento fotográfico, aplicação de fointerpretação e análise de alguns planos e pesquisas relacionados ao turismo.

Capítulo 6 – Avaliação, proposições e conclusões – neste item são avaliadas as informações sistematizadas no item anterior, efetuadas proposições e sugestões para o planejamento e melhoria da infraestrutura turística e, realizadas as conclusões da dissertação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura encontra-se dividida em 4 itens, planejamento físico territorial, planejamento turístico, paisagem e turismo e políticas públicas para estruturação do turismo brasileiro.

2.1 PLANEJAMENTO FÍSICO TERRITORIAL

2.1.1 Caracterização do planejamento

Planejar tem por finalidade definir orientações básicas que direcionam políticas de uma localidade (estado, região ou organização), estabelecendo diretrizes norteadoras da tomada de decisões, metas a serem alcançadas e estratégias de ações. O planejamento consiste em um processo contínuo e dinâmico, com ações integradas, coordenadas e orientadas.

Para Bullón (2002), o planejamento sob o ponto de vista físico, tem por finalidade o ordenamento das ações do homem sobre o território, ocupando-se em resolver harmonicamente a construção de todo tipo de coisas, antecipando o efeito da exploração dos recursos naturais. Inclusive, ressalta que se originou pela necessidade de resolver problemas criados pelo uso anárquico do solo.

Trata-se de uma ação presente continuada, com projeções de resultados a curto, médio e longo prazo. Por meio dele é que se projetam os caminhos mais viáveis para se chegar ao futuro desejado para uma organização do território, destino, etc. Consiste em uma ferramenta de trabalho, que possibilita maiores garantias e resultados das decisões tomadas, propiciando o alcance de objetivos com menos recursos e num prazo adequado.

O planejamento, do ponto de vista de Buarque (1998), é um instrumento para a construção de uma proposta convergente dos atores e agentes que organizam as ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O autor caracteriza-o como um processo técnico e político. Técnico - por ser ordenado e sistemático, por utilizar técnicas de organização, sistematização, hierarquização da realidade e variáveis do processo e do esforço para produção e organização das informações referentes ao objeto e instrumentos de intervenção - e político - em função de toda a decisão e definição dos objetivos passarem pelos

interesses e negociações entre os atores sociais.

Esta visão política ressaltada pelo autor é de grande valia, quando considerados os conflitos e divergentes interesses dos atores que compõem o território ou organização a ser planejada, embora, tal característica muitas vezes seja desconsiderada no processo, prevalecendo o caráter tecnicista. Neste sentido, Oliveira (2006) coloca um equívoco que vem ocorrendo no Brasil. Segundo o autor, o planejamento ainda é visto como algo quase estritamente tecnicista, que uma vez tendo um plano certo, a implementação ocorrerá automaticamente. Coloca que o grande erro é a dissociação que se faz entre a elaboração e a implementação do planejamento.

Considerando que é na implementação que as variáveis (particularidades do território e conflitos de interesses) influenciarão nos resultados, fica evidente a necessidade de dissociar o planejamento da idéia de plano. Como traz Hall (2001), planejar envolve planejamento, decisão e ação, além de outros aspectos como: barganha, negociações, compromisso, coerção, valores, escolha e política. Para este autor, o planejamento com caráter físico ou espacial tem por objetivo preparar espacialmente as atividades (ou uso do solo), de forma que seja melhor do que o padrão sem planejamento.

Neste sentido, ressalta-se que não há um modelo genérico de planejamento, já que as particularidades do espaço podem influenciar na efetivação das ações, mas, há alguns princípios que podem ser considerados em contextos gerais, especialmente do ponto de vista territorial. Saraiva (2005) menciona 4 (quatro) que considera base, os quais podem ser adotados em diversas formas de planejamento, que são: não afetar negativamente a paisagem, ou afetá-las o menos possível; não destruir nem afetar negativamente o ambiente; não destruir nem afetar elementos indispensáveis para a continuidade da vida do homem sobre a terra e respeitar os monumentos e marcas culturais eventualmente existentes.

A partir destes princípios, o planejamento pode ser aplicado em diversas áreas, sejam físicas, sociais, administrativas, financeiras, entre outras. Considerando as áreas de aplicação do planejamento nesta pesquisa, analisar-se-á este com foco na ordenação físico-territorial nos níveis regional e local.

2.1.2 O território considerando o planejamento e seu espaço físico

Antes de aprofundar nas discussões de planejamento, é importante contextualizar o objeto (foco) e abrangência de atuação dele. Neste contexto, será considerado território o espaço onde ocorrem as práticas políticas, culturais, sociais, econômicas e produtivas que ocorrem dentro desta delimitação.

Do ponto de vista do território no conceito jurídico, Galvão (2007) menciona que se estende por todo o espaço físico sobre o qual o poder político se exerce, ou seja, é a porção da superfície de terras e águas pertencentes aos limites político-geográficos de atuação do poder do Estado.

Cardoso (2009) considera que o território, a territorialidade e o ordenamento territorial são conceitos que permitem interpretar a sociedade a partir das relações entre espaço e poder, apreendendo as dinâmicas sociais que perfazem as inúmeras compartimentações espaciais no mundo urbano contemporâneo.

Vale ressaltar que a conceituação de território sofre várias divergências, em função, especialmente dos pontos de vista das ciências físicas e sociais.

Santos e Silveira (2008) afirmam que território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. É entendido por eles como o *território usado*, que caracteriza como o chão da identidade, ao qual significa o sentimento de pertencer. O território é local fundamental, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício de vida. Santos (1997), coloca ainda que o território é compostos por firmas, instituições, homens, infraestrutura e meio ecológico.

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005), coloca que há um consenso (com poucas exceções), que reconhece o poder como o principal componente do território, embora, reconheçam também que é uma categoria social em análise.

Para Raffestin (1993), o território se forma com base no espaço, consistindo no resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, desta forma, à medida que o ator se apropria do espaço ele o territorializa.

Como o foco desta pesquisa não é discutir ou defender conceitos de território, mas sim compreender o objeto que integra as ações de planejamento, considerar-se-á o território em função da

delimitação política/jurídica (tanto local como regional), por fixar os limites do objeto deste estudo, mas serão consideradas as influências dos processos (sociais, ambientais e econômicos) de construção do mesmo.

No que se refere ao espaço, para Santos (1997), é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de ações, os quais são considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Segundo ele, no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que vão sendo, ao longo da história, substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados, até os cibernéticos, propiciando que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Entende-se neste estudo que o espaço é o objeto de construção do território, ou seja, é apropriação do espaço que gera o território.

Já o espaço turístico, segundo Bullón (2002) implica a presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que constituem a matéria prima do turismo. Além disto, o empreendimento e a infraestrutura turística são os definidores do espaço em qualquer país.

Camacaro e Molina (1999) referem-se ao espaço turístico como consequência da implantação físico-espacial dos elementos ou variáveis do sistema turístico, que geram uma organização específica, em um entorno determinado, onde se produz e consome a atividade turística. Dentro dos elementos que delimitam este espaço (tanto do ponto de vista físico-espacial e legal) encontram-se: os recursos naturais e culturais; as facilidades turísticas; acessibilidade e transporte; a demanda; a comunidade local; a infraestrutura e superinfraestrutura. Em relação aos elementos que qualificam o espaço e descrevem o seu contexto, encontram-se: a divisão político-territorial; evolução histórica; o sócio-econômico; a qualidade ambiental, os serviços básicos de equipamento urbano, o valor de posse da terra e o uso do solo.

Conforme já mencionado, o objeto do estudo é o território, neste contexto, tanto local como regional, desta forma, no item a seguir buscar-se-á descrever sobre o desenvolvimento do planejamento territorial integrado.

2.1.3 Planejamento territorial regional e local integrado

Esforços para promover o planejamento do desenvolvimento com foco na sustentabilidade estão ficando cada vez mais manifestos. Para tanto, há uma preocupação evidente em realizar um planejamento

pautado na integração dos potenciais regionais, ou seja, integrar a região planejando-a para a eficiência econômica, social e ambiental.

O planejamento territorial visa o desenvolvimento local ou regional, que segundo Wilson (2010, p. 1), tem por objetivo “a transformação dos sistemas produtivos locais, o incremento da produção, a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população.”

Entretanto, Boisier (1989) menciona que o planejamento não pode ser um processo exógeno, sendo necessário que seja interno e baseado em características particulares do local. Os componentes da região a serem envolvidos precisam apresentar características comuns, sejam geográficas, sociais, culturais, entre outras. É preciso referenciais comuns e complementariedade entre eles, por isso o processo precisa ser endógeno.

Neste contexto, Haddad (1980) afirma que há diversas questões que se colocam em torno das potencialidades e limitações do planejamento integrado. Uma das questões que vê como entrave é o diagnóstico que, segundo ele, demanda uma série de esforços, tornando-o, na maioria das vezes, extensos, restando pouco tempo para se pensar as questões estratégicas e alternativas de desenvolvimento, bem como a elaboração de programas e projetos.

Outro entrave, tanto do planejamento regional como o local, é a falta de visão integrada. As ações pontuais e setoriais estão presentes, especialmente no que diz respeito às questões urbanas. Spirn (1995) ressalta a falta de visão holística dos processos pelos planejadores, inclusive, cita a ocorrência de importações/transferências de tecnologias de planejamento, sem considerar as particularidades do local planejado. Não apenas Spirn, mas estudiosos da área como Hough (1995) e Costa (2008), também evidenciam a necessidade integradora dos elementos urbanos no planejamento.

Especialmente se tratando de município, são notáveis as ocorrências em que a planificação acontece dissociada do contexto mais amplo (região e estado). É com foco nestas questões problemáticas de planejamento que se consideram as colocações de Zapata (2007), que afirma que o planejamento deve ser participativo e flexível, com uma abordagem sistêmica e holística da realidade.

Não quer dizer que o planejamento deva exclusivamente ser regional, tornando desnecessário o local, pois ambos se complementam. O município deve ser planejado com base no contexto regional - estruturando-se com a finalidade de complementar - e o planejamento

regional focado na integração.

A Comissão Europeia, na busca pelo ordenamento territorial, através do Conselho da Europa, lançou a Carta Europeia do Ordenamento do Território (PORTUGAL - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1988), aprovada em 1984. Esta carta está baseada na cooperação internacional para a promoção deste ordenamento e, chama atenção para a necessidade de uma análise dos conceitos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais, com vistas especialmente para adoção de princípios comuns, visando reduzir as disparidades regionais e melhorar o uso e a organização do espaço, distribuição das atividades, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Há uma intensa preocupação em evitar a influência de objetivos econômicos de curto prazo, influenciando os aspectos sociais, culturais e ambientais. Além disto, é salientada a necessidade de adequar critérios para orientação e utilização do progresso tecnológico em conformidade com as exigências econômicas, sociais e ambientais. É garantida também a possibilidade de participação dos cidadãos europeus na introdução e aplicação das medidas de ordenamento.

No caso do ordenamento territorial europeu, o desenvolvimento acontece em todos os níveis políticos, conforme representado na Figura 1, existe um programa a nível nacional, um plano regional e planos intermunicipais de ordenamento territorial e, a nível municipal, o Plano Diretor.

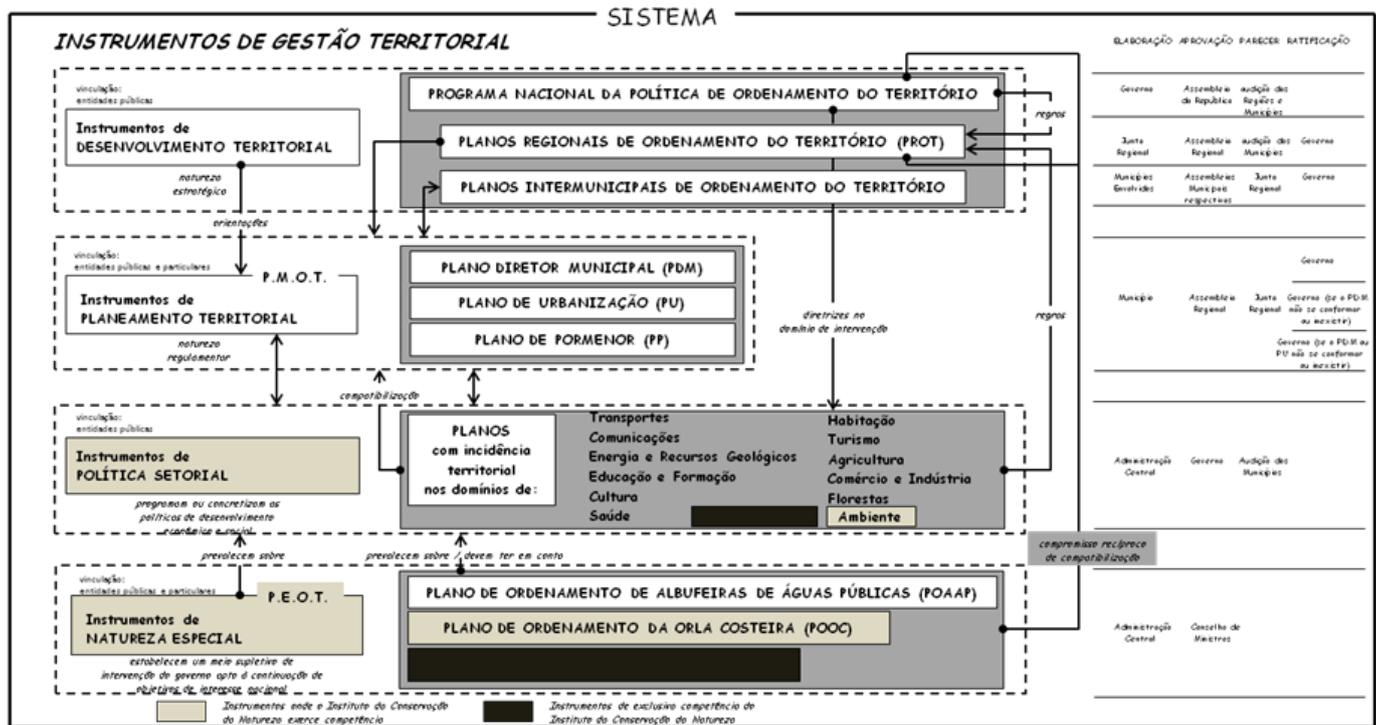


Figura 1 - Sistemática da Lei de Base de Ordenamento do Território e de Urbanismo – Carta Europeia
 Fonte: Ministério do Planeamento e da Administração do Território de Portugal (PORTUGAL, 1988).

Na Figura 1, é possível observar a visão integradora de todos os setores envolvidos em um processo de ordenamento territorial, além disto, percebe-se a coerência das políticas micro (municipais) com as macro (nacionais).

Jara (1998) ressalta a necessidade de compreender as dinâmicas e contextualizar o quadro de referências. Neste caso, ele refere-se ao município, por considerá-lo um sistema em constante movimento e aberto ao movimento desigual e combinado do capital no espaço, menciona como inevitável a análise das relações entre as diversas estruturas onde está inserido. Além disto, ressalta a demanda em entender a trajetória histórica que contribui para a organização do espaço territorial, procurando operacionalizar uma visão sistêmica da realidade, na qual o local seja articulado com o global e a parte com o todo.

Esta colocação de Jara deixa clara a necessidade do planejamento dentro de uma visão global, entretanto, não se deve desconsiderar que a análise das particularidades do local planejado é primordial. Um exemplo de planejamento local baseado na realidade e demanda endógena foi o realizado na região metropolitana de Barcelona. Segundo Forman (2004), para cada setor foi elaborado um plano base, onde estiveram incluídas as particularidades de cada uma. As atividades econômicas e seus impactos, assim como as possibilidades e iniciativas de redução dos danos foram consideradas, sendo que as opções apresentadas seguiram as características naturais de cada espaço e os cuidados que cada um demandou.

Para promover o planejamento local, dentro de um contexto regional, existem os Planos Diretores, que, conforme prevê o Estatuto da Cidade (IBAM, 2010), propiciam a promoção do ordenamento territorial adequado, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo. Fica evidente a competência para adotar as medidas que promovam o desenvolvimento territorial, com sustentabilidade cultural, social, política, econômica, ambiental e institucional. Desta forma, a estruturação interna propiciará o desenvolvimento regional integrado, com base na soma das competências e potenciais.

Ainda com foco nesta discussão, Fracassi e Francisco, (2010) afirmam que o planejamento territorial é geralmente pensado e discutido levando em conta principalmente as metrópoles, as cidades grandes e médias, embora, desconsidera-se que é nas pequenas que ele ganha destaque na regulação da produção espacial. Nestas cidades, a produção espacial intensifica ainda mais a relação como seu entorno (meio rural),

que se apresenta mais integrado e articulado com as áreas urbanas do que as cidades maiores.

Com vistas a pensar a viabilização do planejamento territorial, abordar-se-á no item a seguir sobre algumas ferramentas do ordenamento territorial.

2.1.4 Ferramentas de ordenamento territorial

O ordenamento do território demanda o planejamento pautado na implementação de ações de cunho sustentável. A necessidade deste processo é evidente em todos os níveis do território brasileiro. Atualmente, algumas políticas orientadoras vêm sendo apresentadas com vistas a pensar as cidades do ponto de vista da equidade social e sustentabilidade, como é o caso do Estatuto das Cidades.

O ordenamento territorial é uma disciplina nova e com conteúdos não bem definidos, num primeiro ponto de vista configura-se num “corte transversal”, afetando todas as atuações públicas com incidência territorial, dando a elas tratamento integrado (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Baseado na Carta Européia de Ordenamento do Território, o Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, José Manuel Nunes Liberato (PORTUGAL - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1988), afirma que ordenar o território é garantir que cada uma das parcelas tenha utilização conforme a sua vocação; é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional dos solos; é promover que a compatibilização ocorra de forma justa, sem a predominância de uma parte em detrimento das demais.

Para Wilson (2010), o objetivo do ordenamento territorial é alcançar uma estrutura espacial que seja adequada para promover e sustentar um padrão de ocupação do território, considerando as restrições ambientais, a saturação urbano-metropolitana e os vazios demográficos e produtivos.

O planejamento com foco no ordenamento territorial deve conter todas as medidas e determinações que vão permitir alcançar o futuro desejado. Pujadas e Font (2003) trazem dois tipos de planejamento, o **econômico** - que envolve basicamente o conjunto de

políticas econômicas com incidência territorial e a política regional dirigida a corrigir desequilíbrios territoriais e o desenvolvimento de regiões atrasadas – e o **físico** – que consiste basicamente na ordenação harmoniosa do uso do solo.

O planejamento físico-territorial exige um amplo conhecimento do campo a ser planejado. É indispensável que esteja baseado na realidade do território, com medidas condizentes com a demanda da sociedade envolvida.

Neste sentido, Saraiva (2005, p. 256), afirma que “pelo respeito devido aos cidadãos e para que o planejamento do território seja socialmente aceito, este haverá de resultar de considerações claras e fundamentais”. Deve abranger necessidades do espaço, os condicionantes naturais (que envolvem o relevo, o clima, os caudais dos rios, as marés, etc.) e incluir os comportamentos humanos (considerações econômicas e sociais).

Para conhecer o território a ser planejado, é imperativo reunir de forma abrangente as informações referentes a ele. Como colocam Júnior e Amorin (2007, p. 84), “diagnosticar e compreender o uso do solo urbano é uma das principais informações, senão a informação mais importante para o gestor ou planejador urbano”, segundo eles, é através dela que as características físicas, sociais e ambientais da cidade são apresentadas.

Para tanto, um importante elemento, considerado essencial, é o Cadastro Técnico Multifinalitário. Loch (2008) considera o planejamento um processo completo que visa o desenvolvimento de uma área, sendo imprescindível ao planejador conhecer a evolução dos mais variados temas que compõem as características da área em estudos. Neste sentido, o uso do Cadastro Técnico Multifinalitário contribui para o conhecimento desta área de forma aprofundada, tornando base sólida para que se execute o monitoramento, associando à análise das tendências antrópicas, as condições econômicas e as carências da área de estudo.

Entretanto, no planejamento territorial, a ausência de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é uma deficiência comum. Ele possibilitaria a visão holística dos problemas do território. Segundo Loch (2005), ele permite compreender desde medições (representando a parte cartográfica, até a avaliação socioeconômica da população), a legislação (leis vigentes em coerência com a realidade regional e local), além da parte econômica (considerando a forma mais racional de ocupação do espaço, desde a ocupação do solo até o zoneamento

urbano).

Segundo o autor, o cadastro técnico representa um vasto campo de atuação profissional, possibilitando mapeamentos temáticos (inclusive com finalidade turística). Desta forma, para que ele seja multifinalitário, deve atender ao maior número de usuários e criar produtos complexos e tecnologias que o tornem acessíveis aos profissionais que necessitem de informações sobre propriedade.

A utilização do cadastro contribuiria com a ordenação territorial - por exemplo, como prevê a Carta Européia de Ordenamento do Território (item 2.1.3) - possibilitando conhecer o território, identificar as parcelas e suas características, aí então desenvolver as atividades compatíveis com a sua vocação.

A fotogrametria e a fotointerpretação também são ferramentas importantes ao planejamento e ao cadastro. Fotogrametria é a ciência e tecnologia de obter informações confiáveis, através de processos de registro, interpretação e mensuração de imagens (ANDRADE, 2003).

Já a fotointerpretação, segundo Loch (2001), é definida pela Sociedade Americana de Fotogrametria como o ato de examinar e identificar em fotografias (tanto aéreas como de outros sensores), objetos ou situações aéreas (ou outros sensores) e determinar o seu significado. Segundo Schaefer (2004, p. 27) “na fotointerpretação temática, a imagem aérea é utilizada para um objetivo definido, em que se faz uso de técnicas de fotointerpretação para analisar um tema específico”, neste caso, podendo utilizá-la com foco no ordenamento turístico.

Através da fotogrametria e fotointerpretação, é possível identificar e reconhecer alvos na superfície terrestre de fotografias (aéreas ou terrestres) e imagens de satélites. No planejamento da atividade turística, por exemplo, podem ser utilizadas para levantar os aspectos geográficos, assim como o potencial paisagístico e a atratividade do destino.

A informação hoje é primordial ao planejamento, neste sentido, Hauzman (2001), destaca a importância para a atualização permanente dos dados, considerando as possíveis novas interferências que surgem ao longo do processo de planejamento e o grande dinamismo dos processos existente. Ela exemplifica com o tratamento das questões ambientais, onde é necessário, não apenas compreender a dinâmica dos processos naturais, mas a sua relação com a ação humana, que modifica estes processos.

Para possibilitar a existência de informações confiáveis e a

sua atualização constante, são elementos indispensáveis ao planejamento a cartografia e os SIG's (Sistemas de Informações Geográficas). Estes itens serão abordados nos itens 2.2.6 e 2.2.7, dentro do planejamento turístico.

2.2 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

2.2.1 Definições e caracterização do turismo

O turismo é uma atividade que vem gradativamente sendo apresentada como uma alternativa de promoção do desenvolvimento territorial. Diversas vezes citado em uma linguagem bastante coloquial e polêmica como “a indústria sem chaminé”, numa visão estritamente econômica.

Entretanto, Barretto (2001) enfatiza que a atividade turística não visa apenas geração de renda, mas está relacionada aos aspectos social e cultural, possibilitando ao ser humano conhecer novas culturas e enriquecer conhecimentos por meio das viagens, levando à busca de diferentes alternativas de lazer.

Relativo ao conceito de turismo, não há uma definição única e padrão, diversos estudiosos o descrevem de formas diferentes. Andrade (1995) considera que para os pesquisadores as terminologias de turismo estão passíveis de reformulações, pois, além de apresentarem algumas inexatidões, são expressões de alcance amplo, impedindo a tradução e o dimensionamento exato de teorias e técnicas que o fenômeno encerra em seus princípios e em suas operações.

Uma definição conhecida internacionalmente considera que o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante as viagens e estadas em lugares diferentes do entorno habitual, por um período contínuo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 1998).

Dentre as discussões em torno do conceito de turismo, há também quem defenda o modelo estrutural sistêmico, como Beni (1997), que afirma que o turismo é composto pelo conjunto das relações ambientais, estruturais e operacionais, componentes do SISTUR (Sistema de Turismo), sendo nas relações ambientais (subsistemas ecológico, cultural, econômico e social), onde se encontra a matéria prima do turismo.

Já Barretto (2007) defende que o turismo se assemelha mais

ao modelo rizomático, que é um elemento da botânica, um talo com uma constituição peculiar que se expande horizontalmente criando raízes, em qualquer parte. Espalham-se de forma pouco controlável e arbitrária partes de uma mesma planta que, ao mesmo tempo em que são independentes, podem ser cortadas e, por sua vez, gerar uma série de brotos com potencial de independência, ou seja, são subsistemas que se inter-relacionam independentemente (não estrutural).

Neste trabalho não será aprofundado o conceito ou caracterização do turismo, apenas, pondera-se sobre as divergências que ainda existem em torno deste fenômeno. Com este foco é que se buscará descrever a evolução da atividade turística, focando no desenvolvimento da atividade e a evolução da infraestrutura.

2.2.2 O desenvolvimento do turismo e a infraestrutura para as viagens

O início da atividade turística também é bastante polêmico, existem vários debates em torno deste tema. Alguns autores como Ignarra (1999) e Sampaio (2005), por exemplo, afirmam que o ato de viajar é bastante antigo, atribuindo o início pelas necessidades de ocupação e exploração e até comércio. Salgueiro (2002) retrata o *Grand Tour*, que consistiu em um fenômeno social típico do século XVIII (da cultura européia), caracterizado por viagens aristocráticas pelo continente europeu, como o “pontapé” inicial da atividade turística.

Já Magalhães (2002) afirma que o turismo organizado data do século XIX, afirmação sustentada por Barretto (2009), que menciona que as viagens organizadas começaram em 1841, quando o vendedor de bíblias Thomas Cook juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes de trem e levou os colegas a um evento contra alcoolismo em Leicester.

Sem pretensão de firmar uma data definitiva da atividade turística, analisar-se-á a atividade a partir do *Grand Tour*, caracterizando a infraestrutura dos destinos e as condições das viagens.

O *Grand Tour*, conforme afirma Salgueiro (2002) consistiu em viagens para a elite, geralmente filhos de famílias ricas, que seguiam da Inglaterra para países estrangeiros com finalidade de aprender outros idiomas e conhecer outras culturas. Estas viagens eram realizadas com muitas dificuldades, os transportes eram precários, não havia navios a vapor, além disto, no mar tinham que enfrentar as tempestades e

também piratas. Os trajetos em terra eram desconfortáveis, alguns locais inacessíveis para veículos de rodas (neste caso carruagens), sendo os visitantes carregados em cadeiras de viagens por carregadores montanheses. Também eram muito usados cavalos ou mulas, sendo trocados ao longo dos caminhos (para alimentação e descanso). Outro agravante, além da qualidade dos transportes e das estradas, é que havia no caminho ladrões e contrabandistas.

Em relação às acomodações, estas também eram precárias. Além da escassez, a qualidade das hospedarias era ruim, tanto em relação à estrutura (incluindo o mobiliário), como de higiene. Faltavam locais para comer e preparar as comidas.

Como no *Grand Tour* os agravantes eram os meios de transporte, com o surgimento do trem a vapor, no século 19, o turismo teve avanços. Foi com o auxílio dele que Thomas Cook organizou a primeira viagem (comprando e revendendo bilhetes de trem) e continuou organizando outras, inclusive com reservas em hotéis (BARRETTO, 2009).

Os avanços dos transportes facilitaram e diminuíram o tempo de viagens. Como afirmam Mesplier e Bloc-Duraffour (2000), depois da Segunda Guerra, especialmente depois de 1960, os transportes terrestres e aéreos revolucionaram os intercâmbios mundiais e permitiram o desenvolvimento do turismo de massa. Vale ressaltar que embora tenham tido avanços nos transportes, isto não garantiu a infraestrutura dos destinos. Cita-se o grande problema encontrado por Léo Lagrange na França que, segundo Boyer (2003) quando na tentativa de promover o turismo (não como atividade em si, mas com propósito de levar lazer aos trabalhadores, constituindo-se em um turismo social) enfrentou dificuldades com os meios de hospedagem, levando-o a apelar ao Exército para a criação de campings, para suporte ao público que era superior à estrutura disponível.

A falta de estrutura para receber o turismo de massa gerou desconforto aos locais turísticos. Alguns, segundo Boyer (2003), sofreram com o abandono pelas classes abastadas (dos privilegiados), os quais tiveram medo da invasão pela frente popular, levando-os a busca de novos destinos. Os espaços não comportavam estrutura para o público massivo, que era numeroso e não dispunham de recursos financeiros para serviços mais qualificados.

Além dos automóveis, Medaglia e Silveira (2010) destacam também os crediários para vendas dos transportes e alojamentos pelas agências e operadoras, sendo os facilitadores da ascensão do turismo aos

patamares de “indústria” global, tornando a prática mais acessível.

Considerando que a prática da atividade turística caracteriza-se pelo deslocamento do consumidor até o produto a ser consumido, os avanços e popularização dos transportes alavancaram o turismo. Entretanto, com a alavancagem ampliou-se também a demanda por infraestruturas e oferta de produtos e serviços, que nem em todos os casos foram atendidos, além disto, os efeitos da atividade turística ampliaram, despertando então a necessidade de planejar os destinos.

2.2.3 Situação do planejamento turístico nos destinos

Conforme explicitado na seção anterior, as viagens iniciaram sem a infraestrutura necessária para a prática do turismo, se concretizando em alguns destinos, mesmo sem os elementos demandados. Ou seja, o turismo desenvolveu-se sem planejamento, acontecendo de forma desordenada em consequência gerando efeitos indesejados em parte dos destinos mundiais.

Martins (2007) traz o exemplo de Portugal, onde, segundo ele, a identificação e a apropriação das potencialidades do território para que a atividade turística fosse desenvolvida ocorreram, na maioria das situações, antes do que a capacidade em reconhecer a importância do ordenamento do território, em criar e, sobretudo, em executar, de forma eficaz, as propostas preconizadas. Cebrián (2001) também coloca o risco do fenômeno turístico sobre um território identificado na Espanha, que se refere à possibilidade da conversão da atividade turística em atividade única, dominante.

Em relação à dominação da atividade turística como uma monocultura, Vries (1992) menciona o exemplo das Antillas, especificamente a região de Montserrat, onde o turismo absorveu os territórios que antes eram predominantemente agrícolas. Embora a agricultura familiar ou de subsistência tenha iniciado sua extinção com a política de produção agrícola para exportação (neste caso a monocultura de algodão), o turismo maximizou esta extinção. As terras antes usadas para produção agrícola foram ocupadas por equipamentos turísticos, ou então, parceladas e vendidas para segunda residência. Outro agravante do destino foi o desenvolvimento de outro padrão de consumismo, voltado a importações, desencorajando o comércio local, que não conseguiu atender o padrão demandado.

No mesmo exemplo da Antilhas, Erisman (1992) coloca que o turismo se apresentou como um neocolonialismo, além da já citada “monocultura”, ocorreu uma penetração estrangeira, monopolizando os serviços turísticos, acarretando um subdesenvolvimento local. O dinheiro gerado com a atividade, em sua grande maioria, sai do país através das redes de hotéis, restaurantes e empresas de transportes estrangeiras (neste caso norte-americanas).

A situação de Portugal e das Antilhas demonstram efeitos da atividade turística sobre os territórios sem prévio planejamento. No Brasil, existem vários exemplos dos efeitos da atividade turística. Um deles é de Angra dos Reis, ao sul do estado do Rio de Janeiro, onde a atividade turística se desenvolveu em função da natureza, que passou a ser, como coloca Corrêa (2011), “vendida” aos que tem condições de comprá-la, caracterizando a ocupação seletiva e excludente, gerando segregação do referido território.

A Ilha do Mel, no estado do Paraná também sofreu os efeitos do turismo desordenado. Como Sperb et. al. (2008) retratam, até 1970 a população vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo. A partir de 1980, ocorreram mudanças sociais e alterações na paisagem, em função do início do turismo, que se tornou a principal atividade. Segundo os autores, o destino é falsamente anunciado para “ecoturismo”, apesar de serem inúmeros os problemas em decorrência disto, dentre eles, consumo de drogas, violência, falta de saneamento, descaracterização da paisagem, entre outros.

Longe de generalizar, mas ressalta-se que exemplos do turismo desenvolvido de forma desordenada e a baixa ocorrência de planejamento são inúmeros.

A pesquisa realizada por Amorim et. al. (2009) demonstrou baixa incidência de planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão. Dentre as variáveis que se apresentaram como razões de forte influência ou determinantes para esta situação, foram apontadas a qualificação dos profissionais responsáveis pelo turismo em nível local e recursos financeiros.

Embora a demanda pelo planejamento turístico seja evidente em inúmeros destinos (para estruturação ou reversão da atividade turística desordenada), a atividade ainda continua sendo desenvolvida sem ele.

Para aprofundar um pouco mais nesta temática, no item a seguir, será caracterizado o planejamento como instrumento para o desenvolvimento no turismo, nas suas várias abrangências.

2.2.4 Caracterização do planejamento turístico

O planejamento turístico possui diversas características, uma delas refere-se a sua abrangência, que tanto pode ser a nível local, regional, estadual ou nacional.

No âmbito nacional, Molina e Rodríguez (2001, p. 86) afirmam que é “aquele cujas políticas são aplicáveis em todo o país”. Ou seja, são as políticas que servem de instrumentos orientadores das ações para a estruturação dos destinos, pautado num objetivo comum. Estas políticas serão descritas no item de políticas públicas.

Em relação ao planejamento a nível **regional**, para Organização Mundial do Turismo (OMT, 1998, 177) envolve a coordenação pelas entidades locais e superiores do território com vistas a promover a infraestrutura de acesso à região (rede de transporte) e comunicação, proporcionando também a “realização das entradas necessárias para a realização de atividades que promovam um determinado tipo de investimento público”. Também coloca (OMT, 2003) que por vezes, também envolve o estabelecimento de padrões de instalações e serviços e, outras vezes, a determinação de políticas regionais de investimento, com trabalho de marketing turístico regional.

O planejamento **regional** tanto é visto como o agrupamento dos municípios, conforme o autor acima, assim como o agrupamento dos estados, entendido por Molina e Rodríguez (2001, p.86), que afirmam ser “válido para uma grande região do país, com características físicas, econômicas e sociais semelhantes”.

Em relação ao planejamento **estadual**, Molina e Rodríguez (2001) o definem como aquele dentro dos limites do estado e o **local** compreendem aquele realizado nos limites do município.

Entretanto, o que deve ser considerado como fator principal no planejamento turístico é o fato de que é sobre os núcleos receptores que a atividade vai impor maior gama de transformações, que são de caráter social e espacial. Para promover a acessibilidade dos turistas (aeroportos e rodoviárias), as infraestruturas são implantadas ou apropriadas; também são criadas infraestruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral para uso turístico, como menciona Cruz (2003, p. 25) “o turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer”.

Neste contexto apresentado, fica nítido que o destino turístico precisa ser amplamente pensado com base na realidade e características do local, preservando a integridade, sem degradar ou descaracterizar o

destino.

Um aspecto importante, trazido por Cebrián Abellán et. al. (2001), é que a planificação turística só é efetiva quando previne riscos tanto sobre o território como sobre a própria atividade. Para ele não é possível uma planificação turística do território quando a pretensão é se concentrar em maximizar benefícios em curto prazo. Além disto, deduz que só pode haver resultados sustentáveis e previsão de risco quando se unem planificação com gestão.

Para o foco na gestão turística, tanto local como regional, é imprescindível abranger o poder público (em todos os níveis), o privado, o terceiro setor e a comunidade, seguindo políticas estruturadas para desenvolvimento sustentável.

Fogaça (2008) coloca que o ideal da gestão de uma destinação turística se dá a partir de um modelo participativo, estando todos os agentes (público, privado e comunidade) buscando um objetivo comum, com estratégias/ações determinadas sob responsabilidade de cada um.

Para que o planejamento ocorra, faz-se necessária a adoção de metodologias, desta forma, algumas etapas precisam ser seguidas para que se alcancem os objetivos propostos.

Para Ignarra (2003), as etapas para o planejamento consistem em:

- a) Diagnóstico;
- b) Prognóstico;
- c) Estabelecimento de objetivos e metas;
- d) Implantação do plano;
- e) Acompanhamento dos resultados.

Para Beni (1997), as etapas são:

a) Estudo preliminar – que proporciona a visão de ordenação geopolítica e administrativa; o inventário dos recursos, atrativos e equipamentos; perfil socioeconômico; estágio de desenvolvimento do turismo no local e as tendências do tráfego turístico.

b) Diagnóstico – é a análise dos recursos ambientais, naturais, patrimoniais e culturais e da estrutura econômica, político-institucional e infraestrutura urbana e de acesso; caracterização da estrutura social e das demandas atuais e futuras; identificação da situação atual do mercado e potencial turístico e do desequilíbrio entre oferta e demanda.

c) Prognóstico – possibilita a formulação de políticas e diretrizes de orientação e programas de ação; estabelece metas e projetos para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e adota programas para o desenvolvimento sustentável do produto turístico.

Há também elementos para serem considerados no processo, conforme traz Molina e Rodriguez (2001): **a) receptor** – grupo, objeto ou fenômeno no qual se pretende intervir; **b) agente do planejamento** – indivíduo ou entidade encarregada de conduzir o processo; **c) previsão** – relacionada com a avaliação antecipada de cenários e variáveis condicionantes; **d) informação** – aqui há preocupação centrada na determinação da quantidade e qualidade da informação necessária, inclusive confiabilidade; **e) objetivos** – são os elementos orientadores das ações; **f) meios para alcançar os objetivos** – referente à determinação de quais (quantitativo e qualitativo) recursos humanos, financeiros e físicos serão disponíveis; **g) prazos** – para se alcançar os objetivos propostos; **h) coordenação** – necessidade de fixar sequência às ações para obter maior rendimento dos recursos disponíveis; **i) eficiência** – cumpre a função de avaliar as vantagens e desvantagens das ações comprometidas no processo e **j) decisão** – processo constante, comprometido com as bases integradas pelos elementos mencionados acima.

Que o planejamento é um instrumento que permite orientar o desenvolvimento da atividade turística é evidente, entretanto, como coloca Silveira (2011), ele não é uma panacéia, responsável por solucionar os problemas ocasionados pelo desenvolvimento inadequado da atividade. Neste sentido, o autor também menciona que o planejamento, que tem por premissa básica os aspectos territorial, focado no uso do solo e recursos naturais, não pode se esgotar nisto, precisa de uma intervenção mais ampla sobre os subsistemas econômico e social.

Neste sentido, buscar-se-á no item a seguir focar no planejamento e estruturação do destino turístico.

2.2.5 Elementos a serem considerados no processo de planejamento do destino turístico

Antes de entrar na discussão do planejamento do destino, vale focar anteriormente no produto turístico, considerando que é o objeto de oferta que valida o destino.

Como produto turístico entende-se o conjunto de bens e serviços, acesso e atrativos, disponíveis ao turista (consumidor) de forma organizada. Segundo Montejano (2001, p. 313), caracteriza-se por integrar a hospedagem, transporte, alimentação, informações turísticas,

atividades de cunho cultural, esportivo e/ou recreativo, entre outras, possuindo “características de qualidade, marca, prestígio, tradições diferenciais e funcionais, apresentação e tamanho”.

Ruschamnn e Bordini (2006) colocam que o produto turístico é composto de atividades e serviços, tais como alojamento, alimentação e bebidas, transportes, oferta de produtos locais, visitas e divertimentos, os quais estão diretamente relacionados à atração cultural ou natural.

A oferta turística ganha expressão a partir do conjunto dos elementos citados pelos autores acima, como coloca Ignarra (2003) eles isolados teriam pouco ou nenhum valor turístico, mas agrupados podem formar o “produto turístico”.

Para que o local torne-se destino turístico atrativo e estruturado, deverá ofertar promoção/informação do destino ao turista; acessibilidade; orientação para a chegada ao destino, além de todo o plano de marketing, atrativos e equipamentos turísticos e de apoio. O produto do destino mescla tangível com intangível, material e imaterial, possibilitando ao turista vivenciar experiências e sensações durante sua estada.

Para possibilitar o atendimento a esta demanda, ao mesmo tempo garantindo a integridade do local, Oliveira (2002) destaca alguns aspectos necessários, que o planejamento deve contemplar, como a) a preservação dos edifícios e monumentos históricos e dos recursos naturais, b) a preparação de mão de obra especializada e exigência de que os estabelecimentos turísticos empreguem o pessoal treinado; c) a oferta de incentivos fiscais e creditícios para quem deseja investir na localidade; d) os cuidados com a segurança pública, assim como o estabelecimento de normas de ocupação do solo. Estas são algumas das condições essenciais para que a atividade resulte em efeitos positivos para a localidade e seus habitantes.

O destino turístico pode ser uma região, cidade, bairro, ilha, o qual pode ser procurado pelos turistas com diferentes interesses, entretanto, existem alguns elementos indispensáveis para que o território ofereça a infraestrutura necessária e seja considerado um destino turístico.

Lohmann (2003) mencionam que uma região turística só se torna destino quando possui três características essenciais: **atratividade** – refere-se às características físicas como as belezas naturais ou mesmo algum tipo de evento; **amenidades** – consistem nos serviços básicos aos turistas, como hospedagem, alimentação, transporte, etc. e, **acessibilidade** – refere-se aos meios de transporte para o destino, a

distância psicológica (chegar ao local facilmente) e a possibilidade de reservar uma viagem para aquele destino específico (canais e distribuição). Segundo este mesmo ator, o clima é um dos fatores mais importantes que influenciam a atratividade.

Giménez (2006) define cinco características do destino turístico, as quais devem ser consideradas no planejamento:

1º refere-se ao espaço geográfico homogêneo com características comuns (históricas, geográficas, antropológicas, sociológicas, etc.) e capacidade de suportar o planejamento.

2ª o destino deve possuir centralidade, consistir em um território que o turista tome como objetivo de visita (motivador);

3ª que o destino ofereça estrutura de serviços visando satisfazer as necessidades do visitante;

4ª imagem do destino - deve existir uma marca atrativa que traduza toda a oferta, facilitando a identificação no mercado, gerando também interação de afeto e sentimentos;

5ª deve-se dotar de uma função de comercialização conjunta (perspectiva institucional, cooperação vertical de marketing, visão estratégica ou plano comum).

É com base nestes elementos levantados por Lohmann e Giménez, que o planejamento de um destino deve ser focado. Ruschmann (1999) menciona mais alguns requisitos complementares, além dos já citados, considera também: a) transporte turístico e posicionamento geográfico em relação ao mercado que se pretende atrair (distância e tempo de deslocamento); b) existência de demanda turística potencial, com capacidade de viabilizar os investimentos efetivados ou a realizar no destino (motivações e condições econômicas); c) limitações ou restrições de viajantes (por exemplo, Cuba, que não aceita norte-americanos); d) critérios para divulgação e promoção do destino e, por último, e) a relação do preço na destinação visitada (há tendências na procura por preços mais acessíveis).

Os elementos acima relacionados são essencialmente necessários ao planejamento turístico, além disto, um aspecto importante no planejamento é a estruturação das segmentações turísticas do destino. Para Ansarah (2000) a segmentação é importante para identificar os clientes a partir de seus gostos e preferências. Esta autora (ANSARAH, 2002) propõe a segmentação com vistas na demanda turística, a partir de estudos e pesquisas do perfil do consumidor real, suas necessidades e desejos, bem como, na identificação da demanda potencial.

Já Montejano (2001), menciona que os produtos turísticos possuem tipologias relacionadas aos recursos turísticos de um lugar ou espaço, sendo que a tipologia é acompanhada por um segmento da população, que por motivações e necessidades são atraídos pelo produto que o destino oferece. Ou seja, o autor refere-se à segmentação como consequência da oferta (relacionado ao atrativo) disponível, que resulta na segmentação em função da procura pelo turista.

Dentre alguns dos segmentos relatados pelo autor (os quais são mais relevantes para a análise nesta pesquisa), encontram-se:

1- Turismo Rural (ou agroturismo) – é o conjunto de atividades desenvolvidas em contato com a natureza ou com a vida no campo, em populações rurais;

2- Turismo cultural – conjunto de atividades que se desenvolve com a finalidade de conhecimento e ampliação da cultura (ex.: contatos com museus, monumentos, manifestações culturais, participação em eventos culturais, etc.);

3- Turismo de aventura – esportes e atividades denominados de aventura, que se incorporam a atividade turística (ex.: *rafting*, passeios a cavalo, caiaque, etc.).

Além destes segmentos, ressaltam-se alguns apontados no caderno de segmentação de turismo, (BRASIL – MTUR, 2007b), dentre eles:

4 – Ecoturismo – segmento que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo também o bem estar das populações locais.

5 – Turismo religioso – atividade turística decorrente da busca espiritual e da prática religiosa, relacionado a religiões institucionalizadas. Também consiste em um sub-segmento do turismo cultural, conforme o MTur.

6 – Turismo étnico – segundo Smith (apud GOELDNER, 2002), tem como finalidade a viagem para conhecimento de expressões culturais e estilos de outros povos. Algumas das atividades realizadas nestas viagens são visitas a casas dos nativos, participação em rituais e cerimônias entre outros.

Outro segmento de turismo, importante ser citado neste trabalho, conceituado Bursztyń (2005) é:

7 – Turismo de Base Comunitária – definido como um turismo sustentável com foco principal no bem-estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora.

Existem diversos segmentos de turismo, porém, apenas alguns deste universo foram elencados acima, os que apresentaram mais afinidade com a dissertação.

Outro elemento importante a ser considerado no planejamento, especialmente com foco regional, são os corredores turísticos, os quais, segundo Bullón (2002, p. 97), são vias de conexão entre as zonas, áreas, complexos, centro, atrativos, pontos de entradas de turismo receptivo e as praças emissoras do turismo interno, que funcionam como estruturador do espaço turístico. Ou seja, são as redes onde se deslocam (passam) os fluxos turísticos.

Para auxiliar no planejamento turístico, considerando todos os elementos supramencionados e espacializando-os no espaço, o uso de mapas é indispensável, conforme item seguir.

2.2.6 O uso dos mapas no planejamento turístico

A atividade turística está diretamente relacionada à cartografia. A cartografia por ser uma ciência que representa graficamente a superfície terrestre, tem como seu produto final os mapas. Como define Joly (2005, p. 7) “a cartografia é a arte de conhecer, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas”. Da mesma forma, define que mapa “é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala”.

Na atividade turística, segundo Uller (2010) pode-se pensar na existência de duas cartografias para a finalidade turística, uma para quem irá realizar o planejamento turístico e outra para o usuário, ou seja, o turista. Para o autor é de suma importância que os profissionais entendam esta diferença para a produção de mapas.

O autor coloca ainda que o planejador se complementar de informações *in loco*, por exemplo, para verificação da demanda, levantamentos físicos dos locais e disposição de equipamentos e serviços etc. Já a cartografia para uso do turista, por ela denominada de cartografia turística, deve explicar com clareza e simplicidade as informações através dos mapas, pois é através “do conjunto de significados representados neste mapa turístico, através da simbologia, orientação e escala, que o visitante irá se guiar para conseguir chegar ao lugar desejado com mais facilidade e entendimento” (ULLER, 2010, p. 49). Contudo, relata que nem sempre isto ocorre, muitas vezes existem

erros na representação, impossibilitando a elaboração adequada dos mapas, cita inclusive que a elaboração destes é tratada de forma empobrecida.

Na etapa de planejamento, que é o foco principal desta pesquisa, os mapas são ferramentas de informações primordiais. O uso deles no planejamento turístico, segundo expõe Oliveira (2005) deve ser aplicado nas etapas do diagnóstico do potencial turístico de um lugar ou para a implantação de um espaço turístico (mapas para o turismo), na implementação ou consolidação de uma atividade turística (mapas para turistas) ou para avaliação da atividade (mapas sobre o turismo), para isto, se faz necessária que a linguagem e o tipo de representação da cartografia sejam adequados.

Entretanto, Oliveira (2007) afirma que embora a produção geográfica sobre o turismo venha apresentando interesse crescente, é notável nas publicações existentes que há um menosprezo em relação à aplicação das representações cartográficas como elementos de análise. O que geralmente ocorre é a utilização dos mapas como mera ilustração, apenas para localizar a área de estudos. Também refletem estes problemas no uso indevido ou insuficiente de outras representações gráficas, como diagramas e redes, especialmente as oriundas de dados qualitativos, a partir do tratamento gráfico-estatístico ou matemático-estatístico em SIG. A linguagem visual ainda é pouco explorada pela geografia do turismo.

Na atividade turística, os mapas temáticos, que são construídos sobre uma base cartográfica, segundo Martinelli (2006), expõem um tema, o qual deverá ser declarado no título, além disto, especificará “o quê?”, “onde” e “quando?”. Como expõem Lopes e Lopes (2007), a criação destes mapas nasce da necessidade do planejador obter uma resposta a partir da associação de informações conhecidas. Mapas temáticos diferentes podem ser complementares, auxiliando uma tomada de decisão específica, da mesma forma, a geração de mapas temáticos iguais (com certa periodicidade) podem se constituir em ferramentas imprescindíveis ao monitoramento dos resultados de uma decisão já tomada.

Rech et. al. (2011), afirmam que tanto para o conhecimento físico-territorial, como para elaboração de planejamentos estratégicos de marketing, fundamenta-se nos mapas temáticos. Os autores reforçam que são imprescindíveis produtos cartográficos de qualidade para um plano integrado de turismo, para tanto, a aplicação de métodos adequados na elaboração dos mapas, estará proporcionando uma

precaução técnica.

Em relação ao planejamento do contexto físico-territorial, para Rech (2009) os produtos cartográficos são ferramentas imprescindíveis no fornecimento de informações, embora no Brasil ainda exista o desconhecimento e a falta de cultura para uso destes produtos.

Esta autora destaca outro importante uso da cartografia, – neste caso especialmente a cadastral – na gestão territorial, caracterizando-se como uma ferramenta para estudos peculiares das localidades, possibilitando desenvolver produtos que podem ser aplicados como referência de estratégias para políticas públicas.

Em relação à utilização dos mapas em SIG, o item a seguir abordará de forma mais aprofundada este tema.

2.2.7 Sistema de Informações Geográficas - SIG

O SIG é uma importante ferramenta, que auxilia no cruzamento de dados (tanto qualitativos como quantitativos), criando as informações necessárias, as quais subsidiam o planejamento. Entretanto, a utilização do SIG nos planejamentos é ainda incipiente.

Segundo Bittencourt e Elias (2006), o SIG, através de um sistema de computador construído, permite a captura, gerenciamento, análise, manipulação, modelagem e exibição de dados referenciados geograficamente para solucionar, planejar, gerenciar problemas e tomada de decisões.

Martinelli (2006) reforça que referente aos dados que interessam à elaboração de mapas, a tecnologia da informática que envolvia a cartografia assistida por computador evoluiu para os SIG's, os quais constituem dispositivos automatizados, para aquisição, gerenciamento, análise e apresentação dos dados georreferenciados que interessam ao espaço objeto de estudo geográfico, monitorados no tempo, proporcionando também simulações de eventos e situações complexas da realidade.

Segundo Medeiros (2008), existem dois tipos de informações que podem ser obtidas a partir de um mapa digital, que são: a informação espacial (geográfica ou de localização) - a qual descreve a localização e o formato do objeto geográfico, bem como sua relação espacial com outros objetos - e a informação descritiva sobre os objetos. Para este autor, os SIG's oferecem ao analista de dados uma visão inédita de seu ambiente de trabalho, onde todas as informações

disponíveis sobre um determinado assunto estão ao seu alcance, inter-relacionadas com base no que lhes é fundamentalmente comum: a localização geográfica. Desta forma, reforça a importância dos atributos estarem georreferenciados.

Na atividade turística, os SIG's têm grande utilidade. Um exemplo da sua utilização foi o SIG desenvolvido para a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), o qual objetivou subsidiar o redirecionamento da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, do Plano Diretor, visando o uso adequado do solo, assim como, considerando as unidades de conservação ambiental e possibilitando auxiliar projetos e a prática de ecoturismo no espaço (BUENO, 2007).

Segundo Sonaglio e Bueno (2009) o SIG permite a compatibilidade do turismo com outros sistemas municipais, servindo para aplicações integradas nas diversas esferas de políticas sociais municipais, além de possibilitar a minimização de muitas situações indesejadas no que se refere ao uso e ocupação do território em destinos turísticos.

Além disto, Souza e Fernandes (2007) retratam (com base em informações próprias unidas as de Bahaire e Elliot-White) um quadro (QUADRO 1) que evidencia o potencial do SIG na resolução de problemas inerentes ao negócio turístico.

Quadro 1 - Potencial do SIG na resolução de problema no turismo.

Natureza do problema	Aplicação dos SIG
Os agentes envolvidos nem sempre dispõem dos tipos de informação necessária a uma visão consensual e harmonizada.	Os SIG podem ser usados para uma inventariação sistemática dos recursos turísticos e uma análise de tendências.
Dificuldade em determinar níveis de desenvolvimento sustentado do turismo devido à complexidade da definição deste conceito.	Os SIG podem ser usados para monitorizar e controlar as actividades turísticas. Ao integrarem dados turísticos, ambientais, culturais e socio-económicos os SIG facilitam o controlo de indicadores de desenvolvimento sustentado.
Gerir e controlar o desenvolvimento tendo em conta capacidades, usos e competências.	Os SIG podem ser usados para identificar localizações adequadas e convenientes e áreas de conflito e de complementaridade.
O turismo é um sector com impactos que não podem ser facilmente revertidos.	Os SIG podem ser usados para simular resultados espaciais dos desenvolvimentos propostos e sensibilizar os agentes para as externalidades de suas acções.
O turismo é uma actividade dinâmica e causa mudanças que podem produzir conflitos intra e inter-sectoriais que podem afectar os seus recursos.	Os SIG permitem a integração de dados representativos do capital socio-económico e ambiental num dado contexto espacial. Os SIG assumem um papel preponderante no planeamento estratégico espacial.
Excesso de níveis de direcção e controlo no desenvolvimento do turismo, o que conduz a desacordos.	As funções dos SIG de apoio à decisão permitem argumentos mais informados, o que aumenta o compromisso e a resolução. Isso pressupõe uma abordagem coerente de planeamento e controlo.

Fonte: Souza e Fernandes, 2007.

Os mesmos autores relatam que ao longo dos tempos tem-se revelado várias utilidades para os SIG's no planeamento, para identificar áreas de maior potencial turístico; para inventariação, cartografia e identificação de áreas de influência; desenho e monitoramento do desenvolvimento turístico; para suporte do negócio turístico e da dinâmica dos agentes envolvidos, entre outros.

Na Europa percebe-se que a utilização dos SIG's já é avançada. Um exemplo é o município de Mirandela (CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA, 2011), em Portugal, onde foi desenvolvido um SIG para gestão do ordenamento do território, o qual se encontra acessível ao público no site institucional. A Figura 2 demonstra o layout do SIG, com as opções de consulta, que consistem em: ambiente, demográfico, plantas de localização, indústria, ortofotomapas, proteção civil, Plano Diretor Municipal, patrimônio histórico; serviços, toponímia e turismo.



Figura 2 - Layout do SIG de Mirandela-PT
 Fonte: Câmara Municipal de Mirandela, 2011.

O sistema permite que sejam acessados os *layers* (camadas) desejados, por exemplo, na Figura 3 a seguir o *layer* acessado foi apenas o de turismo (incluindo alojamentos e postos de informações), já a Figura 4, foram acessados dois *layers*, de turismo (na cor amarela) e de cultura (museus, na cor azul):

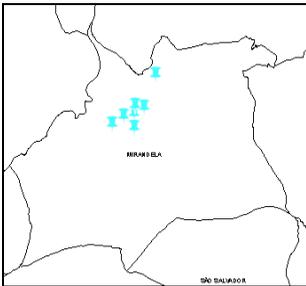


Figura 3 - Layer turismo
 Fonte: Câmara Municipal de Mirandela, 2011.

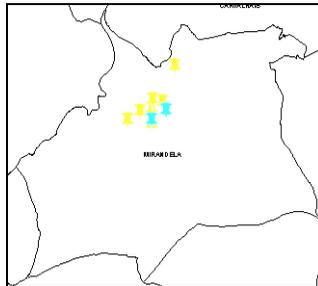


Figura 4 - Layers turismo e cultura
 Fonte: Câmara Municipal de Mirandela, 2011.

Todos os pontos destacados nas figuras estão georreferenciados, desta forma, permitindo ao usuário a informação da sua localização no mapa.

Na Figura 5, foram acessados os *layers* com nome de avenidas, cruzados com os *layers* de turismo (indicadores amarelos, dentro dos círculos vermelhos).

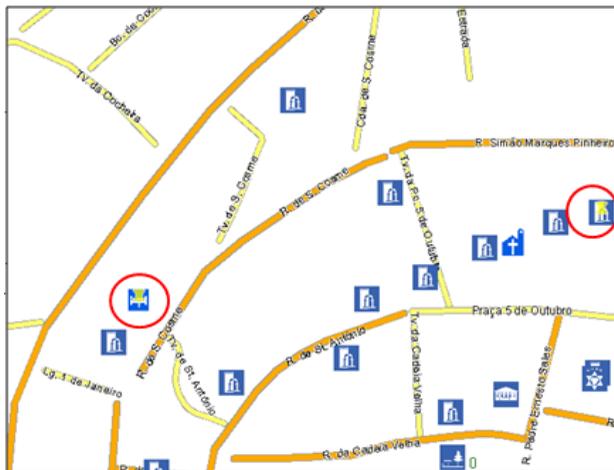


Figura 5 - Layers de ruas e serviços turísticos
 Fonte: Câmara Municipal de Mirandela, 2011.

Conforme retratado nas figuras acima, os SIG's permitem o cruzamento de diversas informações, que são pertinentes ao desenvolvimento da atividade turística.

A paisagem consiste, também, em um dos elementos importantes para ser considerado na atividade turística, com capacidade de gerar tais efeitos ao desenvolvimento da mesma. Desta forma, no item a seguir será abordada a relação desta com a atividade turística.

2.3 PAISAGEM E TURISMO

2.3.1 Conceito de paisagem

A paisagem é um elemento fundamental no estudo da arquitetura e do turismo, focos de abordagem desta dissertação. Para tanto, buscar-se-á levantar alguns conceitos que caracterizem esta temática.

Para Pérez e Echániz (2009), paisagem é um termo que muitas vezes é utilizado coloquialmente, com flexibilidade e falta de especificidade, sendo difícil saber qual o significado atribuído a ela em cada momento. Esclarecem que os motivos são especialmente por se dar atenção ao caráter intuitivo que tem o conceito do que a construção sistemática do seu uso. Uma questão levantada pelos autores é o fato de

cada disciplina trabalhar o conteúdo da paisagem com o seu enfoque, tornando-a fragmentada, não há uma linha que trabalhe os diferentes enfoques da paisagem. Os autores sugerem aproximar as disciplinas que tratam da estética da paisagem e a que trata com foco territorial (como objeto material).

O conceito de paisagem surgiu na Europa, denominada de *landschaft* em alemão, *landscape* em inglês e *paysage* em francês. Entretanto, segundo Santos (2006), a tradução da palavra pelas geografias americana e britânica traduziu a palavra em alemão para *landscape*, apenas com o único significado de “paisagem”, quando na verdade (conforme entendeu Hartshome) os alemães deram a palavra dois sentidos, “paisagem” e “região”, desta forma, a palavra perdeu muito o seu valor, pois para os alemães a paisagem compõe-se de diversos elementos concretos do ambiente.

Considera-se aqui a paisagem, como define Suertgary (1999), baseado em Bertrand, como resultado sobre certa porção do espaço, combinação dinâmica de elementos interagindo uns sobre os outros (físicos, biológicos e antrópicos), tornando-a um conjunto único e indissociável em contínua evolução.

Para Bullón (2002, p. 120), a paisagem é definida como uma qualidade estética, adquirida pelos diferentes elementos de um espaço físico a partir da presença do homem como observador, animado de uma atitude contemplativa, buscando captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiúra.

Askasibar (1999), afirmar que a paisagem está composta por elementos envolvidos em processos que se estendem em várias dimensões. Menciona que uma parte envolve a dimensão física, material, onde o relevo ou a geomorfologia é o principal componente. Considera o relevo a matriz da paisagem, já que é a base para os elementos e processos. Segundo ele, para a análise se considera a interação entre os componentes e as pessoas, o que leva a segunda dimensão, que é a subjetiva e cultural. Também menciona a dimensão temporal, segundo ele, tanto a natureza objetiva como a subjetiva mudam com o tempo.

Bueno (2006) aborda em sua pesquisa a visão geossistêmica, a qual foi introduzida no Brasil por Monteiro (2001), dando ênfase à incorporação cada vez maior da atividade antrópica aos estudos ambientais. Considera também que as forças antropogênicas são decisivas na elaboração das paisagens.

A visão geossitêmica também é mencionada por Askasibar (1999), que afirma que vem da geografia física, tendo sido introduzida primeiramente por Sochava, consistindo em uma analogia ao ecossistema.

Na atividade turística, segundo Figueiredo e Manhi (2006), consideram-se as paisagens visível e perceptível, sendo as formas percebidas pelo homem, tendo o turista como agente qualificador, que considera além o feio e o bonito o diferente e exótico.

Pelas características da paisagem, ela possui uma relação direta com a atividade turística, conforme será abordado a seguir.

2.3.2 A relação da paisagem e da atividade turística

A paisagem na atividade turística tem papel fundamental. Ela é responsável pela atração da demanda, orientando fluxos turísticos aos destinos onde os elementos paisagísticos possuem mais destaque e significado.

Pires (2001a) afirma que se a motivação principal de viajar é o rompimento com a rotina (deslocando-se para lugares diferentes de residência) for verdadeira, a paisagem é o fator que melhor indica ao turista a tão desejada mudança de lugar. Para este autor, a paisagem e turismo são duas realidades intimamente relacionadas, sendo o primeiro elemento substancial do fenômeno turístico, consistindo em um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta.

Para Ruschmann (1997) a paisagem intacta e o clima encontram-se em terceiro lugar na ordem de importância das motivações que influenciam a escolha de um destino turístico, atrás de “lazer e recreação” e “descanso”.

Pires (2001b) coloca que a disposição e combinação dos elementos visuais ou categorias estéticas ou como expressão visual objetiva de uma paisagem, com associação a componentes naturais e humanos, podem proporcionar qualidade estética, as quais são avaliadas por quatro indicadores:

a) Diversidade – variedade paisagística de um determinado território;

b) Naturalidade – ausência ou insignificância dos elementos ou estrutura de origem humana;

c) Singularidade – existência de ocorrências de origem natural, manifestações de origem humana ou elementos visuais, como

unicidade, unidade, raridade, antiguidade, grandiosidade, excepcionalidade, beleza, amplitude visual, interesse histórico dentre outras características;

d) Amplitude das vistas – possibilidade de observar a paisagem em direção à linha do horizonte através de planos visuais. Propicia uma visão panorâmica de longo alcance/maior escala.

Também com relação aos tipos de paisagem rurais, o autor classifica a **campestre** (identificada em espaços abertos, definida pelo relevo plano a ondulado e pouco acidentado, com visualização ampla e sem barreiras visuais e o aspecto extensivo e monótono do uso do solo) e a **cultivada** (identificada em espaços com topografia plana, assim como acidentada, onde predomina o uso tipicamente agrícola do solo, nos diversificados tipo de agricultura). Já Hough (1995) menciona três tipologias de paisagens urbanas, sendo a primeira baseada no desenho formal (que pensa as questões estéticas da cidade); a segunda é a paisagem natural urbanizada (cresce nas cidades sem manutenção) e uma terceira (que estão em pátios escondidos, no alto dos telhados, como forças culturais espontâneas).

Com base nas colocações de Pires e Ruschmann, é visível a relação do turismo com a paisagem, desta forma, estas precisam integrar as ações de planejamento turístico.

2.3.3 A paisagem no planejamento turístico

O planejamento da paisagem é indiscutível no foco do desenvolvimento territorial. Um exemplo da sua importância reflete-se no Convênio Europeu da Paisagem (CEP), que segundo Naranjo (2009) é um tratado internacional patrocinado pelo Conselho Europeu. O Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino da Espanha (ESPANHA, 2011), informa que o propósito geral do convênio é incentivar as autoridades públicas a adotar políticas e medida a escala local, regional, nacional e internacional para proteger, planificar e gerir as paisagens européias com vista a conservar e melhorar a qualidade de vida e levar a população, instituições e autoridades locais e regionais a reconhecer o valor e a sua importância e fazer parte das decisões públicas relativas à mesma.

Desta forma, o CEP compromete-se a tomar medidas gerais de reconhecimento das paisagens; de definição e caracterização; de aplicação de políticas para sua proteção e gestão, de participação pública

e de integração das paisagens nas de ordenação territorial, assim como nas políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais. Também tomará medidas sobre a sensibilização, educação e formação de especialistas.

Em relação ao planejamento do ambiente e paisagem, focado na ordenação territorial, Bueno (2006, p. 63) menciona a exigência de uma adequada conceituação e instrumentação para a definição do papel e implementação da gestão do planejamento. Afirma ainda que “um planejamento do ambiente consequente deve ser entendido como um entrelaçamento inter, multi e trans-escalar, com uma visão ecossistêmica em três instâncias: ecossistemas urbanos, agroecossistemas e ecossistemas naturais”.

A paisagem é um importante elemento da atividade turística, como já supramencionado, capaz de orientar o fluxo turístico, desta forma, é um importante elemento a ser considerado pelo planejador da atividade turística, integrada a todas as ações de estruturação e ordenamento territorial.

Em função de a paisagem ser um valioso recurso natural e patrimônio cultural, vem adquirindo mais consideração pela sociedade, demandando gestão e proteção, para tanto, um amplo conhecimento desta é necessário. Para Gallur (2003), a qualidade ambiental se materializa na paisagem, sendo que sua qualidade e proteção se caracterizam como um dos pilares da educação ambiental e desenvolvimento duradouro dos territórios.

Conforme Ruschmann (1997), para a gestão turística com vista a salvaguardar a natureza, recomenda-se integrar os equipamentos turísticos às paisagens, através da regulamentação da construção de equipamentos; incentivo ao desenvolvimento da arquitetura adequada às tradições das localidades; zelo pelo equilíbrio entre os espaços explorados intensamente pelo turismo e aqueles que serão preservados, tanto local como regionalmente.

Numa análise relacionada ao adensamento, Nucci (2008), utiliza métodos que estão baseados em estudos realizados em ecologia e planejamento da paisagem, estudos estes que considera como uma contribuição ecológica e de *design* para o planejamento do espaço, onde se procura uma regulamentação dos usos do solo e dos recursos ambientais, salvaguardando a capacidade dos ecossistemas e o potencial recreativo da paisagem, retirando-se o máximo proveito do que a vegetação pode fornecer para a melhoria da qualidade ambiental.

Para melhor compreender o planejamento turístico e a

estruturação da atividade, será buscado, no item a seguir, levantar algumas políticas com este foco.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO BRASILEIRO

A abordagem das políticas públicas neste estudo é importante, visto que através delas é possível orientar o planejamento sobre um foco comum no país. Por políticas públicas se entendem ações propostas pelo Estado com finalidade de propiciar o bem coletivo da população. Estas políticas tanto podem ser a nível federal, estadual ou municipal, desde que conciliem os interesses múltiplos de uma comunidade.

Com foco no turismo, Becker (2002) afirma que em função da atividade ser ao mesmo tempo um potencial de desenvolvimento, e também um potencial de degradação do meio ambiente, uma política federal de turismo é importante, visto que serve como subsídio as outras esferas.

Segundo Vignati (2008, p. 77), “a política de turismo vem ganhando importância, à medida que se atribui ao turismo a capacidade de catalisar processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento socioeconômico”. Neste sentido coloca que o Estado deve ser um facilitador do processo, porém, não deve se limitar a este papel, mas sim, atuar também como um regulamentador e fiscalizador do setor em relação à qualidade e a responsabilidade ambiental e social.

Contudo, Yázigi (1999) ressalta que não adianta existir uma política formalizada em documento, quando se encontra sem ascendência em outros planos setoriais, isolada no plano de governo, sem cruzamento com as outras atividades da vida do governo.

Numa interpretação das colocações de Yázigi, fica claro que o turismo precisa estar inserido em um contexto maior, integrado, já que é característica da atividade o envolvimento de diversos setores.

É neste sentido que Molina (2005) faz suas críticas sobre as políticas governamentais nos países em desenvolvimento da América Latina e no Caribe. Para ele, são cometidos grandes erros, que impedem de obter do turismo um maior proveito tanto social, como na rentabilidade privada. Coloca ainda que estes erros são um processo de aprendizagem e que já está na hora de profundas transformações. Dentre os erros apontados, coloca: a) existência de uma política setorial, que tem ilhado o turismo na relação com os outros setores; b)

desconsideração dos diversos atores do setor e em relação aos atores de outros setores; c) não apoio em instrumentos efetivos, ficando no discurso de planejamento; d) mutante (gestões), sem compromisso em longo prazo; e) desconsidera as realidades regionais; f) não tem alcançado a maximização dos valores dos atrativos por não tratar de maneira diferente os destinos e regiões; g) adoção de modelos que nem sempre tem sido bem instrumentados e adequados aos interesses dos países; h) não reconhece que os ganhos provêm das pessoas e não dos atrativos ou produtos e serviços; i) políticas apoiando o desenvolvimento com ênfase em grandes empresas, promovendo um crescimento empobrecedor e j) abertura comercial sem políticas dirigidas a fortalecer o emprego e o mercado interno.

Ainda em relação à caracterização das políticas, Barretto (2003) coloca que as políticas públicas são ações do estado orientadas para o interesse geral da sociedade, sendo que no turismo o papel delas é de propiciar o desenvolvimento harmônico da atividade, cabendo ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a básica urbana e prover de superestruturas jurídicas (como secretarias ou semelhantes), com o papel de planejar e controlar os investimentos do estado, para que retornem como benefícios a sociedade.

Adentrando a questão do planejamento nas políticas públicas, Clarino (2008, p. 32) afirma que este “insere-se de uma questão emergente, principalmente tratando-se de políticas públicas, dada sua capacidade de direcionar um conjunto de ações sobre o território”. Menciona que para pensar o território numa escala federal, criando políticas que guiem o desenvolvimento das práticas em cada situação, exige abstração e generalização. Reforça que devido ao universo complexo de relações e interesses é necessário pensar o planejamento da atividade e o ordenamento territorial, em suas diferentes escalas, via políticas públicas.

Ainda com foco no planejamento, Fratucci (2009) menciona que políticas públicas direcionadas para o (re) ordenamento dos espaços turistificados deveriam observar e atender as necessidades e demandas de cada um dos seus agentes produtores, para estimular um processo de desenvolvimento sustentável e duradouro para os destinos turísticos. Neste sentido, é necessário um esforço para o entendimento das combinações existentes e possíveis entre as diversas lógicas de apropriação dos espaços, pelos agentes produtores do turismo contemporâneo, indicando a emergência de revisão nas escalas de atuação daquelas políticas. As escalas político-administrativas atuais –

nacional, estadual e municipal – não são mais suficientes para atender as demandas e incorporar as oportunidades geradas pelo turismo a partir da ação dos seus agentes produtores, individual ou coletivamente.

Com relação às políticas públicas brasileiras, embora o objetivo não seja abordar o histórico, vale ressaltar que vem tendo avanços, os quais iniciaram a partir da criação de um ministério específico, que ocorreu no ano de 2003. Além disto, como coloca Ferreira (2010), o turismo teve avanços com a publicação do “PNT 2003/2010: Diretrizes, Metas e Programas” e com o “PNT 2007/2010: uma Viagem de inclusão”.

O PNT 2007/2010 teve por objetivo dar continuidade ao plano anterior, tendo em vista a necessidade de integração do Estado com o setor privado e sociedade organizada. Ele foi organizado em 9 (nove) macroprogramas, entretanto, o de maior destaque foi de regionalização do turismo, que é um programa estruturante do MTur, dentro do qual se encontram os projetos de planejamento e gestão de regionalização, inclusive dos destinos indutores e referência (ao qual integra o destino de Urubici, objeto desta pesquisa).

Baseado na proposta de regionalização, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SANTA CATARINA, 2010a), formulou o Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo do Estado de Santa Catarina 2010/2020, estruturado por região turística do estado (totalizando 9). O plano foi formulado para atender aos objetivos da lei 13.792 (que estabelece políticas, diretrizes e programas para turismo, cultura e desporto) e servir como ferramenta de gestão para contração de um plano operacional das regiões turísticas.

A proposta é que os planos sejam implementados no contexto regional, sendo assumido pelos municípios de cada região. Este cenário seria o idealizado por Yázigi (1999, p. 167) quando se refere às políticas de desenvolvimento urbano e regional do turismo, segundo ele: “a política municipal de desenvolvimento urbano regional teria de ser precedida por sua correspondente estadual, por sua vez atrelada à nacional”.

Ainda com relação às políticas nacionais, o PNT que ainda encontra-se em vigor é o 2007/2010, não tendo sido lançado o 2011/2014, desta forma, a política de regionalização continua sendo a principal diretriz do planejamento da atividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foi realizado um levantamento de dados, os quais foram sistematizados para geração de informações que possibilitem subsidiar medidas passíveis de serem adotadas para melhoria da estrutura para o turismo. Para alcançar o objetivo geral da dissertação, foi seguido o fluxograma da Figura 6.

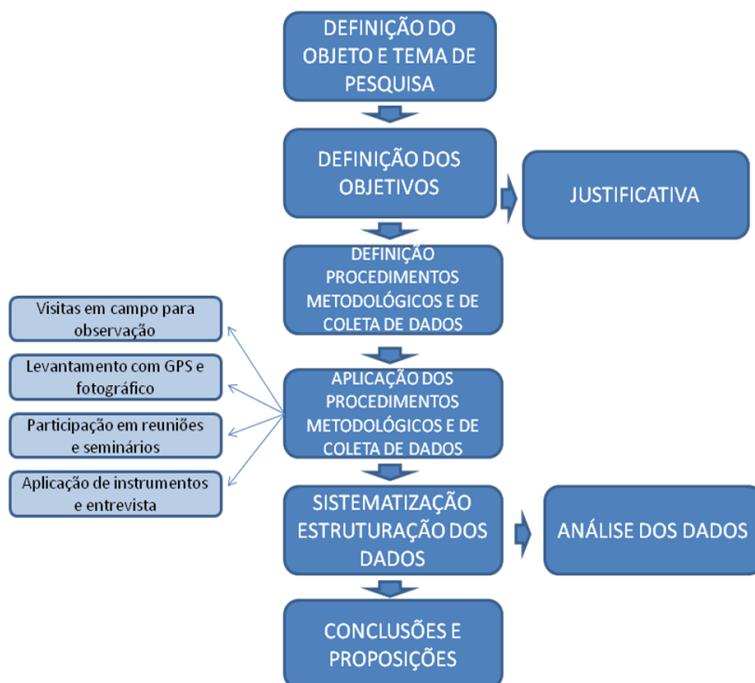


Figura 6 - Fluxograma dos procedimentos metodológicos.
Fonte: autora, 2011

Os tipos de pesquisas foram exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória “procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas experientes e análise de exemplos similares” (DENCKER, 1999, p. 124)

Já a pesquisa descritiva, para Marconi e Lakatos (1999), consiste na investigação de pesquisa empírica, cuja principal finalidade

é o delineamento ou análise das características de fatos, avaliação de programas, ou isolamento de variáveis principais ou chaves. Os autores consideram a possibilidade de utilizar métodos formais, assim como aproximar-se dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos. Para Richardson (1989), a pesquisa descritiva tem como objetivo investigar características de um fenômeno, possibilitando ordenação e classificação destes.

Também foi utilizada a observação simples, que se refere ao observador não se integrar a comunidade pesquisada. Segundo Gil (1999) neste tipo de observação o pesquisador permanece alheio, observando a situação que se pretende estudar de forma espontânea.

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa que, baseada nas afirmações de Dencker (1999), caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas: observação, entrevista em profundidade e análise de documentos. A utilização destas metodologias substancia a pesquisa, apoiando o pesquisador na realização de uma leitura minuciosa do objeto investigado, facilitando alcançar os resultados. Para Richardson (1989), ela é adequada para estudo de fenômenos sociais.

Para a coleta de dados, optou-se pela técnica bibliográfica, a qual foi aplicada para a elaboração da revisão de literatura, a partir de consultas em materiais publicados sobre o tema propostos na dissertação, sendo eles especialmente livros e artigos científicos.

Foram também aplicados formulários para levantamento de dados com representantes da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e o presidente de Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), conforme Apêndice A, além da aplicação de recursos para mapeamento, fotográfico e observação, através de saídas de campo.

Com base na metodologia proposta, a pesquisadora estruturou no Quadro 2 as etapas e procedimentos que utilizou para a aplicação da pesquisa de dissertação.

3.1 ETAPAS DA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO

Quadro 2 - Etapas da pesquisa de dissertação

Etapas	Descrição	Procedimentos
1 Coleta e estruturação de dados do contexto regional e local do planejamento turístico	Buscar-se-ão informações referentes a ações e projetos conjuntos da Região Turística Serra Catarinense, a qual é integrada pelo município de Urubici. Da mesma forma, verificar-se-á a atuação da Instância de Governança da Região (planejamento/projetos, estruturação e roteiros integrados, reuniões), o material promocional e infraestrutura turística. Da mesma forma, será analisada a estruturação e o processo de planejamento do destino.	1 Aplicação de formulário de entrevistas com representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo e presidente do COMTUR; 2 Participação em reuniões e eventos relativos às ações de planejamento turístico.
2 Levantamento de campo, caracterização e mapeamento dos atrativos	Serão levantados todos os atrativos turísticos do município, destacando os principais/de relevância. Os mesmos serão analisados, descritos (caracterização, estrutura, segurança, acesso e sinalização) e mapeados.	1 Levantamento por GPS – georeferenciamento dos atrativos e equipamentos; 2 Levantamento fotográfico e fotointerpretação.
3 Coleta de dados da estrutura externa do destino	a - Acessos - a qualidade dos principais acessos de Florianópolis até Urubici (via BR 282 e BR 101) e Lages até o referido município (via BR 282). Serão avaliados, desde a pavimentação, segurança (acostamentos) e apelo paisagístico (mirantes, belvederes...) b - Meios de Transporte – verificar-se-á a disponibilidade de transportes coletivos de linha fixa e meios de transportes	2 Levantamento por GPS - georreferenciamento dos pontos problemáticos e potenciais (segurança, sinalização e mirantes); 2 Levantamento fotográfico e fotointerpretação.

	<p>alternativos, disponíveis ao destino Urubici, a partir do aeroporto e de Florianópolis, São Joaquim e Lages, assim como, disponibilidade de horários.</p> <p>c - Sinalização - serão analisadas nos acessos ao município de Urubici as sinalizações turísticas, desde os principais municípios emissores (Florianópolis via BR 282 e 101 (via Bom Jardim da Serra) e Lages (via BR 282). A análise focará em dois pontos, a orientação e a informação (publicidade) do destino. Os locais com existência das placas ou demanda serão levantados.</p>	
<p>4 Coleta de dados da infraestrutura interna do destino</p>	<p>a - Acessos- a qualidade dos acessos aos atrativos turísticos serão avaliados, desde a pavimentação, segurança (acostamentos) e apelo paisagístico (mirantes, belvederes...);</p> <p>b - Meios de transporte – serão identificados os meios de transportes interno do município, disponíveis no destino até os atrativos e equipamentos. Verificar-se-á a disponibilidade de horários.</p> <p>c - Sinalização - serão analisadas as sinalizações aos atrativos turísticos do município, de todos os acessos existentes;</p> <p>d - Informações turísticas – serão analisadas a estrutura física da central de informações turísticas, funcionamento e o material promocional;</p> <p>e – Equipamentos turísticos – serão levantados os equipamentos de hospedagem e alimentação.</p> <p>f – Equipamentos de apoio –</p>	<p>1 Levantamento por GPS - georreferenciamento dos pontos problemáticos (segurança, sinalização e mirantes);</p> <p>2 Levantamento fotográfico e a devida fotointerpretação.</p>

	serão levantados equipamentos de apoio ao turismo (rodoviária, espaços para eventos, biblioteca etc.).	
5 Estruturação e sistematização dos dados, geração de produtos cartográficos de interesse ao planejamento turístico e análise das informações	Com base nos dados coletados por meio de entrevistas; participação em reuniões e seminários; levantamentos com GPS e fotográfico e aplicação de fotointerpretação, serão elaborados produtos cartográficos e estruturado um banco de dados – SIG, o qual servirá de subsídio à análise.	1 Geração de mapas; 2 Inserção e estruturação dos dados em SIG para gerar as informações e a análise; 3 Análise das informações.
6 Conclusões e propostas	As conclusões serão elaboradas a partir da análise. Com base na análise, serão sugeridas ações para melhoria do planejamento e infraestrutura turística de Urubici.	1 Elaboração de propostas 2 Conclusões;

Fonte: Dados do autor, 2011.

3.2 APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A aplicação dos procedimentos possibilitou a pesquisadora levantar subsídios que resultaram na estruturação e sistematização dos dados, gerando informações que possibilitaram a realização da análise. Os resultados de cada procedimento foram:

a) Entrevistas: as entrevistas foram aplicadas aos 5 integrantes da equipe da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, sendo eles: o secretário, dois diretores (dentre eles um com formação em turismo) e dois atendentes. Além destes, foi também entrevistado o presidente do COMTUR. A aplicação de cada entrevista durou aproximadamente 90 minutos.

As entrevistas possibilitaram identificar especialmente a situação do planejamento turístico a nível regional e local; os maiores atrativos turísticos e potenciais atrativos do município; a infraestrutura do destino e as informações que embasam a tomada de decisões do setor.

b) Participação em reuniões e seminários

A pesquisadora participou de 3 eventos, sendo:

1º reunião do planejamento estratégico de Urubici, dia 19 de abril de 2011;

2º reunião do projeto “Caminhos das Neves”, também no dia 19 de abril de 2011;

3º Módulo I - Competitividade do Destino: Posicionamento e Formação do Grupo Gestor, referente ao Projeto de Gestão & Planejamento de Destinos Turísticos, que aconteceu nos dias 18 e 19 de maio de 2011.

A partir da participação nestes eventos, foi possível identificar os projetos e planos que estão em andamento no território pesquisado e os envolvimento e relação dos atores (público x privado) nestas ações. Além disto, algumas deficiências também foram identificadas, especialmente no evento de competitividade, onde os índices apresentados demonstraram carências do destino.

c) Levantamentos em campo (visitas *in loco*) com GPS e fotográfico.

Para este levantamento a pesquisadora realizou visitas em campos, nos dias: 14 de novembro de 2010; 3, 4, 17 e 18 de março de 2011; 09, 16, 17 e 18 de abril de 2011 e 04 e 05 de maio de 2011.

No destino foram visitados os atrativos, equipamentos de hospedagem, alimentação e apoio, além do levantamento da infraestrutura geral do município (acesso e sinalização). No acesso externo (ao destino) a pesquisadora fez o levantamento das rodovias (atrativos, deficiências e sinalização), percorrendo os dois principais trajetos de Florianópolis até Urubici (BR 101 e BR 282) e o principal de Lages até Urubici (BR 282). O GPS possibilitou o identificar à localização exata destes elementos, através do levantamento das coordenadas geográficas.

O levantamento fotográfico resultou na geração de um acervo que posteriormente possibilitou a aplicação da fotointerpretação pela pesquisadora.

O GPS utilizado para o levantamento foi o modelo Ashtech Promark 2, do Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto da UFSC. Já as câmeras fotográficas foram: Panasonic Lumix, 5.0 megapixels, 6 x optical zoom uma SONY Cyber-shot 6.0 megapixels, 3x optical zoom.

d) Aplicação de fotointerpretação – com base no acervo a partir do levantamento fotográfico (fotos terrestres de curta distância), a pesquisadora aplicou a fotointerpretação, já realizando a análise, possibilitando a descrição da infraestrutura dos atrativos, rodovias e demais equipamentos.

e) Elaboração dos mapas temáticos e análise

Através das coordenadas geográficas obtidas através de levantamento com o GPS e das bases cartográficas obtidas com a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), foram elaborados os 7 (sete) mapas temáticos (de atrativos turísticos e potenciais, de equipamentos de hospedagem, de equipamentos de alimentação, de equipamentos de apoio; do acesso a Urubici por Florianópolis via BR 282; do acesso a Urubici por Florianópolis via BR 101 e do acesso a Urubici por Lages via BR 282).

Através dos mapas, aliados as fotos (fotointerpretadas) que foram relacionadas aos mapas, foi realizada a análise.

Ressalta-se que também foram buscadas, analisadas e sistematizadas informações junto a organizações como o Parque Nacional São Joaquim, setor de cadastro da Prefeitura Municipal de Urubici e através da análise de documentos e planos turísticos e urbanos.

3.3 DIFICULDADES DA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO

É pertinente abordar neste item as dificuldades para a realização da pesquisa, justamente por estarem diretamente relacionadas ao objeto principal desta dissertação, sendo elas:

1) disponibilidade de documentos referentes ao planos, pesquisas e projetos. Embora os representantes do órgão oficial tenham demonstrado disposição no atendimento das demandas da pesquisadora, em função da inexistência de um sistema de informações (seja ele informatizado, virtual ou físico), foi preciso recorrer a fontes externas ao município. Os documentos com maior dificuldade de acesso foram o Plano Acorde São Joaquim, o Plano Catarina (de Marketing da região da Serra Catarinense) e o Plano de Desenvolvimento da Serra Catarinense.

Evidencia-se que não apenas pela organização interna das informações no município, mas a acessibilidade se agravou em função da morosidade na disponibilização dos documentos pelos órgãos elaboradores ou por representantes das organizações regionais.

2) disponibilidade de imagens e mapas. O município não dispõe de mapas em escala adequada do seu território. Atualmente, foram elaborados alguns para o Plano Diretor, abrangendo apenas a área urbana, o que forçou a utilização dos mapas da EPAGRI para a realização da pesquisa, na escala de 1:50.000. Vale ressaltar, que as

imagens aéreas utilizadas pelo município são do Google Earth, inclusive, sobre as quais é feito o Cadastro Municipal.

Embora não tenham comprometido os resultados desta pesquisa, foram limitantes na amplitude da análise e contextualização do destino turístico Urubici.

4 ÁREA DE ESTUDO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DE URUBICI

Urubici encontra-se distante aproximadamente 160 km da Capital Catarinense. Sua ocupação aconteceu em 1915, pelos irmãos Manoel e Inácio Saturnino de Souza Oliveira (SANTA CATARINA, 2010b). O município teve a influência de diversas etnias, portugueses, italianos, alemães, africanos e letões.

A denominação de Urubici possui diversas versões. Um delas, segundo Urubici (2011a) é decorrente da língua tupi e corresponde “a terra mãe da água gelada” (*Y* - água, *Roy* – gelada, *Yby* – terra e *Sy* – mãe). Em outra versão, recebe esta denominação pelos índios que ocupavam o local antes da chegada dos colonizadores. Graças a um pássaro morto encontrado as margens de um rio, um índio exclamou para outro "Urubici!", querendo dizer "Olhe ali um uru – ave, Bici - nome do colega indígena (ACOLHIDA, 2011). A população do município é de 10.825, distribuída em uma área territorial é de 1.016,7 km².

Pertencente (segundo a divisão territorial do Plano de Descentralização do estado de Santa Catarina) a Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, também integra a Região Turística da Serra Catarinenses e a AMURES (Associação de Municípios da Região Serrana).

Urubici faz limite com outros 9 municípios: ao sul com São Joaquim e Orleans; a oeste com Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis; ao norte com Bom Retiro e nordeste com Rio Rufino. Sua localização no estado de Santa Catarina pode ser visualizada na Figura 7:

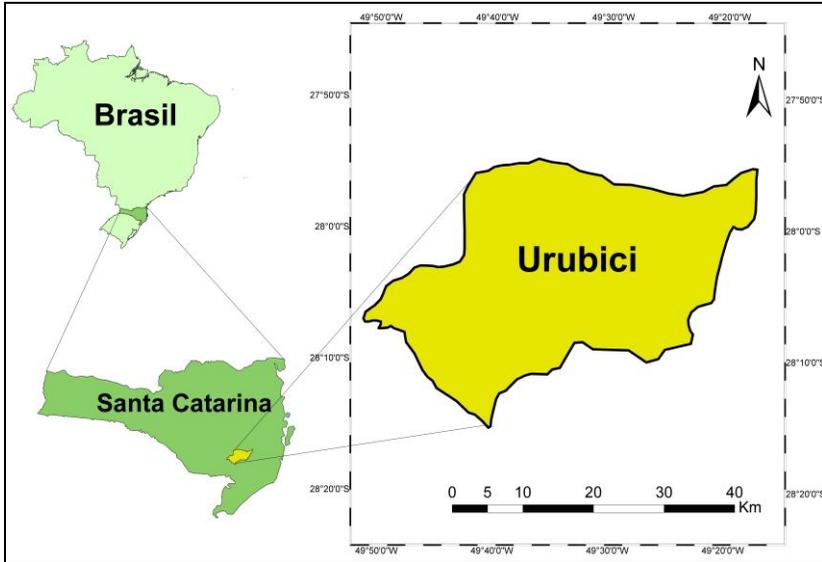


Figura 7 - Localização do município de Urubici

Fonte: Elaborado pela equipe do Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

Em relação aos seus aspectos geográficos:

1 - Sistema viário - os principais acessos à Urubici são pela Rodovia BR 282, interligada ao Norte com a SC 430 e pela BR 101 interligada ao Sul com a SC 438 (esta última passa pelo município de Bom Jardim da Serra onde dá acesso a um dos ícones do turismo do estado que é a Serra do Rio do Rastro). Não há opção de transporte até o município que não seja o rodoviário.

2 - Clima - é mesotérmico úmido, com temperatura média anual de $14,3^{\circ}\text{C}$, chegando frequentemente com baixas temperaturas no inverno, inclusive com incidência de neve, conforme as Figuras 8 e 9.



Figura 8 – Nevasca na SC 430.
Fonte: Gilson José Schmitz, 04/08/2010.



Figura 9 – Nevasca em Urubici.
Fonte: Gilson José Schmitz, 04/08/2010.

3 – Geologia – conforme afirma Israel (1991, p. 22) “o município de Urubici, do ponto de vista geológico, ocupa uma pequena extensão da área de domínio da Bacia Sedimentar do Paraná, onde afloram rochas do Paleozóico e Mesozóico, além de alguns sedimentos do cenozóico”.

4 – Geomorfologia – segundo Callado (2003, p. 77), “pode-se dizer que esta caracteriza-se por ser uma região montanhosa. Isto devido aos altos valores para as amplitudes altimétricas e encostas suficientemente íngremes que verificadas no Município.” Urubici está integrado ao Planalto de Lages e parte no Planalto Ocidental, também conhecido como Basáltico-Arenítico. Sua altitude é de 980 m acima do nível do mar, mas possui pontos que chegam a 1830 m, como é o caso do Morro da Igreja.

5 – Vegetação - a vegetação é basicamente de Floresta Ambrófila Mista e Campos. A araucária é um importante elemento da paisagem do município, além disto, o pinhão está fortemente presente na cultura culinária de Urubici, inclusive representado em eventos relacionados ao movimento *Slow Food*. Segundo Israel (1991), em decorrência da ação antrópica a vegetação originária do município sofreu descaracterização, especialmente por derrubadas para extração de madeiras e para implantação de lavouras e pastos.

6 – Hidrografia – a rede hidrográfica é representada especialmente pelo alto curso da Bacia do Rio Canoas, destacando-se como afluentes dos rios das Antas, dos Bugres, Águas Brancas, do Sérgio, do Engano e do Leste (margem direita); do Bispo, Cachimbo, Urubici, Vacariano, Gargantilho, do Tigre e Rufino (margem esquerda). Outra bacia é a do alto curso do Rio Lava-Tudo, afluente do Rio Pelotas (ISRAEL, 1991).

7 – Economia - Em relação à economia, as principais

atividades são a pecuária e agricultura, com destaque a produção de hortaliças, caracterizando como o maior produtor do estado de Santa Catarina. As unidades agrícolas produtivas são predominantemente familiares. O turismo também contribui com a economia local. No cenário estadual Urubici ocupa a 145º no ranking do PIB (Produto Interno Bruto), contribuindo com 0,08%.

Vale evidenciar também que parte do território de Urubici integra a área do Parque Nacional de São Joaquim, criado em 02 de julho de 1961 pelo Decreto nº 50.922, que atualmente é gerenciado pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). É no Parque Nacional São Joaquim onde se encontra o Morro da Igreja, um dos pontos mais visitados do Município e também atrativo âncora do estado de Santa Catarina, local onde pode ser avistada a Pedra Furada e está localizada a Base da Aeronáutica, conforme ilustrado na Figura 10.



Figura 10 - Base da Aeronáutica no Morro da Igreja

Fonte: autora, 18/11/2010.

4.2 A ATIVIDADE TURÍSTICA EM URUBICI

Num contexto regional, a atividade turística da região serrana de Santa Catarina se destaca em função do turismo rural, devido, especialmente ao pioneirismo do município de Lages. Lins (2009) relata que o turismo na região iniciou em meados da década de 1980, sendo que a experiência neste território está baseada principalmente nos fluxos turísticos que utilizam hotéis de campo e pousadas rurais. Destaca que a atividade está diretamente relacionada aos recursos paisagísticos e climáticos (a busca pelo frio, especialmente a neve) e os recursos vinculados aos aspectos socioculturais e históricos regionais.

Em Urubici, a atividade iniciou como afirma Souza (2005), entre a gestão pública de 1992 e 1996, quando despertou a preocupação em criar infraestrutura para receber o turista, em consequência foi implantado o Posto de Informações Turísticas e ampliada a oferta de hospedagem e alimentação.

Não desvinculado da vocação da região, os principais segmentos do município estão relacionadas à natureza e ao meio rural. Atualmente, Urubici integra a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, através da qual, tornou-se um dos municípios que forma o Destino Referência do Segmento Turismo Rural (conforme já mencionado).

Embora o turismo seja relativamente novo no município, há uma gama de equipamentos turísticos instalados para receber os turistas. Hoje, segundo o guia rápido da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, existem 37 equipamentos de hospedagem. Com relação aos atrativos turísticos, Stacke (2008) divide-os em naturais, históricos e culturais, conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Atrativos turísticos de Urubici.

ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS HISTÓRICOS	ATRATIVOS CULTURAIS
Cachoeira do Avencal Cachoeira Rio dos Bugres Cascata Vêu de Noiva Caverna Rio dos Bugres Gruta Nossa Senhora de Lourdes Morro da Cruz Morro Pelado Morro da Igreja Morro do Campestre Morro do Oderdeng Pedra Furada Mirante Serra do Corvo Branco	Inscrições Rupestres Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens	Fenahort- Festa Nacional das Hortaliças Campeonato de Pesca da Truta em Rio Enduro das Neves Etapas dos Campeonatos Nacionais e Estadual de Motocross Torneio de Laço Bailes Gauchescos Feiras de Gado

Fonte: Stacke, 2008.

Além disto, Caldas et. al. (2007), no trabalho de roteirização da região Serramar, elencaram no município três atrativos âncora da região, respectivamente, o Morro da Igreja/Pedra Furada, a Cascata Vêu de Noiva e Serra do Corvo Branco.

4.3 PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA DE URUBICI

O principal motivador do turista que frequenta Urubici, segundo as pesquisas de demanda realizadas pelo órgão oficial de turismo do estado, SANTUR (SANTA CATARINA TURISMO, 2010C), são os atrativos naturais, conforme Tabelas 1 e 2, que fazem comparativos dos turistas nos anos 2008 e 2009. As pesquisas foram aplicadas em épocas diferentes do ano (2008 – janeiro e fevereiro; 2009 – abril, maio e junho).

Tabela 1 - Principais atrativos que motivam a viagem.

ATRATIVO	2008
ATRATIVOS NATURAIS	56,82%
MANIFESTAÇÕES POP.	17,27%
AT. HIST. CULTURAL	15,45%
TRATAMENTO DE SAÚDE	5,91%
COMPRAS	2,27%
VISITA A AMIGOS/PARENTES	0,91%
ENTRETENIMENTO	0,91%
RELIGIÃO/PERIGRINAÇÃO	0,46%
TOTAL	100,00%

Fonte: Pesquisa de demanda 2008 – SANTUR (SANTA CATARINA, 2010c).

Tabela 2 - Principais atrativos que motivam a viagem.

ATRATIVO	abr	mai	jun
ATRATIVOS NATURAIS	44,33%	59,18%	73,77%
ATRATIVOS HIST. CULTUR.	35,05%	24,49%	14,75%
MANIFESTAÇÕES POP.	8,25%	12,24%	4,92%
COMPRAS	6,19%	2,04%	3,28%
TRATAMENTO DE SAÚDE	5,15%	2,05%	1,64%
ENTRETENIMENTO	1,03%		1,64%
RELIGIÃO/PERIGRINAÇÃO			
VISITA AMIGOS/PARENTES			
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa de demanda 2009 – SANTUR (SANTA CATARINA, 2010c).

Os turistas são predominantemente brasileiros, sendo uma

média aproximada de 70% catarinenses. Mais de 90% dos turistas utilizam automóvel (carro) para chegar até o município.

4.4 A ESTRUTURA PÚBLICA

Atualmente o município possui uma Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, a qual possui um quadro funcional composto por 1 (um) Secretário; 1 (um) Diretor e 3 (três) atendentes.

A Secretaria referida está sediada em uma casa alugada, na Avenida Central da área urbana (Adolfo Konder s/n – Bairro Esquina), onde também funciona a Central de Informações Turísticas.

4.5 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Urubici possui algumas organizações do terceiro setor que atuam no território (a nível local e regional), direta ou indiretamente relacionadas à atividade turística. Além destas, o *trade* turístico e o poder público encontram-se organizados, a nível municipal, através do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR) e, a nível regional, através da Instância de Governança e do *Convention e Visitours Bureau* da Serra Catarinense. A descrição das organizações e suas funções segue abaixo:

1 - Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, formada por agricultores familiares organizados, que recebem turistas em suas propriedades, tendo a atividade turística como complementar à agricultura. A associação é integrada à Rede *Accueil Paysan* (francesa) e foi implantada em Santa Catarina na Região das Encostas da Serra Geral em 1999, expandindo-se para outras regiões do estado de Santa Catarina em 2005, sendo que entre os municípios que se integraram nesta expansão está Urubici (Guzzatti, 2010), onde hoje formam o circuito municipal 5 famílias.

Atualmente associação possui aproximadamente 180 famílias associadas, atuando em 24 municípios catarinenses. Busca-se pela associação promover a atividade turística associada à produção agrícola, artesanal, culinária etc. O trabalho realizado pela associação caracteriza-se como Turismo de Base Comunitária, em função disto, é uma das entidades pioneiras da Rede Turisol (Rede de Turismo Solidário),

formada por projetos semelhantes de todo o Brasil, com a atividade turística sendo executada pelos atores locais (comunidade).

As propriedades integrantes da Acolhida na Colônia trabalham de forma integrada, com roteiros complementares, tanto a nível municipal como regional. As atividades desenvolvidas são diretamente relacionadas à agricultura e, dentre os princípios que regem a organização, estão:

a - Trabalho associativo;

b - O agroturismo inserido na dinâmica da propriedade.

Atividade complementar a agricultura;

c - Qualidade nos serviços e produtos oferecidos;

d - Proteção do meio ambiente e da cultura local;

e - Parceria campo e cidade;

Foi em função do trabalho desenvolvido pela Acolhida que Urubici (junto com Anitópolis, Rancho Queimado e Santa Rosa de Lima) recebeu o reconhecimento de Destino Referência do Segmento Turismo Rural.

2 - Pouserra - caracteriza-se como uma organização formada pelo *trade* turístico de Urubici. Tem por objetivos (POUSERRA, 2011):

a- Promover e agregar todas as entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e consolidação de uma democracia participativa;

b- Realizar programas de assistência social para as pessoas da comunidade de quem dela precisar, afim de lhes proporcionar subsistência (a ela e sua família), bem como cursos de profissionalização para colocação e recolocação no mercado de trabalho.

Além dos objetivos descritos, a associação atua como um *birô* de divulgação turística do município.

3 - Instituto Serrano de Conservação da Natureza- fundado em 2005, tem por missão a conservação dos recursos naturais e paisagísticos das regiões serranas do Sul do Brasil. Atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina possui sede em Urubici, tendo como parceiros diversos equipamentos e prestadores de serviços turísticos. Além da elaboração, coordenação e execução de diversos projetos relacionados à conservação, proteção manejo etc., de recursos naturais e patrimônio histórico-cultural, atua também com educação ambiental, pesquisas, publicações e manutenção de acervos e desenvolve projetos relacionados a ecoturismo e turismo

científico (INSTITUTO SERRANO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 2011).

4 – COMTUR - este conselho foi criado em 1997, através da Lei Municipal Nº 442/97, a qual foi posteriormente alterada pelas Leis Complementares Nº 1147/2007 e Nº 1163/2007. O conselho é formado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada de Urubici. Ele tem por finalidade, planejar o desenvolvimento sustentável do turismo do município (PORTAL DE URUBICI, 2011). Atualmente encontra-se constituído e em atuação.

5 – IGR (Instância de Governança Regional da Serra Catarinense) – Conselho da Serra Catarinense/CONSERRA – a IGR segundo o MTur (BRASIL, 2011, p. 1) é “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil em âmbito regional”. A IGR da Serra, CONSERRA, é sediada no município de São Joaquim, junto com o *Convention e Visitours Bureau*. É composta atualmente por 9 municípios da região, sendo o seu atual presidente do município de Lages. Urubici possui três cadeiras na organização, sendo uma do poder público e duas do privado.

6 – *Convention e Visitours Bureau* – fundado em 2003, está sediado no município de São Joaquim. A organização tem por missão auxiliar nas políticas de ação que objetivam a captação de eventos e a atração de visitantes, além de fomentar o desenvolvimento do turismo como atividade econômica, social e cultural, tendo como base as características regionais de cada bureau filiado (CONVENTION E VISITOURS BUREAU SERRA CATARINENSE, 2011).

4.6 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SERRA CATARINENSE

A Serra Catarinense, região onde Urubici encontra-se inserido, possui como elemento de destaque da atividade turística a paisagem, a qual é o principal elemento de atratividade, sendo inclusive foco principal de ações de promoção e divulgação da região.

A região é composta por 18 municípios, sendo eles: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo

importante papel na colonização italianos, alemães e portugueses, mas com menos expressividade também poloneses, turcos e letos.

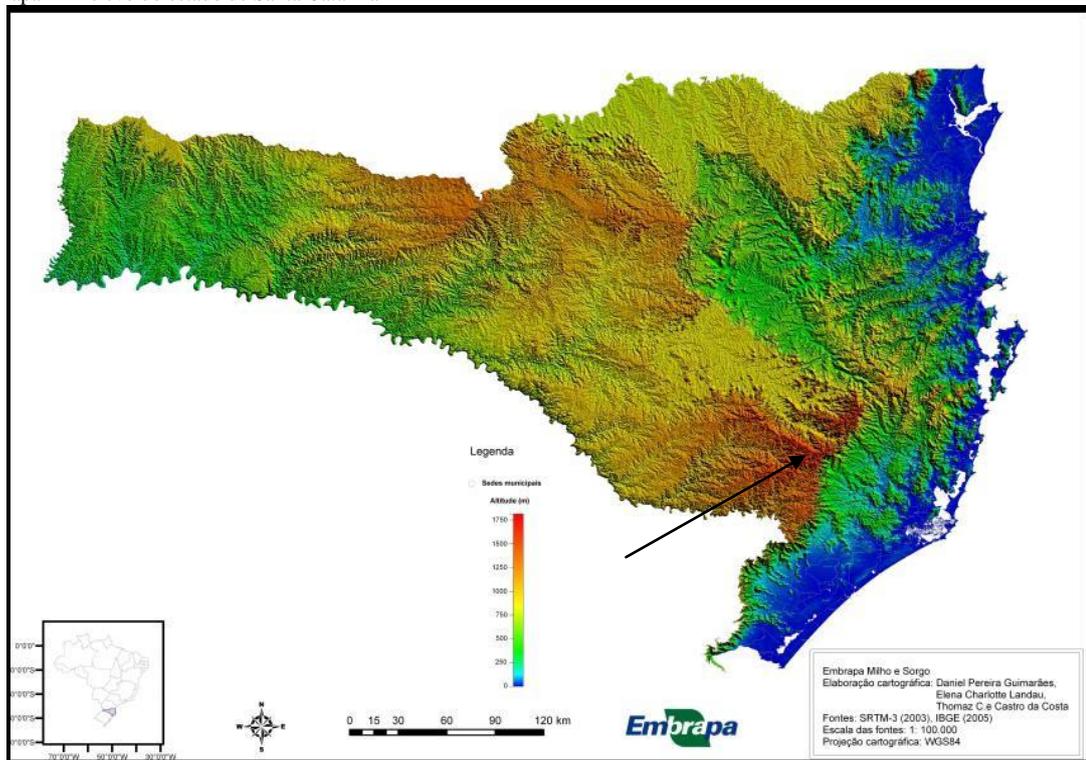
Em relação à economia, a primeira atividade realizada pelos colonizadores foi a pecuária extensiva, com a criação de gado nos “campos de Lages”. A partir dos anos de 1940 até 1970, segundo Cazella et. al. (2008, p. 12), ocorreu a exploração da madeira araucária, acarretando “uma série de mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas da região, bem como no fluxo interno e externo de pessoas e de capital”. Segundo Tamanini et. al (2007) esta exploração primária na região refletiu em baixos níveis de desenvolvimento humano e social, sendo que 11 (onze) município apresentam os menores IDH’s do estado, com alto índice de desemprego e analfabetismo.

Foi neste período do ciclo da madeira que se intensificou a ocupação antrópica (em decorrência também maior ação sobre a paisagem da região).

Em 1970 iniciou o desenvolvimento da produção de maçãs, que se estende até hoje, intensificando-se em 1975. Conforme Cazella et. al. (2008), além dos pomares de maçãs, ressaltam que o uso diferenciado do solo se estendeu também para o cultivo de pinus (reflorestamento). Embora a maçã continue sendo o produto líder houve uma diversificação da fruticultura e fruticultura temperada a partir de 2000. Além disto, o turismo também passou a ser foco dos esforços das instituições de pesquisa e desenvolvimento que atuam na região.

É na Serra Catarinense onde estão concentradas as áreas de maior altitude do estado, destacando-se também no cenário Brasileiro pelo intenso relevo, como pode ser observado no mapa 2. A seta indica a localização do município de Urubici, onde a cor vermelha, que representa as áreas de maior altitude, é mais intensa. Os demais municípios que compõem a região também possuem a referida cor com intensidade, caracterizando a elevação regional. O relevo (aliado a vegetação e clima) consiste em um dos principais elementos da paisagem, em consequência de atratividade turística.

Mapa 2 - Relevo do estado de Santa Catarina

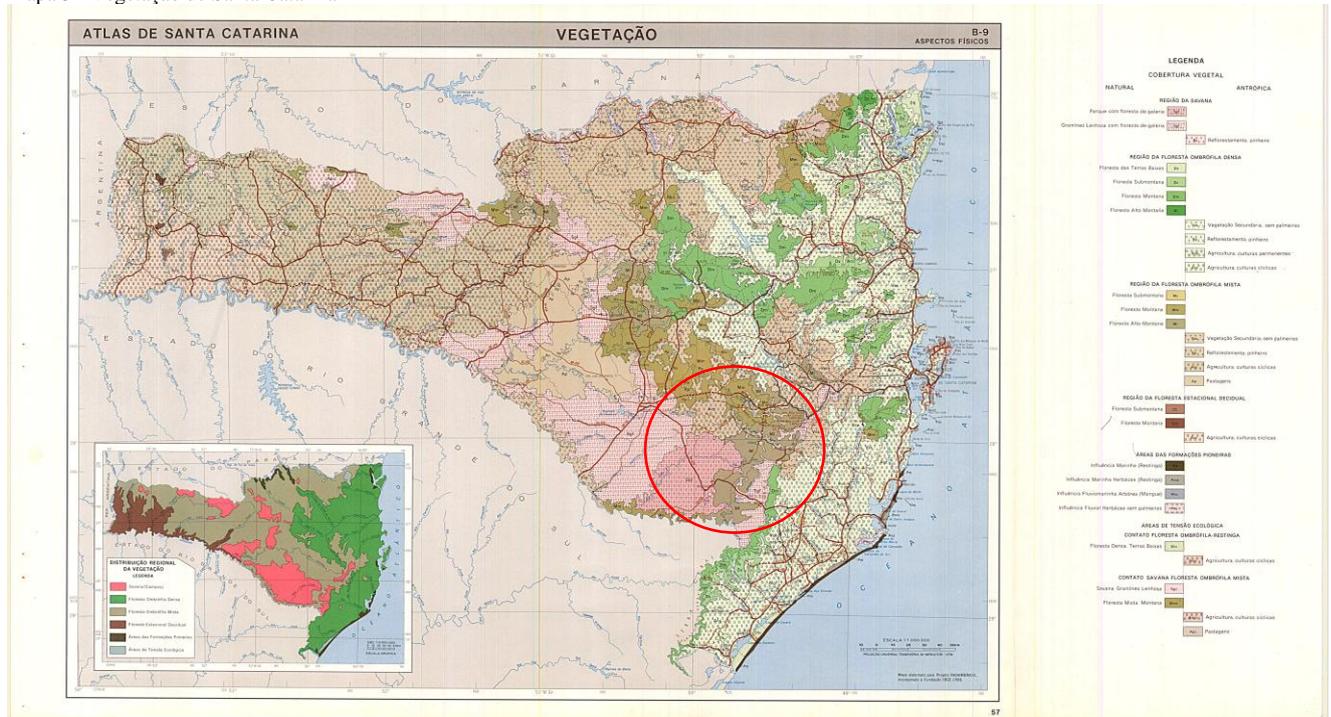


Fonte: <http://www.paulotempo.blogspot.com>, 2011.

Com relação à vegetação regional, são predominantes a Floresta Ambrófila Mista e os Campos (Savana), como pode ser observado no Mapa 3. Há de ser destacado o Parque Nacional São Joaquim, o qual além de Urubici, também abrange área dos municípios de Bom Jardim da Serra, Grão Pará e Orleans (TEIXEIRA E LINSKER, 2010). É no território do parque onde nasce o Rio Pelotas, o qual dá origem a maior bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul, a do Rio Uruguai, que também é formada por outro o Rio Canoas, o qual nasce no município de Urubici (na área do Campo dos Padres).

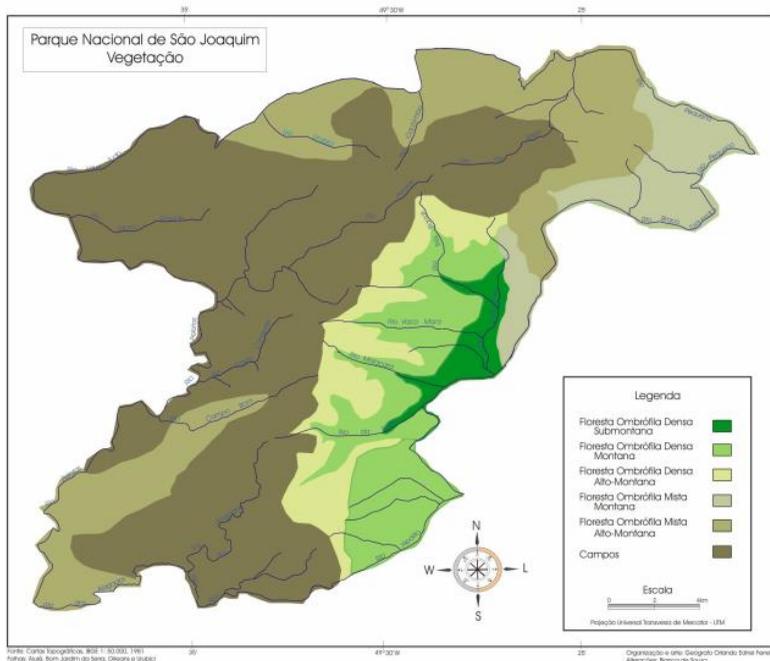
A vegetação do parque é de Floresta Ambrófila Densa e Campos, conforme o Mapa 4.

Mapa 3 - Vegetação de Santa Catarina



Fonte: Santa Catarina, 1986.

Mapa 4 - Vegetação do Parque Nacional São Joaquim



Parte do território de Urubici também integra o Campo dos Padres, que abrange também Bom Retiro, Alfredo Wagner, Santa Rosa de Lima, Grão Pará, Anitápolis, Rio Fortuna e Rio Rufino. Há uma proposta de criação de um parque abrangendo esta área, o qual, segundo APREMAVI (2011), pretende proteger 62.461 hectares, em dois polígonos separados pela SC 430: sendo a área 1 de 57.977 hectares e área 2 de 4.484 hectares.

Ambos os parques demonstram o potencial ecológico da região. Além disto, são importantes elementos turísticos, que caracterizam os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, os quais vêm gradativamente sendo desenvolvidos na região.

Os principais atrativos paisagísticos da região serra são: no município de Bom Jardim pela Serra (divisa com Lauro Muller) a Serra do Rio do Rastro - um dos atrativos âncora do estado de Santa Catarina. Já São Joaquim vem se destacando nacionalmente, sendo considerado Destino Indutor, conforme já mencionado, destacando-se especialmente pela intensidade de frio (um dos municípios com mais intensidade, junto

com Urupema, da mesma região), que atraí turistas nas temporadas de inverno.

Com expressão turística, Lages é o maior município da região da Serra Catarinense. Pioneiro do turismo rural no Brasil, Lages destaca-se nesta modalidade por possuir fazendas-hotéis que se caracterizam como atrativos, além disto, promove a tradicional Festa do Pinhão, com expressão nacional. Urubici se destaca pelos elementos já apresentados, tendo como principal o Parque Nacional São Joaquim, com ênfase ao Morro da Igreja/Pedra Furada.

Ressalta-se que os municípios da região são predominantemente agrícolas, alguns (pertencentes à SDR de Lages) tem a economia baseada na extração de madeira e cultivo de pinus. Os municípios, com exceção de Lages (com aproximadamente 160 mil habitantes) e São Joaquim (com aproximadamente 22 mil habitantes), possuem população inferior a 20 mil habitantes.

5 ESTRUTURAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que foram estruturados, sistematizados e analisados neste capítulo foram subsidiados nas:

- a) Entrevistas;
- b) Participação em reuniões e seminários;
- c) Levantamentos em campo (visitas *in loco*) com GPS e fotográfico;
- d) Aplicação de fotointerpretação – com base no acervo a partir do levantamento fotográfico;

Os dados foram cruzados e sintetizados em forma de texto e representados em mapas e tabelas, seguindo a lógica proposta na metodologia.

5.1 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

5.1.1 Subsídios para o planejamento turístico de Urubici

Conforme abordado na revisão de literatura, o planejamento deve ocorrer de forma integrada e holística. Considerando tal demanda, foram levantados todos os planos, projetos, pesquisas ou estudos que possam subsidiar o planejamento, desta forma, os seguintes foram relacionados:

a. Plano diretor - criado em 2009, conforme lei complementar 1400/2009, que “institui o **plano diretor**, estabelece objetivos, instrumentos e ações estratégicas e dá outras providências para as ações de planejamento sustentável no município de Urubici” (URUBICI, 2009). O Plano dá algumas providências sobre a atividade turística, dentre elas a “política de promoção e valorização cultural, arqueológica, paisagística, cênica e arquitetônica” (capítulo X) - onde estão incluídos os principais atrativos paisagísticos e cênicos (Morro da Igreja, Gruta Nossa Senhora de Lourdes etc.), patrimônio arquitetônico (alguns prédios antigos, como o da Prefeitura e da Família Ghizoni) e histórico e arqueológico (Moinho Ghizoni, cavernas indígenas e cemitérios) – e, a “Política de Turismo”, que tem por objetivos, a) divulgar o município,

b) fomentar o potencial turístico de forma sustentável, c) agregar renda a economia local e d) implementar a educação para o turismo.

Em relação ao ordenamento territorial (Título V), está previsto o macrozoneamento municipal, considerando as inter-relações entre fatores naturais e antrópicos. Dentre as macrodivisões, encontra-se a de interesse turístico.

O Plano prevê a criação de uma estrutura Municipal de Urbanismo, com uma Unidade de Planejamento Territorial e o Sistema de Informações. Além disto, foi instituído o Conselho da Cidade de Urubici – ConCidade, órgão propositivo e deliberativo em matéria de regulamentação, implantação, gestão e monitoramento das políticas públicas, com foco no Plano Diretor.

Este órgão, segundo informações dos entrevistados, vem funcionando regularmente, estando diretamente relacionado com as discussões relacionadas ao turismo. Os componentes do ConCidade participam ativamente das reuniões do COMTUR.

b. Projeto Acorde São Joaquim – este projeto, segundo a Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte (SANTA CATARINA, 2011b), tem por objetivo estimular o desenvolvimento regional a partir da valorização de suas vocações naturais. Ele encontra-se dividido em seis segmentos: empreendedorismo, infraestrutura, revitalização urbana, melhoria da qualidade de vida da população, marketing e integração regional. Integra também o projeto um amplo estudo do turismo, hotelaria e gastronomia, englobando um inventário e diagnóstico dos setores. O projeto atuará também na economia, saúde, infraestrutura e qualificação profissional. O projeto é promovido pela Secretaria de Estado do Planejamento, com a articulação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim. Foi elaborado pela UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí).

O projeto envolveu um inventário bastante abrangente dos municípios da região, contudo, a análise da pesquisadora foi bastante superficial, devido à data de devolutiva, que ocorreu no dia 29 de abril de 2011 a representantes municipais, porém, o repasse para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo ocorreu apenas no dia 19 de maio de 2010 (data do acesso a ele pela pesquisadora).

c. Plano de Desenvolvimento Regional da Serra Catarinense – este plano buscou integrar os diferentes níveis de planejamento e gestão política de turismo. Encontra-se dividido em 10 etapas (SANTA

CATARINA, 2010a), onde, dentre outras coisas, está a definição dos **segmentos turísticos** da região turística (Serra Catarinense), que consistem em: a) ecoturismo, b) turismo cultural, c) turismo de aventura, d) turismo de negócios e eventos, e) turismo religioso, f) turismo de esporte e g) turismo rural, incluindo agroturismo e enogastronomia. Caracteriza também a Governança Regional e o Destino Indutor (São Joaquim); **o diagnóstico** – que é baseado no Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer (PDIL), realizado em 2005, onde foi identificada a situação do lazer integrado (turismo, cultura e esporte) na região. Apresenta ainda **os pilares do plano e as estratégias; o programa e os subprogramas de desenvolvimento de turismo** – nos quais as ações dos municípios e região deverão enquadrar-se; **o programa financeiro** – dividido entre os subprogramas; **a gestão do plano e o monitoramento e avaliação**.

Nesta ação, um plano estratégico do turismo foi elaborado para a região, elencando 53 ações de desenvolvimento, as quais foram priorizadas, sendo 47 com alta e 6 com média priorização.

Algumas das ações priorizadas que apresentaram relação com esta pesquisa foram destacadas, sendo elas: a) criação de um sistema de informações turísticas; b) estudo de capacidade de carga; c) implementação de acessos e infraestrutura e equipamentos turísticos em novos atrativos (foram apresentadas outras propostas que poderiam ser agrupadas, complementando as três anteriormente citadas); d) cooperação técnica e operacional ao desenvolvimento do Programa de Regionalização do Turismo, e) implementação e gestão do plano de turismo integrado f) ações de roteirização integrados e g) implantação e gestão de um plano de marketing.

d. Plano Catarina – o Plano Catarina é um plano de marketing realizado no ano de 2009 (para as regiões turísticas do Estado de Santa Catarina), promovido pela SANTUR - com apoio da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - produzido pela empresa Chias Marketing. O documento elaborado para a região onde o município está inserido não estava disponível na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici, desta forma, a pesquisadora não teve acesso a ele.

e. Pesquisa de Competitividade – A pesquisa de competitividade foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas, nos Destinos Indutores e Referências, selecionados pelo Ministério do Turismo. As pesquisas

foram aplicadas em três etapas, nos anos de 2008, 2009 e 2010. Aconteceu a devolutiva da primeira etapa (em 2008), através de um seminário, onde foram elaboradas e priorizadas ações para intervenção em prol da melhoria das condições turísticas de Urubici. Na oportunidade foi também criado o grupo gestor municipal. No ano de 2011 vem sendo desenvolvido um projeto capacitação dos grupos gestores municipais (que foram reformulados), com o objetivo de incentivar e capacitar o grupo para os tópicos da pesquisa. As oficinas ocorrerão em 5 etapas e fazem parte do *Projeto Gestão e Planejamento de Destinos Turísticos*. A primeira ocorreu nos dias 18 e 19 de maio.

Dos 13 indicadores pré-definidos, o município apresentou um total geral abaixo das médias “nacional” e das “não-capitais” (referências para comparativo) respectivamente 14% e 8,3% em relação ao último ano de aplicação da pesquisa. Apresentou índice acima da média no item “serviços e equipamentos turísticos”, dos demais ficou abaixo da média, mas com maior discrepância de valores nas variáveis “marketing e promoção do destino”, “cooperação regional”, “economia local” e “capacidade empresarial”. Os índices de competitividade dos 3 (três) anos de pesquisa encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de competitividade turística de Urubici.

Dimensões	Brasil*			Não Capitais*			Urubici*		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total geral	52,1	54,0	56,0	46,9	48,4	50,3	41,7	41,7	42,0
Infraestrutura geral	63,8	64,6	65,8	58,1	58,9	59,8	63,3	64,3	52,9
Acesso	55,6	58,1	60,5	47,5	49,7	52,3	34,7	35,7	42,4
Serviços e equipamentos turísticos	44,8	46,8	50,8	36,3	37,9	41,9	52,5	53,1	53,8
Atrativos turísticos	58,2	59,5	60,5	59,3	60,2	61,3	59,8	47,4	55,0
Marketing e promoção do destino	38,2	41,1	42,7	32,4	36,5	39,8	28,5	36,0	29,0
Políticas Públicas	50,8	53,7	55,2	47,3	50,2	50,7	33,6	36,1	49,5
Cooperação regional	44,1	48,1	51,1	45,0	48,8	53,1	0,6	30,7	24,5
Monitoramento	35,4	34,5	35,3	30,6	29,4	30,0	15,0	19,1	29,8
Economia local	56,6	57,1	59,5	50,9	49,6	51,5	40,9	42,3	27,7
Capacidade empresarial	51,3	55,7	57,0	36,6	39,8	38,6	27,9	15,2	23,8
Aspectos sociais	57,2	57,4	58,4	53,5	53,4	54,2	57,2	53,4	43,4
Aspectos ambientais	58,9	61,8	65,6	55,5	58,1	61,5	62,0	52,3	59,1
Aspectos culturais	54,6	54,6	55,9	49,8	48,7	50,0	48,3	38,7	36,8

Fonte: BRASIL – Mtur/FGV, 2010b

* O resultado Brasil reflete a amostra dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Os resultados “Capitais” e “Não capitais” refletem a média do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.

f. Plano Estratégico de Urubici – o planejamento estratégico está sendo realizado pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em parceria com o município, e encontra-se em fase de

desenvolvimento. Já foram realizadas duas reuniões para discuti-lo. Na primeira, 24 de fevereiro de 2011, foram montadas as 6 (seis) câmaras temáticas, sendo elas: 1ª ordenamento e infraestrutura; 2ª qualificação de serviços e equipamentos; 3ª segmentação e roteirização; 4ª projetos e captação de recursos; 5ª promoção e apoio à comercialização e 6ª legislação relacionada ao turismo. As equipes que compuseram as câmaras temáticas receberam tarefas para serem realizadas no intervalo entre as reuniões. A segunda reunião foi realizada no dia 19 de abril de 2011, no Urubici Park Hotel, conforme Figura 11.



Figura 11 - Reunião do planejamento estratégico de Urubici.
Fonte: Autora, 19/04/2011.

Na oportunidade foram apresentadas as tarefas realizadas pelas equipes das 6 (seis) câmaras temáticas, respectivamente:

1ª sensibilização e mobilização de representantes da CELESC, Polícia Militar, delegacia, rádios locais, hospital, bombeiros, CASAN, Posto de Saúde, agências bancárias e secretaria de obras;

2ª sensibilização e mobilização de representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, sindicatos, igrejas, vereadores, pastores, escolas e colégios, associações e comunidade.

Ambas as equipes acima realizaram a sensibilização e mobilização em conjunto, o que gerou o envolvimento e a participação dos representantes nesta reunião do dia 19 de abril.

3ª levantamento dos roteiros comercializados, perfil da demanda e formas de comercialização. Foram apresentados os principais roteiros ofertados, que são 4 (quatro): EcoTour Urubici; Roteiro da Acolhida na Colônia (de agroturismo) e 2 (dois) de *Trekking*, da Pedra Furada e da Nascente do Rio Pelotas. Estes roteiros são ofertados pelas

operadoras locais. Existem também alguns passeios pelo município, roteiros de cicloturismo e outras atividades relacionadas. O perfil da demanda foi baseado numa pesquisa pontual, realizada pelo grupo nos equipamentos de alimentação e hospedagem e operadoras. Citaram as outras pesquisas existentes, embora não dispusessem dos resultados.

4ª levantamento dos projetos em execução e cadastrados para captação de recursos relacionados à atividade turística, tanto públicos (a nível federal, estadual e municipal) como da iniciativa privada (abordados a seguir), totalizando 39 projetos (17 públicos – entre aprovados e cadastrados para captação – e 27 privados).

5ª levantamento das ações de promoção e apoio à comercialização – foram apresentados os sites e materiais promocionais do destino. O grupo evidenciou que nenhum possui informações completas e atualizadas. Em relação ao material promocional, além da qualidade (informações incompletas), também foi criticada a falta de padronização e identidade.

6ª levantamento das legislações existentes (abordados a seguir) – foram apresentadas algumas das legislações que tem relação com a atividade turística, ambiental e infraestrutura urbana.

O encontro seguinte do planejamento estratégico consistirá na apresentação de uma matriz de estruturação de investimentos, pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, responsável pela elaboração do mesmo.

g. Projetos relacionados ao turismo

Os principais projetos que vêm sendo desenvolvidos em Urubici são:

1- **Construção do Portal I** – este projeto possui recursos captados, estando em fase de licitação. A Obra deverá ser construída na rodovia SC 430, no sentido BR 282 para Urubici.

Obs.: Existe um projeto sendo articulado para a construção de um segundo portal, na entrada pela SC 430, direção Bom Jardim para Urubici.

2- **Pavimentação da SC 439** – esta rodovia liga o centro do município à Serra do Corvo Branco, passando também: pela a Gruta Nossa Senhora de Lourdes; pelo acesso ao Morro da Igreja e Cascata Véu de Noiva; pelo acesso à Caverna Rio do Bugres, além de variados equipamentos de hospedagem e alimentação;

3- **Festa FENAHORT** – este evento consiste na Festa Nacional das Hortaliças, realizada no mês de março, que mescla a Feira

da Indústria, Comércio e Agropecuária (focada especialmente nas hortaliças), shows e manifestações culturais. O recurso, que já está captado, é para a realização da 12ª edição da festa, que acontecerá em 2012.

4- Caminhos da Neve – o Projeto Caminho das Neves consiste na pavimentação do trajeto não pavimentado da rodovia 430, que interliga a Serra Catarinense à Serra Gaúcha, diminuindo em 100 km a distância entre Florianópolis/SC e Gramado/RS (via BR 282 e SC 430). O projeto envolverá 18 municípios dos dois estados).

Além deste, outros projetos estruturais e culturais, relacionado ao turismo, estão cadastrados em programas federais e estaduais e em fase de análise (aprovação).

h- Pesquisas de demanda - Atualmente o município possui 4 pesquisas de demanda, sendo elas: a) da SANTUR, as quais deveriam ser realizadas anualmente conforme demanda do município, mas que não vem ocorrendo regularmente; b) do Parque Nacional São Joaquim, apenas quantitativa, através de contagem dos visitantes no local; c) do Projeto Acorde São Joaquim, pesquisa pontual para o projeto; d) do projeto de Roteirização Aparados da Serra, realizada em todos os municípios que integram este roteiro.

Em relação às pesquisas, não há retorno dos resultados a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo do município para possibilitar o uso das informações no planejamento. Segundo depoimentos, a mais completa é do Aparados da Serra, mas nunca houve devolução dos resultados da pesquisa.

i- Legislações – Atualmente, relacionadas à atividade turística existem: 8 (oito) leis no plano diretor; 20 (vinte) referentes à Turismo e Cultura e 8 (oito) ao meio ambiente, conforme levantamento apresentado pela Câmara Temática do Planejamento Estratégico.

Além destes, vale ressaltar que foram produzidos outros documentos, como o Plano de Desenvolvimento Integrado para o Lazer em 2005 (produzido para todo o estado); o PRESTO (Programa Regional de Serviço Turístico Organizado), promovido pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina), em 11 municípios prioritários da Serra Catarinense, entre os anos de 1996 e 1997. Também foi elaborado pela Santa Catarina Turismo (SANTUR), através da empresa contratada Índice Consultoria,

Planejamento e Gestão de Turismo, o “Roteiro Serra Mar”, que teve por objetivo desenvolver ações para implementação e consolidação do Roteiro Turístico integrando os principais municípios da Serra com o litoral sul do Estado de Santa Catarina (regiões Turísticas Serra Catarinense e Encantos do Sul) e também Florianópolis (portão de entrada), seguindo as diretrizes do programa de regionalização do Governo Federal. O projeto envolveu 8 principais municípios turísticos, sendo: Florianópolis, Imbituba, Laguna, Gravatal, Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Urubici e Lages.

5.1.2 A situação do planejamento turístico local e regional

Com base nas entrevistas aplicadas (com os membros da Secretaria e Presidente do COMTUR) até o momento não existiam ou não eram considerados planos, projetos ou pesquisas que subsidiassem a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo ou COMTUR. Segundo os relatos, foi realizado o PRESTO há alguns anos, entretanto, as ações propostas não foram implementadas. Há evidente expectativa no Planejamento Estratégico Municipal que está sendo elaborado pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (conforme relatado em item anterior).

As decisões tomadas pelo departamento vêm sendo baseadas nas demandas apresentadas, principalmente, pelos turistas que apresentam suas reclamações na Central de Informações. Não há um sistema de monitoramento da atividade turística.

Vale ressaltar que, embora o Plano Diretor seja o documento referência para o desenvolvimento sustentável de Urubici, os entrevistados se mostraram divididos em relação à afetiva consideração do plano nas ações turísticas, 64% deles afirmaram que ainda vem sendo pouco considerado, inclusive foi ressaltado por um deles que o plano “possui algumas polêmicas e não vem sendo seguido na sua essência”, inclusive considera o plano ainda desconhecido por uma grande parcela. Os demais entrevistados afirmaram estar sendo seguidas as diretrizes, justificando a afirmação pela necessidade que há de todos os projetos propostos passarem anteriormente a sua implantação pelo ConCidade (Conselho da Cidade de Urubici) e COMTUR antes de serem encaminhados.

Não existe atualmente uma sistematização dos dados ou cruzamento de informações, tanto em relação ao turismo como a estruturação urbana territorial. Embora esteja previsto no plano diretor a

criação de uma Unidade de Sistema de Informações, constatou-se através das entrevistas (os entrevistados desconhecem um SIG) e investigação realizada pela pesquisadora que esta unidade não está ativa na estrutura da Prefeitura Municipal de Urubici.

Em relação às políticas públicas (Federais ou Estaduais), a única que vem sendo implantada é a de regionalização (conforme os relatos), em função da organização em torno da IGR CONSERRA, do *Convention Bureau* (em ambos o município participa ativamente) e nos projetos que vêm sendo desenvolvidos em conjunto com os municípios da região. Foi citado como exemplo nas entrevistas o “Caminho das Neves”.

Dentre as necessidades de investimentos, foram citados especialmente os acessos dentro do município; a infraestrutura dos atrativos - ressaltando o agravante de que a maioria deles encontra-se em propriedades privadas -; a telefonia celular nos atrativos e equipamentos no meio rural; qualificação dos serviços e da mão-de-obra; saneamento básico; serviços bancários (não existe banco 24 horas); sensibilização do *trade* e comunidade local para a atividade turística, além de estratégias para promoção do destino para o período de verão.

A sazonalidade de Urubici foi um dos agravantes relatados pelos entrevistados. Embora possua potencial, na temporada de verão a procura pelos turistas é bastante limitada. Na temporada de inverno a divulgação do destino é gratuita, pois os meios de comunicação regionais, estaduais e nacionais permanecem de plantão na região para registrar as baixas temperaturas.

Outra demanda apresentada foi por infraestrutura para suportar a demanda de veículos e turistas considerando se a pavimentação da BR 430, ligando a Serra Catarinense a Serra Gaúcha, for concretizada. Com base em um dos entrevistados, a necessidade é de infraestrutura geral, inclusive, de uma “alça rodoviária, desviando o tráfego do centro”. Além disto, citou: paisagismo, melhoria da fachada das residências, fiação subterrânea entre outras.

5.1.3 Conflitos que influenciam no desenvolvimento da atividade turística

Embora os conflitos não sejam o foco desta pesquisa, serão brevemente abordados em função de interferirem diretamente no

resultados das ações de planejamento e desenvolvimento do turismo, conforme observado ao longo das pesquisas, especialmente nos eventos em que a pesquisadora participou.

Os conflitos existentes são entre atores sociais (atores sociais com atores sociais) e com os atores públicos (atores sociais com atores públicos). Em relação ao conflito entre atores sociais, consiste especialmente na divergência de interesses. Há uma visível individualidade e concorrências internas entre empreendedores.

Vale considerar que existem diversos empreendedores externos em Urubici (embora não tenham sido encontrados dados mensurados, especula-se que equivalem a aproximadamente 50% dos empreendimentos turísticos locais). Não apenas empreendimentos turísticos, mas também o município vem sendo procurado por segundo residentes e também por pessoas que estão estabelecendo suas residências no local. Os conflitos observados em relação a estes movimentos foram especialmente relacionados às divergências culturais. Há uma expectativa que muitas vezes não é correspondida dos empreendedores externos e novos residentes em relação à população (especialmente relacionada ao protagonismo dos autóctones), mas também há um sentimento de bairrismo por parte de residentes locais.

Outro conflito observado foi relacionado aos pacotes fechados de serviços turísticos que são comercializados pelos empreendimentos hoteleiros, por exemplo, a venda de alimentação, hospedagem e atividades de lazer de um único equipamento é integrada, não possibilitando aos turistas usufruir de outros serviços locais. Este tipo de atitude vem despertando desconforto entre os proprietários de equipamentos de hospedagem com os de alimentação, visto que estes últimos acabam sendo prejudicados pela baixa procura.

Estes conflitos demonstram a inexistência de um trabalho coletivo entre os empreendedores. Além disto, é perceptível que não há um consenso na venda do destino Urubici, mas ainda pratica-se a comercialização individual dos equipamentos.

Com relação aos atores sociais e poder públicos, é visível um distanciamento, especialmente evidente nas ações desenvolvidas. Não foram identificados métodos de compartilhamento de informações e coletividade na tomada de decisões, justifica-se esta análise inclusive pela baixa atuação do COMTUR.

Ficou evidente que tais conflitos influenciam na implementação dos planos. Em função das divergências, há dificuldades no trabalho cooperado entre os atores. Além disto, nos eventos

realizados uma significativa parte dos períodos destinados a discussão coletiva foram utilizados em torno dos conflitos, o que prejudicou o avanço na delimitação de ações efetivas para o planejamento e estruturação do destino.

Outro conflito observado (intrínseco nos discursos durante as entrevistas e nas discussões dos eventos) é a concorrência que existe entre os municípios de Urubici e São Joaquim, os quais são mais próximos e se complementam em relação à atratividade, especialmente nos períodos da alta temporada de inverno, pela incidência de frio e eventuais nevascas e por possuírem mais infraestrutura turística que os municípios do entorno (cita-se especialmente Urupema e Bom Jardim da Serra onde também há incidência de frio e eventual neve). Este fato influencia negativamente no desenvolvimento regional do turismo.

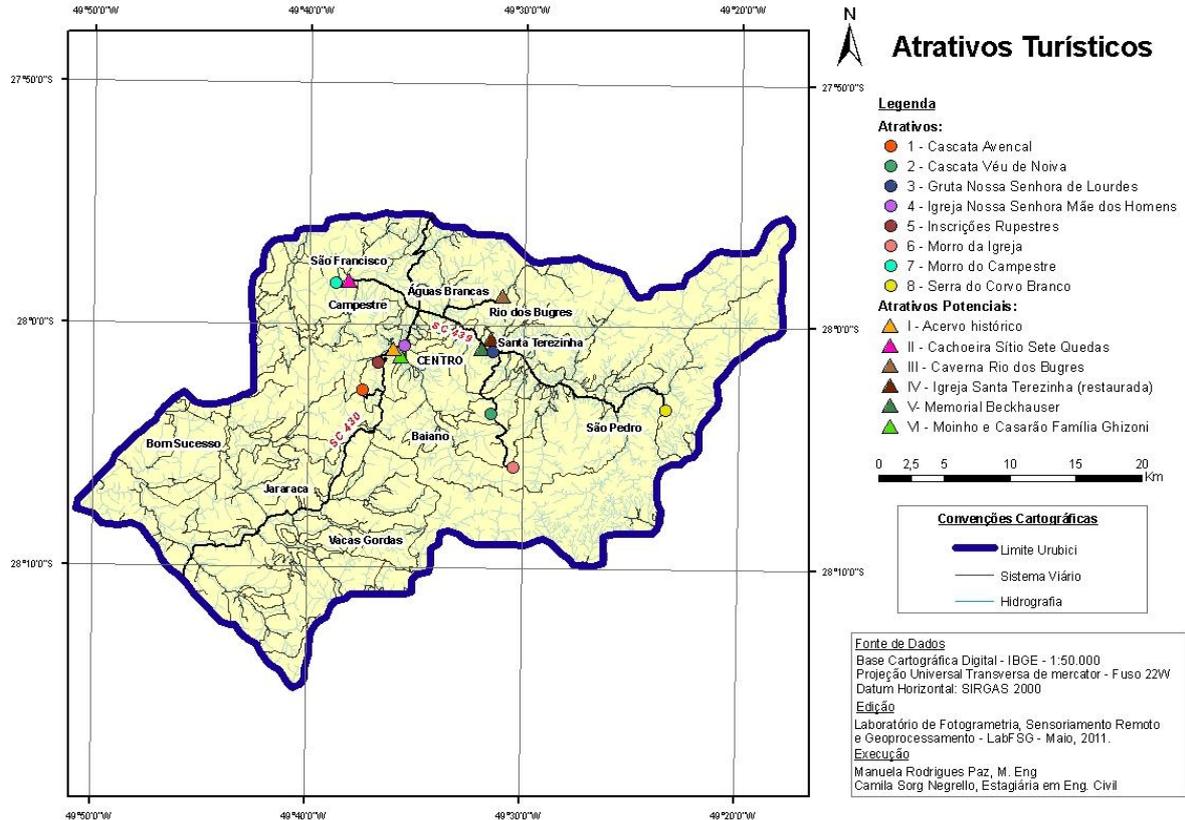
5.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS E ATRATIVOS POTENCIAIS

Os principais atrativos turísticos que estão elencados a seguir foram baseados nas entrevistas com representantes da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici, pesquisas de demandas, estudos e planos, análise *in loco* e na divulgação em materiais e *sites* promocionais. Além dos atrativos principais, foram considerados os com potencial turístico, os quais se encontram espacializados no Mapa 5. Os atrativos são representados pelos círculos, sendo diferenciados por cores e numerados na legenda (com números cardinais) para propiciar a localização no Quadro 4, onde encontram-se caracterizados. Os atrativos potenciais são representados por triângulos, também diferenciados por cores e numerados na legenda (com números romanos) para a caracterização no Quadro 5.

Devido ao elevado potencial, foram destacados no mapa alguns que se encontram em condições mais avançadas de estruturação. No Mapa 5 é possível identificar a distribuição dos atrativos e potenciais atrativos no município, e é visível a concentração destes mais ao leste do Município (entorno da SC 439). É notável que na área sul e sudeste não foram mapeados atrativos potenciais, embora existam, consistem especialmente em áreas mais amplas, de serras e campo, de difícil pontuação no mapa. As comunidades no sul e sudeste que se destacam são a) Baiano (pelo potencial cênico, especialmente destaca pelo Morro Pelado e Serra dos Bitus) e b) Vacas Gordas (potencial cênica dos

campos de Santa Bárbara). O Campo dos Padres, pela sua amplitude, também não se encontra pontuado no mapa.

Mapa 5 - Atrativos turísticos e atrativos potenciais.



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

5.2.1 Atrativos turísticos

Quadro 4 - Atrativos turísticos.

ATRATIVOS TURÍSTICOS PRINCIPAIS	
1 – Morro da Igreja	
	
<p>Figura 12 - Morro da Igreja e Vista Pedra Furada. Fonte: autora, 14/11/2010</p>	
	
<p>Figura 13 – Portão da Aeronáutica no caminho para o Morro da Igreja. Fonte: autora, 14/11/2010</p>	
	
<p>Figura 14 - Ausência estacionamento no Morro da Igreja/Pedra Furada. Fonte: autora, 14/11/2010</p>	



Figura 15 – Espaço utilizado para contemplação sem estrutura de mirante.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 16 – Espaço sem estrutura de mirante para contemplação do Morro da Igreja.
Fonte: Autora, 14/11/2010

Caracterização: o Morro da Igreja, localizado no Parque Nacional São Joaquim, é ponto mais alto habitado da Serra Geral com 1.819 metros de altitude, onde no inverno (durante os meses de junho e julho) é comum a incidência de neve. Neste local é possível avistar a Pedra Furada (atrativo bastante conhecido) além de possibilitar a contemplação da beleza cênica composta por um conjunto de montanhas, conforme Figura 12. A área é de domínio da Aeronáutica, onde se encontra uma base de controle (CINDACTA), sendo cercada e, em alguns casos, os portões de acesso (Figura 13) são fechados e controlados.

Atratividade: o local é um atrativo âncora da região turística da Serra Catarinense e até do estado de Santa Catarina. É o local mais procurado por turistas em Urubici (segundo informações da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici).

Infraestrutura: Embora seja o atrativo mais visitado pelos turistas no município, não apresenta estrutura adequada. Não existe um mirante estruturado para a contemplação da paisagem

(especialmente no ponto onde é avistada a Pedra Furada), nem banheiros e o estacionamento para os visitantes é inexistente, como pode ser observado na Figura 14.

Segurança: é visível a falta de segurança. Nas Figuras 15 e 16 é possível identificar a ausência de proteção (parapeitos), terreno irregular e há um abismo abaixo do local onde os turistas se posicionam para contemplação e para fotografias.

Acesso: o atrativo está distante cerca de 28 km do centro do município. As condições de acesso ao local são regulares. A estrada geral que leva até a entrada do acesso está sendo pavimentada, já o trajeto de 12 km, subindo o morro, é todo pavimentado, mas com alguns trechos do pavimento irregulares. Já houve quedas de barreiras deixando o atrativo inacessível por longos períodos.

Sinalização: a sinalização que orienta a chegada ao local é suficiente, embora haja necessidade de placas informativas no local (sobre informações geológicas, história do parque e da Base etc.).

Projetos: Atualmente o acesso ao local é livre e gratuito, contudo, segundo informações obtidas com representantes do ICMBio, há um projeto para a estruturação - ainda não disponível -, sendo que a proposta é construir um centro de visitantes há uns 7km antes do Morro da Igreja, com estacionamento amplo, onde será oferecido serviço de ônibus ou vans para levar o visitante ao Mirante. No centro de visitantes serão implantadas lojas, cafés, banheiros, auditório e uma estrutura para visitação. Será estruturado um mirante e novos pontos de visitação serão abertos, além da disponibilização de outros serviços, como, por exemplo, cicloturismo pelo parque. Um controle de visitação será implantado, além disto, a visitação será monitorada por guias credenciados e capacitados pela equipe do Parque (já houve algumas capacitações no ano de 2009).

2 – Cascata Véu de Noiva



Figura 17 - Cascata Véu de Noiva.
Fonte: autora, 2011



Figura 18 - Cascata Véu de Noiva.
Fonte: autora, 2011

Caracterização: A referida cascata encontra-se em uma propriedade privada, no caminho para o Morro da Igreja. Por ser propriedade privada, a visitação ao local é paga (R\$ 2,00 por pessoa).

Atratividade: A cascata possui 62 metros de queda, onde a água desliza por grandes rochedos, sem possuir queda livre, conforme Figuras 17 e 18. Além da visitação a cascata, são ofertados serviços de alimentação e hospedagem, além de outras atividades como a tirolesa.

Infraestrutura: a visitação à cascata não é guiada (caso o turista visite o local sem contratação de guia local/regional), desta forma, limita-se a contemplação, sem informações mais aprofundadas sobre a nascente da cachoeira, nome do rio, geologia etc. Não há estrutura de banheiros próximos à cascata (apenas no restaurante), lixeiras espalhadas pelo espaço, assim como, estruturas acessíveis para portadores de deficiências;

Segurança: embora não existam riscos visíveis, não há placas de orientação de cuidado com crianças na queda e piscina natural que se forma abaixo da queda, ou mesmo de restrição a tentativa de escaladas na cachoeira. Além disto, não é constante o monitoramento das visitas no local da cascata;

Acesso: para chegar ao local utiliza-se a mesma estrada de chegada ao Morro da Igreja (acesso regular), utilizando também um trecho não pavimentado de em torno de 500 metros, em condição mais precária;

Sinalização: a sinalização que orienta a chegada ao local é suficiente, embora exista demanda por placas informativas no local (informações geológicas, hídricas etc.).

3 – Gruta Nossa Senhora de Lourdes



Figura 19 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 20 – Estacionamento da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Autora, 09/04/2011



Figura 21 – Estacionamento da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Autora, 09/04/2010

Caracterização e atratividade: Consiste em uma gruta natural, cercada por paredões (Figura 19), na qual desde 1944 existe a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, em consequência, é um ponto de peregrinação religiosa, inclusive de turistas. No local há objetos e fotos deixados pelos fiéis, como também testemunhos das graças alcançadas. Existe uma queda d'água com mais de dez metros de altura e também foram colocadas as estações da Via Sacra.

Infraestrutura: Não há no local guias para orientar, além disto, o estacionamento é precário, visivelmente representado nas Figuras 20 e 21. Há banheiros na estrutura construída ao lado de fora do acesso à gruta, entretanto, não há manutenção regularmente.

Segurança: os mirantes de observação possuem proteção, mas as passarelas precisam ser reforçadas e serem implantados mais corrimãos (alguns trocados). Faltam placas informando sobre os cuidados, especialmente com o lago formado pela queda d'água e os locais escorregadios.

Acesso: está localizada na estrada geral que dá acesso ao Morro da Igreja (SC 439), a estrada é regular e está em fase de pavimentação.

Sinalização: a sinalização ao local é suficiente, existem placas ao longo do caminho e no local.

4 - Serra do Corvo Branco



Figura 22 - Serra do Corvo Branco.
Fonte: Autora, 12/06/2010



Figura 23 – Mirante da Serra do Corvo Branco.
Fonte: Autora, 09/04/2011

Caracterização e atratividade: A Serra do Corvo Branco, além da beleza cênica, conforme Figura 22, também é um atrativo histórico, em função de ter sido a estrada pioneira de ligação entre o litoral e a serra. O maior atrativo é a fenda entre rochas (a estrada começa no meio de dois paredões de pedra).

Infraestrutura: No local há espaço para estacionamento, mas não estruturado, além disto, o mirante com vista para Urubici não possui estrutura adequada, o que separa o mirante do penhasco é uma cerca de arame farpado (Figura 23). Não há banheiros públicos próximos nem equipamentos de alimentação. A hospedagem mais próxima é aproximadamente 6 km de distância.

Segurança: Algumas medidas precisam ser tomadas para a segurança, como a estruturação de um mirante (lado de Urubici), com devida proteção.

Acesso: O local encontra-se a 27km do centro de Urubici. O

acesso ainda é precário, o que ocasiona reduzida visitação (mesmo sendo a ligação mais próxima do município à BR 101), entretanto, a pavimentação de Urubici até a Serra está em processo de obras. Vale ressaltar que a vista mais atrativa encontra-se do outro lado da serra, já caminho para Grão Pará, mas não há previsão para pavimentação do outro trecho.

Sinalização: A sinalização ao atrativo, em função das obras, é insuficiente, especialmente de placas de confirmação.

5 – Cascata do Avenal



Figura 24 - Cascata Avenal.
Fonte: Autora, 12/06/2010



Figura 25 - Mirante com vista à Cascata.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 26 - Passarela de tábuas no caminho para o mirante da cascata.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 27 – Acesso para Cascata Avencal.

Fonte: Autora, 14/11/2010

Caracterização: A Cascata Avencal está localizada em propriedade privada, com acesso pago (R\$ 3,00 por pessoa). O nome deriva da avenca, vegetação comum na região. Há um espaço de recepção, com banheiro e venda de produtos.

Atratividade: Possui aproximadamente 100 metros de queda livre (Figura 24) onde é possível contemplá-la por um mirante (Figura 25). O espaço é frequentado por praticantes de rapel. No local, é ofertado também o serviço de tirolesa, que passa sob os paredões de pedra, com vista para a queda.

Infraestrutura: Embora durante o processo de pesquisa tenham sido observadas algumas melhorias, especialmente relacionadas à segurança (retirada de um mirante em condições de depreciação) e implantação de passarelas com tábuas sob as valas de escoamento de água (Figura 26), a infraestrutura ainda é precária. Não há acessibilidade para portadores de deficiências e o paisagismo é deficiente.

Segurança: em relação à segurança, as deficiências são claramente visíveis. A principal está relacionada ao mirante (Figura 25), que é de madeira e está no local há bastante tempo, sujeito a depreciação do tempo. O mirante está suspenso sob madeiras e abaixo dele há um despenhadeiro. A proteção que separa o local de visitação do precipício é um muro de pedras, facilmente ultrapassável, agrava-se a situação pela inexistência de placas adequadas que informem dos riscos. Além disto, há uma tirolesa que passa sobre os paredões onde está a cascata, a qual não está regularizada conforme os critérios exigidos para certificação.

Acesso: local (que consiste na parte superior da cascata), é

acessível por automóvel, entretanto, possui um trecho não pavimentado de estrada, sendo que algumas vezes encontra-se em estado precário (Figura 27).

Obs.: A cascata também possui acesso pela parte inferior, contudo, é possível chegar ao local apenas por trilha (não estruturada), passando por 5 propriedades privadas.

Sinalização: A sinalização é suficiente, existem placas ao longo da via.

6 - Inscrições Rupestres



Figura 28 – Painéis das Inscrições Rupestres.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 29 – Pannel das Inscrições Rupestres.
Fonte: Autora, 09/04/2011



Figura 30 - Placa de Informações das Inscrições Rupestres.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 31 - Caminho para as Inscrições Rupestres.
Fonte: Autora, 14/11/2010



Figura 32 - Passarela de madeira no caminho para as Inscrições Rupestres.
Fonte: Autora, 14/11/2010

Caracterização e atratividade: As Inscrições Rupestres consistem em um dos atrativos históricos mais importantes do município e um importante registro arqueológico do estado de Santa Catarina. Com mais de 3 mil anos, os painéis esculpidos em rocha arenítica (Figura 28), têm como o mais expressivo a imagem de um rosto, chamada “Máscara do Guardião” (Figura 29). As inscrições são tombadas como patrimônio municipal e estão à beira da rodovia ao sul da SC 430, principal acesso a São Joaquim.

Infraestrutura: Foi observado durante a pesquisa que o espaço passou por melhorias, como implantação de uma placa com informações sobre os painéis (Figura 30), limpeza do caminho e implantação de passarelas de madeira, mas ainda não são suficientes. Pela sua localização e acesso gratuito, os painéis encontram-se sujeitos a degradação (a cerca de proteção é de madeira e bastante frágil), além de estarem expostos às

intempéries naturais que podem causar deterioração. Há dificuldades para identificar o que são inscrições originais e o que podem ser marcas recentes de vandalismo. O caminho para chegar às inscrições é estreito e existe uma escada (com degraus cavados na própria terra), conforme a Figura 31. Além disto, há uma ponte de tábuas (Figura 32) visivelmente inadequada.

Segurança: Ao lado das inscrições (no caminho de acesso para pessoas), existe um pomar de maçãs, o qual é protegido por cerca de arame farpado, visível na Figura 31, mostrando-se perigoso e sujeito a acidentes.

Sinalização: A sinalização ao local é suficiente.

Obs.: Segundo relato do presidente do COMTUR houve uma tentativa para estruturação do local, no entanto, por tratar-se de um sítio arqueológico, existem diversos procedimentos burocráticos e técnicos. Para tanto, está em processo de articulação uma parceria com uma universidade do Rio Grande do Sul, que possibilitará melhorias dentro de procedimentos técnicos.

7 - Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens



Figura 33 - Igreja Matriz Nsa. Sra. Mãe dos Homens
Fonte: Autora, 09/04/2011



Figura 34 - Área urbana de Urubici com destaque a Igreja Matriz
Fonte: Luimery Dal Medico, 23/05/2010

Caracterização e atratividade: A construção está localizada no centro do município. Sua arquitetura é em estilo moderno com arcos oginais, que remetem a estruturas góticas, conforme pode ser observada na Figura 33, caracterizando-se como uma das maiores igrejas do Estado. Conforme a Figura 34, é possível visualizar seu tamanho frente as demais construções que ocupam o centro urbano de Urubici. Ela foi idealizada pelo padre José Alberto Espíndola, cujos restos mortais estão no interior da igreja. O padre ganhou fama de santo e a população atribui a ele várias graças.

Infraestrutura: Não foram identificados problemas relacionados à estrutura. A Igreja passou recentemente por uma revitalização e é diariamente aberta para visitação (através de uma porta lateral).

Segurança: Não foram identificados problemas e segurança.

Acesso: O local não apresenta dificuldades de acesso.

Sinalização: a sinalização é suficiente.

8 - Morro do Campestre



Figura 35 - Escultura em rocha.

Fonte: Autora, 18/04/2011



Figura 36 - Vista do Vale do São Francisco.

Fonte: Autora, 18/04/2011



Figura 37 - Erosão na trilha do Morro do Campestre.

Fonte: Autora, 18/04/2011

Figura 38 - Depreciação das rochas.

Fonte: Autora, 18/04/2011



Figura 39 - Trilha fechada pelo mato.

Fonte: Autora, 18/04/2011

Figura 40 - Estrada precária de acesso a Cascata Avencal.

Fonte: Autora, 18/04/2011

Caracterização e atratividade: O Morro do Campestre também é conhecido por Morro da Cruz. É uma formação de arenito com altitude de 1.380 metros acima do nível do mar. As esculturas de rochas (Figura 35) são o grande atrativo. O alto do morro oferece uma visão panorâmica do Vale do Rio Canoas (comunidade de São Francisco), conforme Figura 36. O local é privado e vem sendo bastante acessado, inclusive por praticantes de caminhadas e cicloturismo.

Infraestrutura: Embora a visitação seja paga (R\$ 2,00), o local não oferece nenhuma estrutura. A trilha para chegar ao local está em estado precário, com erosões (Figura 37). Não existem informações nem mirantes estruturados. A falta de monitoramento é visível, especialmente em função das diversas inscrições de nomes nas rochas (Figura 38).

Segurança: o local não possui mínima estrutura de segurança. Os mirantes são sobre pedras, sem sinalização de cuidado. A trilha

até as rochas são íngremes e não existem corrimãos ou cordas de suporte. Há trechos em que o mato tomou conta da trilha, conforme Figura 39, caracterizando um risco em função da possibilidade de existirem no local animais peçonhentos, especialmente nas temporadas de verão.

Acesso: É possível o acesso com automóvel até o início da trilha (que é aproximadamente 80 metros), mas o trecho é bastante íngreme e a estrada é precária e perigosa, como pode ser observado na Figura 40.

Sinalização: A sinalização do local é regular, embora existam placas ao longo do caminho, na entrada (onde há um portal) é de difícil identificação.

9- Trilhas, caminhadas e cavalgadas



Figura 41 - Caminho para a Pedra Furada.
Fonte: Irã de Souza, 2010.

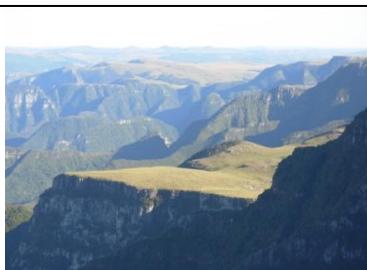


Figura 42 - Nascente do Rio Canoas.
Fonte: Irã de Souza, 2010.



Figura 43 - Campos dos Padres.
Fonte: Irã de Souza, 2010.



Figura 44 - Pedra Pirâmide.
Fonte: Irã de Souza, 2010.

Caracterização: o município possui diversas possibilidades para a prática de trilhas, caminhadas e *mountain bike*. As opções mais procuradas são: a) Parque Nacional São Joaquim, com destaque a trilha que leva a Pedra Furada (Foto 41), além disto, é possível visitar a Nascente do Rio Pelotas (Foto 42) e os Morros K1, K2 e K3; b) Campo dos Padres (Foto 43), onde é possível percorrer o Cânion Espreados, visitar o Morro Pedra da Pirâmide (Foto 44),

Pedra da Águia e a Nascente do Rio Canoas; c) o Campos de Santa Bárbara, que também integra o Parque Nacional São Joaquim, no caminho de Urubici para São Joaquim. Neste local é possível visitar um cemitério centenário.

Infraestrutura: existem operadoras e guias credenciados para a realização de caminhadas e cicloturismo, entretanto, algumas atividades ainda são realizadas por empresas informais (como no caso das cavalgadas).

Fonte: Autora, 2011

5.2.2 Atrativos potenciais

Quadro 5 - Atrativos potenciais.

I - Acervo Histórico de Urubici



Figura 45 - Acervo histórico de Urubici.
Fonte: Autora, 09/04/2011.



Figura 46 - Acervo histórico de Urubici.
Fonte: Autora, 09/04/2011.

Caracterização: O acervo histórico (Figura 45) encontra-se localizado no centro do município, ao lado da biblioteca pública e próximo a Prefeitura Municipal. No espaço existem peças que contam a história do município e da colonização (Figura 46). O local é aberto apenas durante a semana, limitando a visitação por turistas nos finais de semana.

Estrutura: a exposição das peças precisa ser melhor organizada.

Segurança: não foram identificados riscos para visitação no local.

Acesso: pavimentado.

Sinalização: Não há sinalização.

II - Cachoeiras Sítio Sete Quedas



Figura 47 - Queda Sítio Sete Quedas.
Fonte: Irã de Souza, 2010.



Figura 48 - Queda Sítio Sete Quedas.
Fonte: Irã de Souza, 2010.

Caracterização e atratividade: Sítio Sete Quedas é uma propriedade rural, integrante do Roteiro da Acolhida na Colônia, onde já são oferecidos os serviços de alimentação e hospedagem, além disto, há uma grande procura pelo turismo pedagógico. Na propriedade existe um rio com 7 quedas d'água, conforme Figuras 47 e 48.

Infraestrutura: A trilha que leva às cachoeiras não possui estrutura adequada. Há demanda para a implantação de passarelas e corrimãos. Atualmente não há um controle da entrada, desta forma, sendo utilizado por visitantes que entram sem autorização.

Segurança: A falta de estrutura nas trilhas e de informações sobre os possíveis riscos são caracterizados como perigo.

Acesso: O acesso à propriedade é regular, por uma estrada não pavimentada.

Sinalização: há sinalização até a propriedade.

III - Caverna Rio dos Bugres



Figura 49 - Caverna Rio dos Bugres.
Fonte: Autora, 17/04/2011.



Figura 50 - Entrada caverna Rio dos Bugres.
Fonte: Autora, 17/04/2011.



Figura 51 – Caminho para a caverna Rio dos Bugres.
Fonte: Autora, 17/04/2011.



Figura 52 – Caminho para a caverna Rio dos Bugres.
Fonte: Autora, 17/04/2011.

Caracterização e atratividade: a Caverna encontra-se localizada na comunidade Rio dos Bugres, em uma propriedade privada, com acesso livre. Possui dois acessos, conforme Figuras 49 e 50, e grandes salões internos, os quais foram abrigos arqueológicos.

Infraestrutura: Embora já consista em um espaço de visitação turística, foi considerado um potencial pela precariedade do local. A caverna encontra-se dentro do espaço que é utilizado para pastagem, onde o gado divide espaço com os visitantes, além de frequentemente as fezes dos animais estarem nos acessos dos turistas, conforme observado nas Figuras 51 e 52. Não existem informações relacionadas à história nem os procedimentos para visitação. São necessários alguns equipamentos para entrar no atrativo (como lanternas e roupas adequadas), os quais não são encontrados no local, nem existem informações aos turistas sobre esta necessidade nos materiais promocionais. Além disto, inexistente estacionamento.

Segurança: Não existem informações técnicas sobre riscos,

profundidade da caverna, mapa ou outros recursos que são necessários para a visita. Não há monitoramento das visitas.

Acesso: o acesso é bastante precário, especialmente do trajeto dentro da propriedade até a caverna. Há uma porteira ao longo do trajeto.

Sinalização: Existem algumas placas de sinalização, mas são insuficientes. Em função de estar no interior de uma propriedade rural, é de difícil localização.

IV - Igreja Santa Terezinha



Figura 53 - Igreja Santa Terezinha.
Fonte: Autora, 18/04/2011.



Figura 54 - Altar Igreja Santa Terezinha.
Fonte: Autora, 18/04/2011.

Caracterização e atratividade: A Igreja Santa Terezinha (Figura 53) está localizada próxima a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, no caminho para o Morro da Igreja, localizada no distrito que leva o mesmo nome. Recentemente passou por uma recuperação da pintura interna (Figura 54). A igreja foi construída em 1945 (segundo relatos).

Infraestrutura: a igreja está bem conservada, conforme mencionado, foi recentemente revitalizada, embora não seja acessível à visita, sendo aberta apenas para as cerimônias religiosas.

Segurança: o local não apresenta riscos.

Acesso: o acesso ao local é bom. A igreja fica na lateral do caminho para o Morro da Igreja, estrada que está passando por pavimentação.

Sinalização: não há sinalização.

V - Memorial Beckhauser



Figura 55 - Memorial Beckhauser.
Fonte: Autora, 09/04/2011.



Figura 56 - Memorial Beckhauser.
Fonte: Autora, 09/04/2011.

Caracterização: Na propriedade “Pousada e Produtos Coloniais Beckhauser” (associada à Acolhida na Colônia) existe um memorial com peças antigas, que remete a história da colonização alemã e especialmente da agricultura familiar de Urubici. Possui peças como utensílios domésticos, móveis, ferramentas e implementos da agricultura, conforme as Figuras 55 e 56. Em função do espaço de venda de produtos, a família atende diariamente, em consequência, há possibilidade de visita todos os dias.

Infraestrutura: As peças do memorial não estão catalogadas. O local onde está o acervo é um galpão, embora seja bem característico, a construção internamente não é atrativa.

Acesso: O acesso é bom, a propriedade encontra-se no caminho do Morro da Igreja e a Serra do Corvo Branco (SC 439).

Sinalização: há sinalização da propriedade, não especificamente do atrativo.

VI – Moinho e Casarão Família Ghizoni



Figura 57 - Moinho Família Ghizoni.
Fonte: Autora, 09/04/2011.



Figura 58 - Casarão Família Ghizoni.
Fonte: Autora, 09/04/2011

Caracterização: Tanto o Moinho (Figura 57) como o Casarão Antigo (Figura 58) fazem parte da propriedade “Vinhos Celestino”, associada à Acolhida na Colônia. A produção do moinho era de farinha e fécula de trigo. Ambas as estruturas foram construídas pelo senhor Celeste Ghizoni, descendente de italianos, que segundo Buratto et. al. (2010), foi uma pessoa importante para o desenvolvimento do povoado de Urubici, produzindo uva e suco de vinho. Além do moinho, existia na propriedade uma serraria. A visitação do local é apenas à produção de vinhos (incluindo a cantina) e os peixes ornamentais, não se estendendo a estas construções, que relatam um pouco da história do município e da etnia italiana.

Infraestrutura: Atualmente os casarões não oferecem condições para visitação, necessitando passar por um restauro ou revitalização.

Acesso: o acesso ao local é bom, com um pequeno trecho (de aproximadamente 200 metros) sem pavimentação.

Sinalização: há sinalização da propriedade, mas não dos referidos atrativos potenciais.

Fonte: Autora, 2011

Além dos atrativos potenciais descritos, existem inúmeras cachoeiras distribuídas dentro do município, mas ainda sem infraestrutura e todas localizadas em propriedades privadas.

Há também inúmeros sítios arqueológicos. Com base em depoimentos locais, aproximam-se de 130, sendo 40 catalogados pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011), entre eles: 17 galerias subterrâneas, 9 casas subterrâneas, 3 artes rupestres, 3 terreiros de aldeia, 3 abrigos sob rocha, 2 cemitérios, 1 paradeiro, 1 cerâmico e 1 oficina lítica. Também existe um potencial no patrimônio histórico-cultural, tanto material – além dos descritos acima, existem casarões construídos pelas etnias que colonizaram o município, dentre eles de Letos, conforme a Figura 59 -, como imateriais – relacionados à gastronomia, histórias da colonização, lendas e histórias. Dentre as lendas e histórias, há dos Cavaleiros de Cristo, o qual se acredita que passaram pelo município em 1380; a do tesouro escondido no Morro da Igreja, inclusive já existiram escavações a procura dele (algumas em sítios arqueológicos) e de um nazista que residiu no município. Com relação à gastronomia, ressalta-se que Urubici integra o Guia de Restaurantes “Brasil Sabor”, com pratos tradicionais de 3 equipamentos de alimentação de Urubici, além de outros de municípios da Região.



Figura 59 - Casarão étnico de letos na área rural de Urubici
Fonte: Autora, 14/11/2010.

Conforme relatos dos entrevistados, o município possui cavernas que não estão catalogadas pelo município, as quais são avistadas em caminhadas e cavalgadas por dentro das matas. Um exemplo é a caverna do Avencal, na Figura 60.



Figura 60 - Caverna Avençal.
Fonte: Irá de Souza, 2010.

A geologia, flora e fauna são outro potencial relacionado ao ecoturismo com foco científico. Urubici possuía uma exposição promovida pelo Instituto Serrano, denominada “Exposição da Natureza” com expositores, *banners*, fotos, material áudio-visual, entre outros, da paisagem, formações geológicas, vegetação e fauna do território serrano do Sul do Brasil. Por falta de um espaço adequado no município, a exposição foi transferida para Cambará da Serra.

Outro atrativo, é o roteiro de agroturismo da Acolhida na Colônia, composto por 8 famílias, que consiste em uma proposta de turismo de base comunitária, onde os turistas (que são por eles tratados como visitantes) podem compartilhar o modo de vida dos agricultores familiares. Os roteiros oferecem atividades relacionadas à agricultura (agroecologia, agroindustrialização e beneficiamento de produtos), turismo pedagógico, cicloturismo, educação ambiental, entre outras atividades, que tornaram o destino referência do segmento rural. O diferencial deste roteiro é a vivência com a comunidade receptora, que mantém a agricultura como atividade ativa, enquadrando o turismo na dinâmica da propriedade.

5.3 ESTRUTURA EXTERNA DO DESTINO

Em relação à estrutura externa do município, foram analisados os principais acessos do litoral catarinense ao município - BR 282 (segundo pela SC 430, acesso norte) e pela BR 101 (segundo pelas SC 438 e 430, acesso sul); do oeste do estado ao município – BR 282, desde

a cidade de Lages e os meios de transporte para traslado do turista da capital catarinense até o Urubici.

5.3.1 Acessos Viários

A análise dos 3 (três) principais acesso segue abaixo:

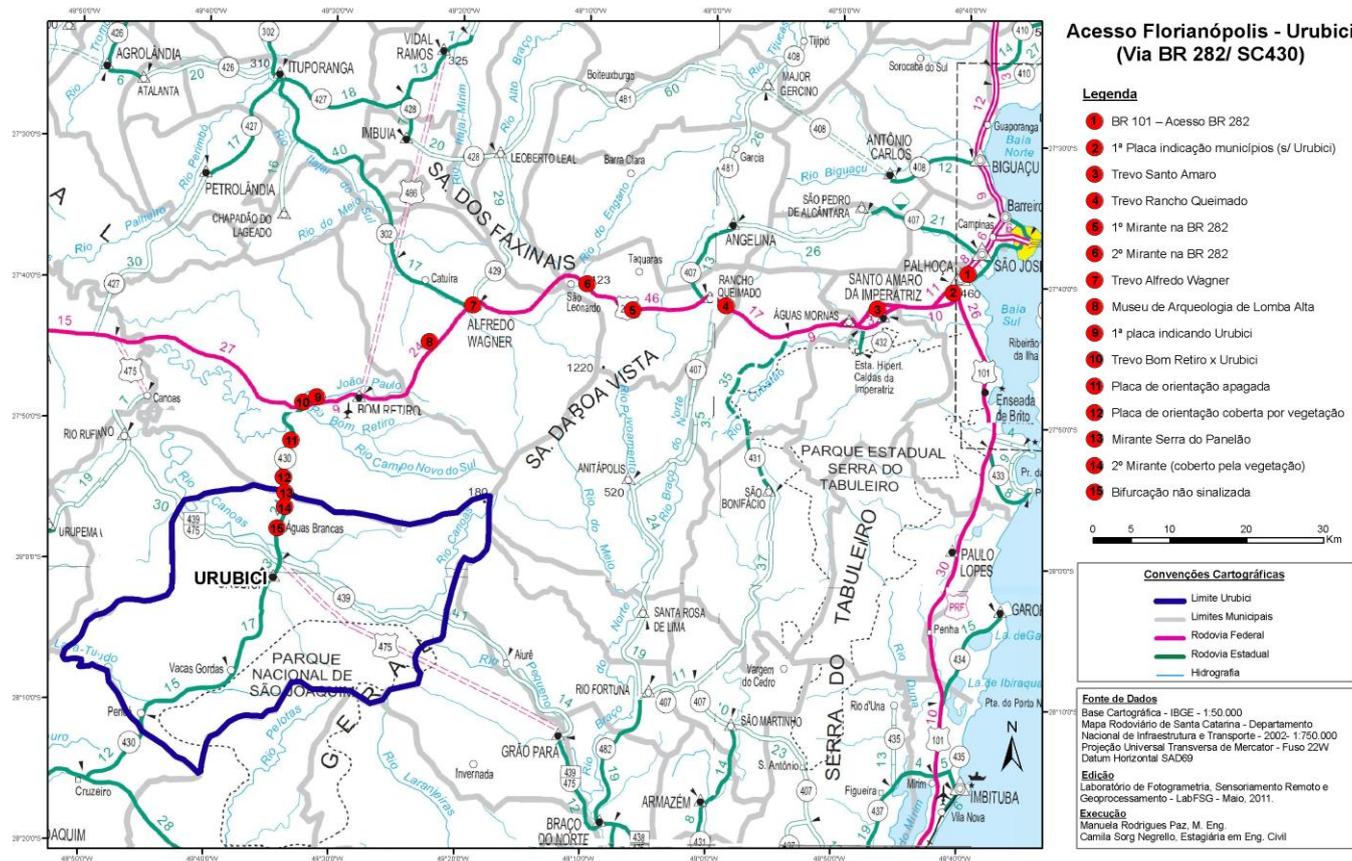
5.3.1.1 Acesso BR 282 / SC 430 (Florianópolis / Urubici)

O acesso pela BR 282 encontra-se em bom estado, devido aos recentes e constantes reparos a que a referida rodovia vem passando. Entretanto, os agravantes são a falta de acostamentos, o que acarreta insegurança, especialmente em função das constantes neblinas. A sinalização indicando e/ou informando o município de Urubici é bastante precária, existindo apenas placas próximas ao trevo de acesso rodovia SC 430, de acesso ao município (em Bom Retiro).

Ao longo da rodovia há alguns pontos para contemplação da paisagem, que é bastante atrativa, mas não existem mirantes estruturados e os pontos não estão sinalizados. Evidencia-se que próximo à rodovia (distante apenas 1 km), no município de Alfredo Wagner, encontra-se o museu de Arqueologia Lomba Alta, onde são expostas diversas peças encontradas no município em sítios arqueológicos lá existentes.

No Mapa 6 encontram-se marcados alguns pontos que são caracterizados por número (conforme a legenda), os quais estão referenciados e caracterizados no Quadro 6.

Mapa 6 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 282/SC 430).



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, 2011.

Quadro 6 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 282/SC 430).

<p>1 - Acesso BR 282 (BR 101) - ausência de sinalização com indicação a Urubici ou a Serra Catarinense. Indica apenas Lages</p>	<p>2 - Primeira sinalização/informação na BR 282 – sem informação de Urubici ou Serra Catarinense, apenas de Lages</p>
	
<p>Figura 61 - Entrada BR 282. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 62 - 1ª Placa BR 282. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>
<p>3 - Trevo de Santo Amaro - BR 282 – sem indicação a Urubici ou Serra Catarinense. Indicação apenas de Lages</p>	<p>4 - Trevo de Rancho Queimado - BR 282 - sem indicação a Urubici ou Serra Catarinense. Indicação apenas de Lages</p>
	
<p>Figura 63 – Trevo de acesso à Santo Amaro. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 64 – Trevo de acesso à Rancho Queimado. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>

<p>5 - 1º Mirante de contemplação da paisagem sem estrutura – Rancho Queimado BR 282</p>	<p>6 - 2º Mirante de contemplação da paisagem sem estrutura – Rancho Queimado BR 282</p>
	
<p>Figura 65 - 1º Mirante na BR 282. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 66 - 2º Mirante na BR 282. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>
<p>7 – Trevo de Alfredo Wagner BR 282 x SC 302 - sem indicação a Urubici ou Serra Catarinense. Indicação apenas de Lages</p>	<p>8 – Museu de Arqueologia Lomba Alta – próximo BR 282</p>
	
<p>Figura 67 – Trevo de acesso à Alfredo Wagner. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 68 - Museu Lomba Alta. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>

<p>9 - Primeira placa de indicação de Urubici a 500 metros do trevo de Bom Retiro - BR 282 – (acesso a Urubici – SC 403)</p>	<p>10 - Trevo de Bom Retiro - BR 282 - acesso a Urubici – SC 430</p>
	
<p>Figura 69 - 1ª placa indicando Urubici. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 70 – Trevo de acesso à Bom Retiro. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>
<p>11 - Placa com informação de Urubici e São Joaquim apagada - SC 430.</p>	<p>12 - Placa de informação (distância do município) sendo coberta pela vegetação - SC 430.</p>
	
<p>Figura 71 – Placa de informação apagada. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>	<p>Figura 72 – Placa parcialmente coberta pela vegetação. Fonte: Autora: 09/04/2011</p>

13 - 1º Mirante de contemplação da Serra do Panelão sem estrutura, com vista coberta pela vegetação. Divisa de município - SC 430.



Figura 73 - Mirante sem estrutura e coberto pela vegetação.
Fonte: Autora: 09/04/2011

14 - 2º Mirante sem estrutura, coberto pela vegetação - SC 430.



Figura 74 - Mirante coberto pela vegetação.
Fonte: Autora: 09/04/2011

15 - Bifurcação sem sinalização de orientação - SC 430.



Figura 75 - Bifurcação sem sinalização SC 430.
Fonte: Autora: 09/04/2011

Fonte: Autora, 2011

O trajeto pela BR 282 passa por Rancho Queimado, onde existe o Morro da Boa Vista (para contemplação), além de 2 (dois) mirantes não estruturados (conforme as Figuras 65 e 66), com a possibilidade de contemplação do conjunto de montanhas e vales. Além disto, há o museu de arqueologia de Lomba Alta, no município de Alfredo Wagner, aberto diariamente para visitação, distante aproximadamente 1 km da BR.

No trajeto pela SC 430 existem dois mirantes sem estrutura, um com vista para a Serra do Panelão (na divisa do município com Bom Retiro) e outro com vista para o Vale do São Francisco e o conjunto de montanhas, conforme as Figuras 73 e 74.

5.3.1.2 Acesso BR 101 / SC 438 / SC 430 (Florianópolis / Urubici)

O acesso via BR 101 é mais precário que pela BR 282, em função das obras de duplicação que estão sendo executadas neste caminho. Embora existam alguns trechos já duplicados, as estradas que ainda não passaram pela reforma são bastante problemáticas, com frequentes congestionamentos, especialmente em feriados e temporada de verão. Além disto, há constantes mudanças no trânsito e a sinalização da rodovia é precária. A Figura 76 evidencia a precariedade. Mesmo com a obra inacabada, que está prevista para concluir no ano de 2014, há cobrança de pedágio, conforme sinalizado na Figura 76.



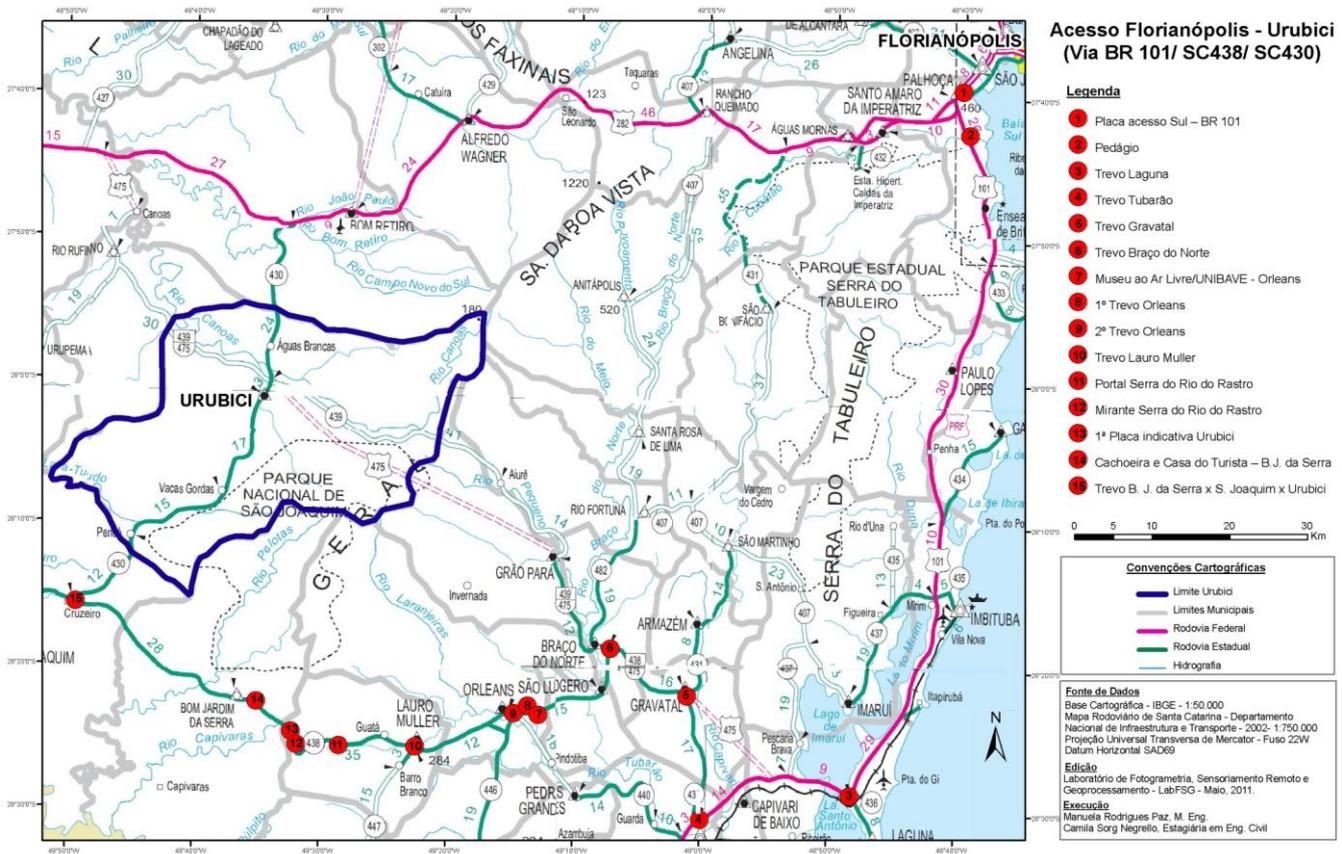
Figura 76 - Bifurcação sem sinalização na BR 101.

Fonte: autora, 26/10/2010

O trajeto por esta rodovia passa por municípios litorâneos, como Garopaba, Imbituba e a histórica cidade de Laguna. Seguindo a SC 438, passa por municípios como Gravatal (onde existe um complexo de águas termais e hoteleiro); Orleans (onde existe o museu étnico italiano e os painéis esculpidos em rocha) e por Lauro Muller e Bom Jardim da Serra, onde a Serra do Rio do Rastro marca a divisa entre ambos. Há também uma cachoeira na lateral da rodovia, próxima a Casa do Turista de Bom Jardim da Serra que é ponto de parada para fotografias.

No Mapa 7 encontram-se marcados alguns pontos que são caracterizados por número (conforme a legenda), os quais estão referenciados e caracterizados no Quadro 7.

Mapa 7 - Acesso Florianópolis / Urubici (via BR 101/SC 438/ SC 430).



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, 2011.

Quadro 7 - Acesso Florianópolis/ Urubici (via BR 101/ SC 438/ SC 430).

<p>1 - Placa de direção sul (palhoça) - BR 101 – sem indicação do acesso a Urubici ou a Serra Catarinense por este trajeto.</p>	<p>2 – Pedágio - BR 101 Sul – cobrança sem a conclusão da obra de duplicação</p>
	
<p>Figura 77 - BR 101 direção sul. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 78 – Pedágio na BR 101. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
<p>3 – Trevo Laguna – BR 101 - sem indicação de Urubici ou Serra Catarinense. Obs.: Laguna é uma cidade histórica, com diversos recursos arquitetônicos (casarios antigos) e outros atrativos, entre eles o Farol de Santa Marta e o Museu de Anita Garibaldi.</p>	<p>4 –Trevo Tubarão – BR 101 x SC 438 - sem indicação de Urubici ou Serra Catarinense.</p>
	
<p>Figura 79 – Trevo de acesso à Laguna. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 80 – Entrada de acesso à SC438. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

<p>5 – Trevo Gravatal x Armazén – SC 438 – placa sem indicação de Urubici.</p>	<p>6 – Trevo Braço do Norte – SC 438 - placa sem indicação de Urubici.</p>
	
<p>Figura 81 - Placa no trevo de Gravatal. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 82 - Placa no Trevo de Braço do Norte. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
<p>7 – Museu ao Ar Livre – próximo SC 438 - Orleans/Universidade Barriga Verde – UNIBAVE.</p>	<p>8 –Trevo Orleans – SC 438 – placa sem indicação de Urubici.</p>
	
<p>Figura 83 - Museu ao Ar Livre em Orleans. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 84 - 1º trevo de Orleans. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

9 – 2º Trevo de Orleans (Acesso Lauro Muller) - SC 438 – placa sem indicação de Urubici.



Figura 85 - 2º trevo de Orleans.
Fonte: Autora, 17/03/2011

10 – Trevo Lauro Muller - SC 438 – placa sem indicação Urubici.



Figura 86 – Trevo de acesso à Lauro Muller.
Fonte: Autora, 17/03/2011

11 – Portal/Serra Rio do Rastro - SC 438 – um dos grandes atrativos da região e do Estado de Santa Catarina



Figura 87 – Portal da Serra do Rio do Rastro.
Fonte: Autora, 17/03/2011

12 – Vista do mirante da Serra Rio do Rastro (Bom Jardim da Serra) - SC 438.



Figura 88 – Mirante da Serra Rio do Rastro.
Fonte: Acervo Lucimery Dal Medico, 2010.

13 – 1ª placa de indicação de Urubici – SC 438 – Mirante Serra Rio do Rastro.



Figura 89 - 1ª placa de sinalização indicando Urubici.

Fonte: Autora, 17/03/2011

14 - Cachoeira Casa do Turista de Bom Jardim da Serra.



Figura 90 - Cachoeira na SC 438 em Bom Jardim da Serra.

Fonte: Autora, 17/03/2011

15 – Trevo de Bom Jardim x São Joaquim x Urubici - SC 438 x SC 430.



Figura 91 – Trevo de B. Jardim, com acesso a S. Joaquim ou Urubici.

Fonte: Autora, 17/03/2011

Fonte: Autora, 2011

5.3.1.3 Acesso BR 282/ SC 430 (Lages/ Urubici)

O acesso via BR 282, via Lages à Urubici encontra-se em boas condições, devido aos recentes e constantes reparos que a referida rodovia vem passando. No entanto, o caminho não possui muito apelo paisagístico. A mata nativa perdeu espaço para as plantações de pinus,

inclusive, frequentemente encontram-se partes desmatadas em função do corte das referidas árvores, conforme Figuras 92 e 93.



Figura 92 - Pinus na BR 282.
Fonte: Autora, 18/03/2011

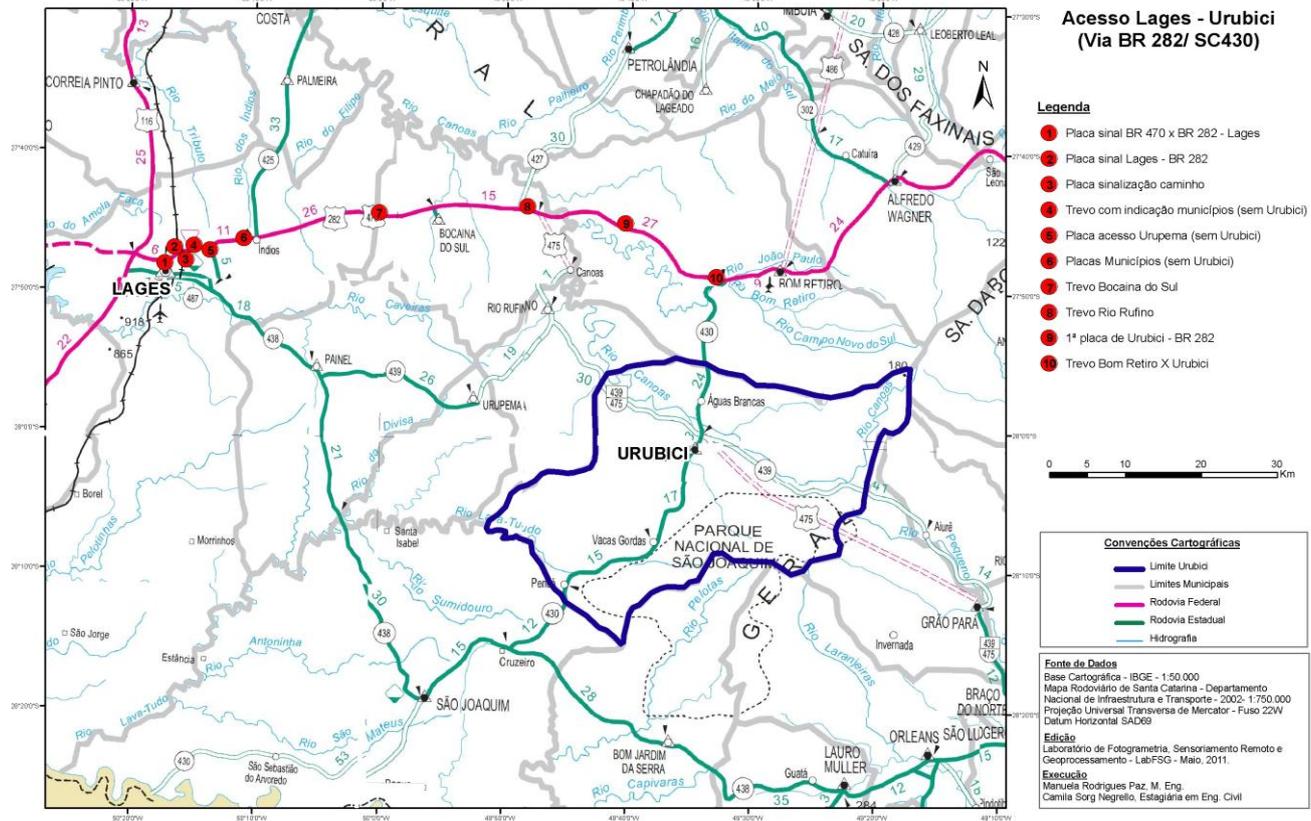


Figura 93 - Derrubada pinus BR 282.
Fonte: Autora, 18/03/2011

Com relação à sinalização de indicação de Urubici, existe apenas uma placa 15 km antes do trevo de acesso (em Bom Retiro) e as placas de orientação no referido trevo.

No Mapa 8 encontram-se marcados alguns pontos que são caracterizados por número (conforme a legenda), os quais estão referenciados e caracterizados no Quadro 8.

Mapa 8 - Acesso Lages/ Urubici (via BR 282/ SC 430).



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

Quadro 8 - Acesso Lages/ Urubici (via BR 282/ SC 430).

<p>1 – Placa Sinal Lages (Conta Dinheiro) –BR 470 x BR 282– sem indicação de Urubici ou a Serra Catarinense.</p>	<p>2 – Placa Sinal Lages - BR 282 - (direção São José do Cerrito x Lages) – sem indicação de Urubici ou a Serra Catarinense.</p>
	
<p>Figura 94 - Sinal de trânsito em Lages (BR 470 x BR 282). Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 95 - Sinal de trânsito em Lages (BR 282). Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
<p>3 – Placa sinalização saída de Lages - BR 282 - sem indicação de Urubici ou a Serra Catarinense (apenas Bom Retiro).</p>	<p>4 – Trevo com placa de indicação Bom Retiro, Alfredo Wagner e Florianópolis - sem indicação de Urubici - BR 282.</p>
	
<p>Figura 96 - Placa saída Lages. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 97 - Trevo com placa indicação. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

<p>5 – Placa acesso Urupema/São Joaquim - BR 282 - sem sinalização urubici.</p>	<p>6 – Placa dos municípios da Serra Catarinense – BR 282 - sem indicação de Urubici.</p>
	
<p>Figura 98 - Placa de acesso à Urupema. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 99 – Placa de indicação dos municípios da Serra. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
<p>7 – Trevo Bocaina do Sul – BR 282 - sem orientação a Serra Catarinense.</p>	<p>8 – Trevo Rio Rufino – BR 282 - sem orientação a Serra Catarinense.</p>
	
<p>Figura 100 – Trevo de acesso a Bocaina do Sul. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 101 – Trevo de acesso à Rio Rufino. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

Fonte: Autora, 2011.

9 – 1ª placa de Urubici (15 km antes trevo de acesso) - BR 282.	10 – Placa trevo de acesso a Urubici (Bom Retiro) - BR 282.
	
<p>Figura 102 - 1ª placa de indicação à Urubici. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	<p>Figura 103 – Trevo de acesso à Bom Retiro x Urubici. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

5.3.2 Meios de transporte

Os transportes ao município de Urubici são limitados. O aeroporto mais próximo é o Hercílio Luz, localizado em Florianópolis (distante 160 km). Para chegar ao município é necessário utilizar transporte rodoviário. Existem duas empresas que mantêm ônibus coletivos regulares, a Reunidas S. A. - linhas: a) de Florianópolis até Urubici, com apenas 2 horários diários (12:00 e 18:30 horas); b) de São Joaquim a Urubici, com 4 horários diários (6:00 – apenas dias úteis -, 12:45, 16:00 - apenas domingos e feriados - e 17:00 horas) – e Nevatur Transportes Coletivos e Turismo – linha Lages até Urubici, com horários e dias diversificados (12:45 horas - terças, quintas e sábados - e 15:30 horas - segundas, quartas e sextas). O terminal rodoviário municipal não apresenta condições adequadas para a recepção de turistas, limita-se a um guichê de venda de passagens e este não se encontra sinalizado devidamente (Figura 104), assim como, não apresenta estrutura para recepção de turistas.



Figura 104 - Terminal rodoviário de Urubici.
Fonte: autora, 18/11/2010

5.4 INFRAESTRUTURA INTERNA DO DESTINO

5.4.1 Acesso

Os acessos viários internos do município são regulares e variam conforme os atrativos. Atualmente o mais problemático é o da Serra do Corvo Branco, que embora esteja passando pelo processo de pavimentação, ainda é precário. Além disto, a pavimentação não ocorrerá até a Serra, conforme informações coletadas nas entrevistas, por questões ambientais, o ICMBio interviu em parte da obra. O acesso que está sendo pavimentado (Figura 105) também leva a Gruta Nossa Senhora de Lourdes e ao acesso ao Morro da Igreja. Outros atrativos também não possuem pavimentação, como o Morro do Campestre e o trajeto por entre as propriedades privadas até a Cascata Avencal (Figura 106) e Cascata Véu da Noiva. Também agravantes nos trajetos é a falta de mirantes e acostamentos que permitam a contemplação da paisagem. As fotos abaixo demonstram as estruturas das estradas aos atrativos.



Figura 105 – Trajeto SC 439 sendo pavimentado.

Fonte: Autora, 18/11/2010



Figura 106 - Acesso à Cascata Avencal.

Fonte: Autora, 18/11/2010

Alguns equipamentos também sofrem com a falta de pavimentação. Um dos trajetos mais problemáticos do município é a Estrada Geral do Baiano, que além de ser acesso a três pousadas (Pousada Arroio da Barra, Pousada Urubici e Pousada Encanto da Natureza), também leva a um criadouro de trutas (Truta Azul) e é acesso secundário ao Morro da Igreja. O estado da estrada é precário, conforme Figuras 107 e 108.



Figura 107 - Estrada precária para a Cascata Avencal.

Fonte: Autora, 18/11/2010



Figura 108 - Estrada precária para a Cascata Avencal.

Fonte: Autora, 18/11/2010

Agrava-se o problema das estradas em função da necessidade de utilização de transportes particulares pelos turistas, conforme descrito a seguir.

5.4.2 Meios de Transporte

Existe no município linhas internas (para as principais comunidades) que trafega em dois horários diários (descola-se até o centro às 7 hs, retorna 11:30 hs às comunidades, desloca-se novamente ao centro 13:30 hs, retornando às comunidades 18:00 hs), de segunda à sábado. Passa por alguns dos atrativos, mas não engloba todos, sendo inviável a utilização pelos turistas. Em função da necessidade de utilização de automóveis próprios, os turistas (conforme relatos da representante da secretaria da entrevista) demandam por estradas de melhor qualidade, com mais conforto e segurança. Vale ressaltar que no Plano Diretor do município está previsto a garantia de transporte público a população local, promovendo acesso tanto interno (inclusive ao meio rural), como à região Serrana, mas estes se demonstram insuficientes.

5.4.3 Sinalização

Durante a pesquisa observou-se a implantação de placas de sinalização em todo o município, indicando os atrativos turísticos, inclusive, a sinalização está nos dois sentidos das vias. Conforme informado na entrevista, o recurso é proveniente do Fundo Estadual do Turismo (Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte) e o início da implantação das placas ocorreu no mês de setembro de 2010 e já está concluída, exceto nos pontos que estão em processo de pavimentação. Foi seguido o padrão de sinalização turística, orientado pelo MTur, conforme Figuras 109 e 110.



Figura 109 - Sinalização interna do município.

Fonte: autora, 18/11/2010



Figura 110 - Sinalização interna do município.

Fonte: autora, 18/11/2010

5.4.4 Informações turísticas

Atualmente, as informações fornecidas ao turista que chegam ao município são na Central de Informações, que funciona dentro da estrutura da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, localizada na Avenida Adolfo Konder (principal avenida do município), no Bairro Esquina. A central funciona diariamente (com exceção do natal e 1º do ano). Os horários de atendimento são das 8:00 às 18:00 hs fora do período de temporada, e das 9:00 às 19:00 hs nas temporadas de inverno e verão, inclusive, existem guias credenciados (pelo MTur) trabalhando no local. A sede da Secretaria mudou há aproximadamente 1 ano (mês de junho de 2010), sendo que a construção onde hoje encontra-se, embora bem localizada, possui uma arquitetura pouco expressiva conforme evidenciado na Figura 111. No local são encontrados materiais promocionais do município (alguns abrangendo o município, mas também de equipamentos individuais), região turística a qual o município integra, além de encartes de outros destinos turístico do estado de Santa Catarina (Figura 112).



Figura 111 - Central de Informações Turística.

Fonte: Autora, 18/11/2010



Figura 112 - Material de promoção turística.

Fonte: Autora, 18/11/2010

Porém, vale ressaltar que o material promocional apresenta algumas deficiências. Além de não possuir uma identidade única, os mapas são inapropriados e alguns meramente ilustrativos (sem realmente caracterizarem-se como mapas). Existe um guia rápido, mas o mapa do material não permite que o turista se localize no município. Para tornar mais prático, visto a ineficiência dos produtos cartográficos que possuem, foi elaborado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo um mapa manuscrito, conforme a Figura 113.



Figura 113 - Material manuscrito de Urubici para uso dos turistas.
 Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (Urubici, 2011b)

5.4.5 Equipamentos de hospedagem

Foram identificados 43 equipamentos de hospedagem no município de Urubici, destes, 25 encontram-se no meio rural e os demais no centro urbano, conforme Mapa 9 (o quadro com a relação completa e imagens encontra-se no Apêndice B, seguindo a numeração da legenda). Além destes equipamentos, na temporada de inverno, são ofertadas as chamadas “pousadas alternativas”, que são quartos dentro de casas de moradores locais, disponibilizados temporariamente para hospedagem, com vistas a suprir a demanda que, segundo informações levantadas com as entrevistas, é superior a oferta disponível.

A arquitetura dos equipamentos de hospedagem é bastante variada. Algumas pousadas optam por chalés, a maioria delas utilizando a matéria prima local, como a madeira, tornando as construções mais harmônicas com a paisagem local, conforme Figuras 114 e 115.



Figura 114 - Pousada Beira Rio.
Fonte: Autora, 17/04/2011



Figura 115 - Pousada Arroio da Serra.
Fonte: Acervo Lucimery Dal Medico, 2010

Há construções maiores, em que os quartos encontram-se distribuídos dentro de uma mesma estrutura, conforme Fotos 116 e 117:



Figura 116 - Pousada Invernada.
Fonte: Autora, 18/04/2011



Figura 117 - Girassol.
Fonte: Autora, 18/04/2011

As pousadas urbanas também são bastante diversificadas, algumas são residências transformadas em espaço de hospedagem, conseqüentemente são construções mais convencionais (Figura 118), já outras buscam seguir um padrão mais condizente com as características locais, conforme Figura 119:



Figura 118 - Pousada Vó Nair.
Fonte: Autora, 18/04/2011



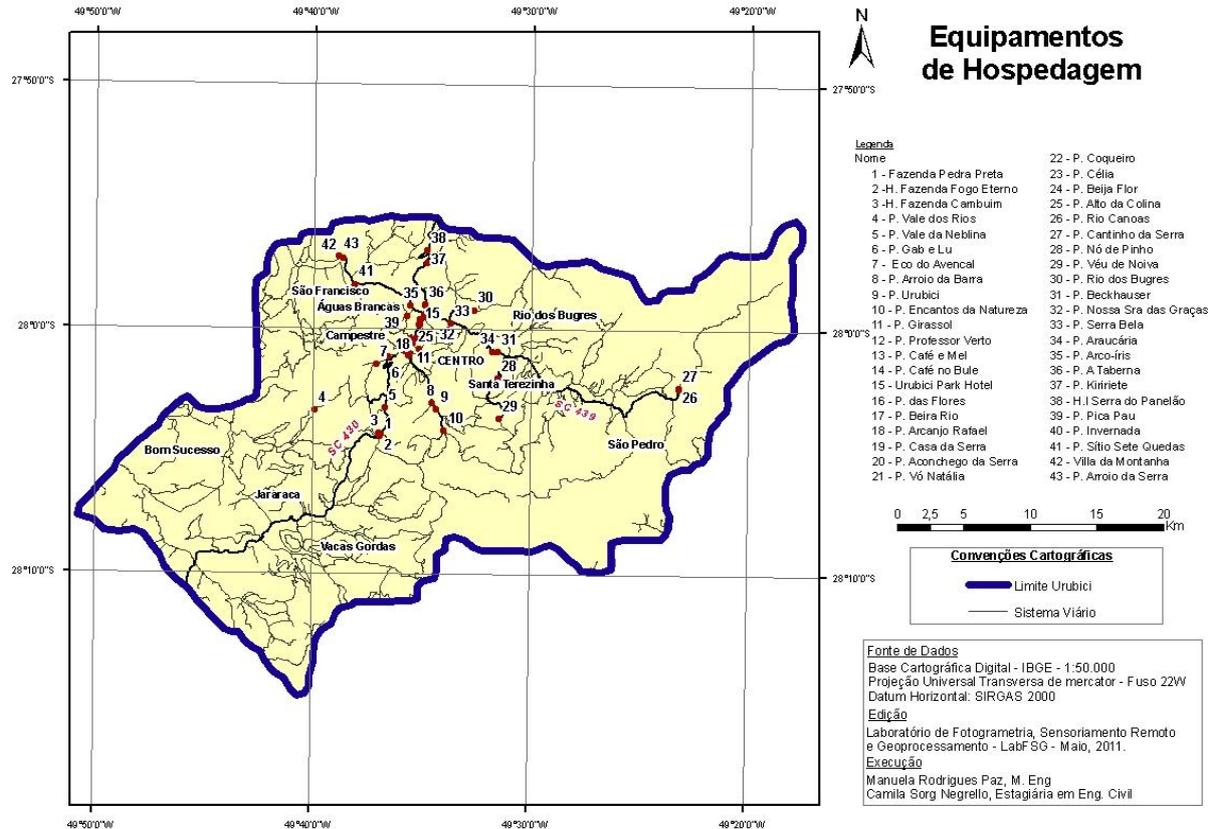
Figura 119 - Pousada Café e Mel.
Fonte: Autora, 09/04/2011

Assim como as construções, as estruturas internas e os serviços são bastante variados. Algumas hospedagens são bastante modestas, sem serviços adicionais, sendo utilizadas apenas para pernoite, outras já ofertam desde atrativos internos as estruturas - como banheiras de ofurô e hidromassagens -, até serviços de cavalgadas, piscinas, atividades agrícolas entre outras. Há diversas opções, tanto dos serviços como de valores.

Os equipamentos encontram-se distribuídos pelo município, sendo mais escassos na área sul e sudoeste do município (conforme

observado no Mapa 9), o que avalia-se ser consequência da ausência de atrativos turísticos mais estruturados (conforme já analisado no Mapa 5).

Mapa 9 - Equipamentos de hospedagem de Urubici.



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

5.4.6 Equipamentos de alimentação

As opções de restaurante também são variadas. Existem churrascarias, que oferecem, além de churrasco, buffet com pratos típicos locais (a base de aipim, batatas e pinhões); especializados em trutas (peixe que vem crescentemente sendo criado no município); especializados em massas, cafés e pizzarias, conforme disposto no Mapa 6. Os serviços consistem em *buffet*, *rodízios* e *a la carte*. As estruturas seguem a diversificação dos serviços, alguns seguem um padrão mais convencional, outros oferecem mais requinte e a arquitetura condizente com as características locais. Nas Figuras 120 e 121 representada a diversificação arquitetônica.



Figura 120 - Restaurante Átrio.
Fonte: Autora, 18/04/2011



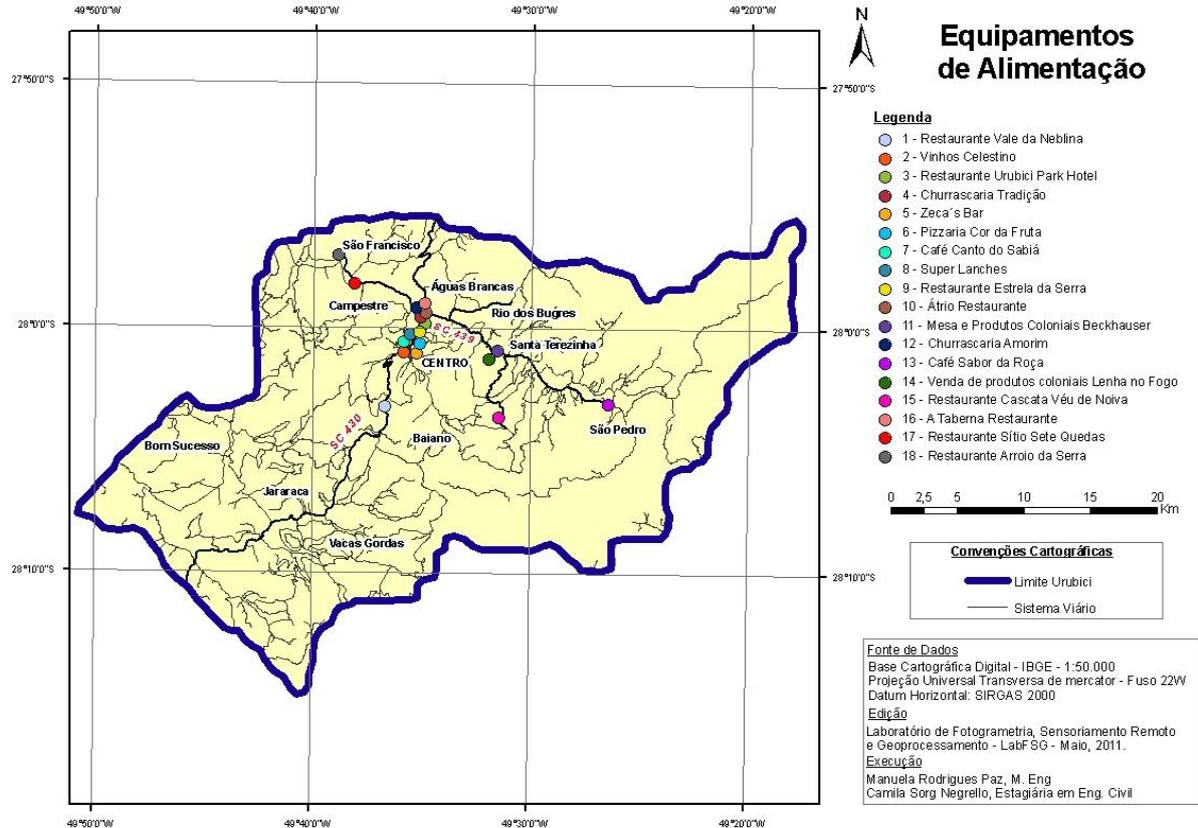
Figura 121 - Churrascaria Tradição.
Fonte: Autora, 18/04/2011

Vale ressaltar que atualmente, conforme informações das entrevistas, a demanda por equipamentos de alimentação é superior a oferta de equipamentos, especialmente na temporada de inverno.

A localização dos restaurantes é principalmente na área urbana, conforme pode ser visualizado no Mapa 10. Os que se encontram no meio rural (com poucas exceções), são relacionados a equipamentos de hospedagem. Da mesma forma que os atrativos e equipamentos de hospedagem, são ausentes no sul e sudoeste do município.

No Mapa 10, a seguir, os equipamentos encontram-se localizados por cor, referenciado por número (cardinais) na legenda para facilitar a localização. A relação completa com fotos dos equipamentos de alimentação encontra-se no Apêndice C.

Mapa 10 - Equipamentos de alimentação de Urubici.



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

5.4.7 Equipamentos de apoio

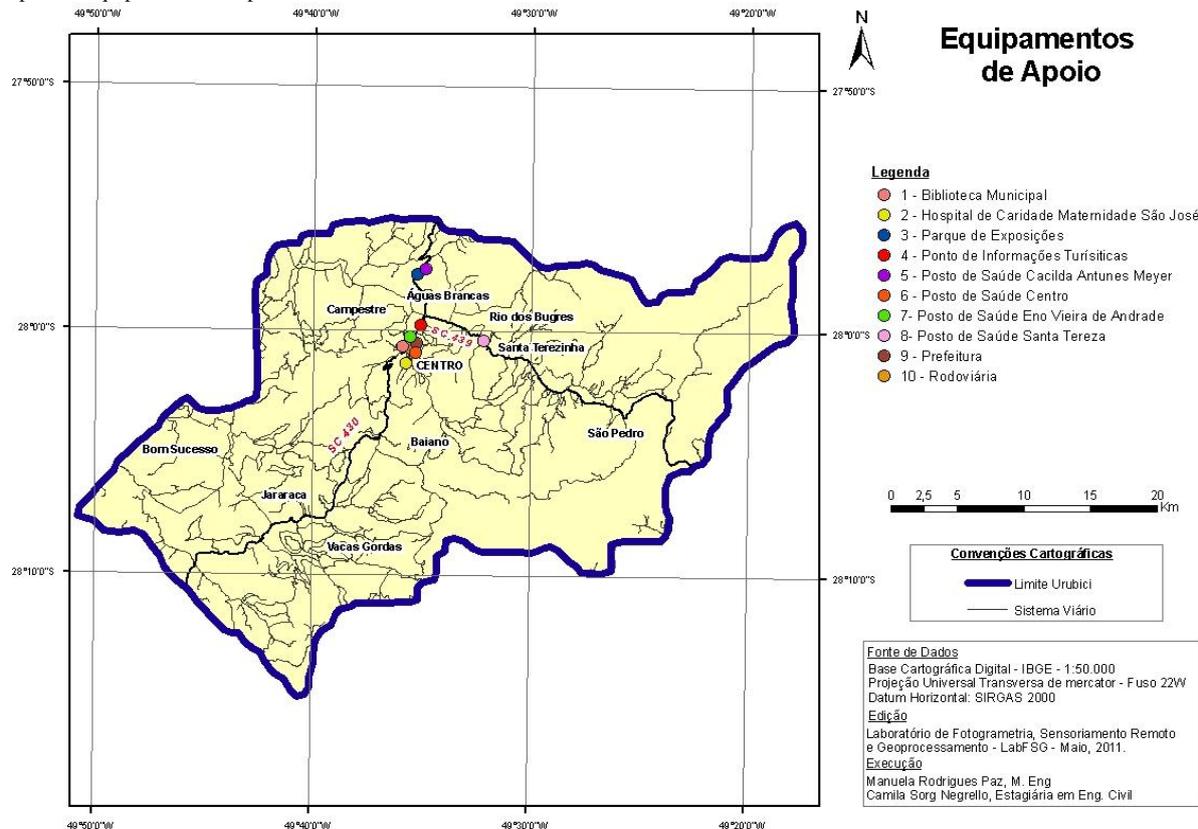
Foram mapeados 10 dos principais equipamentos de apoio à atividade turística: além da Central de Informações Turísticas, também a Biblioteca, Prefeitura Municipal de Urubici, o Parque de Exposições (espaço para eventos), terminal rodoviário intermunicipal, hospital e as 4 (quatro) unidades de saúde. Os equipamentos encontram-se espacializados no Mapa 11, localizados por cores, mas numerados na legenda com o mesmo número do Quadro 9.

Quadro 9 - Equipamentos de apoio.

1 Prefeitura Municipal de Urubici	2- Prefeitura Municipal
 <p>Figura 122 - Acervo Histórico. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	 <p>Figura 123 - Prefeitura Municipal. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
3 Parque de exposições	4 Ponto de Informações Turísticas
 <p>Figura 124 - Parque de Exposição. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>	 <p>Figura 125 - Central de Informações Turísticas. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>
5 Posto Saúde Cacilda A. Meyer	6 Posto Saúde Centro
7 Posto Saúde Eno Vieira	8 Posto Saúde Santa Tereza

9 Hospital São José	10 Rodoviária
 <p data-bbox="188 440 482 510">Figura 126 - Prefeitura Municipal. Fonte: Autora, 17/03/2011 Fonte: Autora, 2011.</p>	 <p data-bbox="563 440 863 488">Figura 127 – Terminal Rodoviário. Fonte: Autora, 17/03/2011</p>

Mapa 11 - Equipamentos de apoio de Urubici.



Fonte: Elaborado no Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto/UFSC, 2011.

6 CONCLUSÕES E PROPOSTAS

6.1 PROPOSTAS

Com base nas informações geradas, são sugeridas algumas medidas passíveis de serem adotadas, ao planejamento e a melhoria da infraestrutura e do produto turístico de Urubici.

6.1.1 Fluxograma do planejamento e gestão turísticos

Propõe-se o seguinte fluxograma para orientar o planejamento de Urubici frente às informações disponíveis:

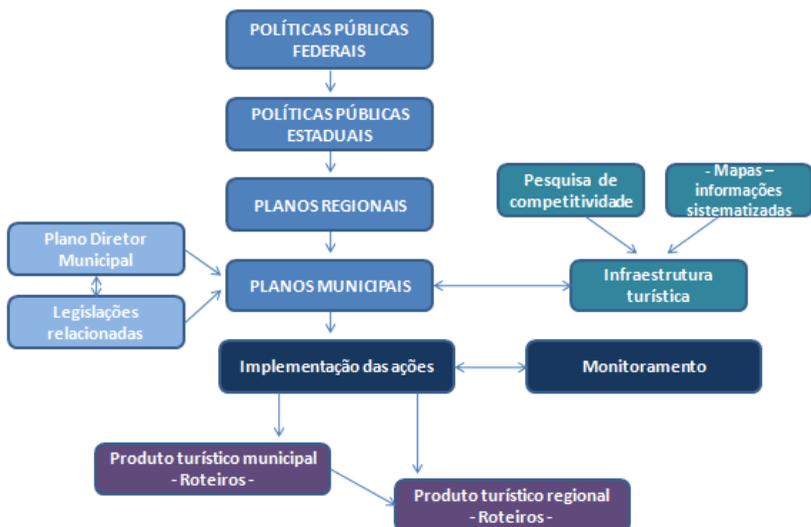


Figura 128 - Fluxograma do planejamento e gestão turísticos.

Fonte: Autora, 2011.

As **políticas públicas** (sem julgamento da eficiência) foram elencadas no topo por regerem as ações federais e estaduais e automaticamente investimentos públicos na área. Pondera-se também que são nelas que os **planos regionais** (que seguem abaixo das políticas) vêm sendo pautados, desta forma, é onde os **planos e ações municipais**

serão subsidiados. Porém, não são os elementos únicos a serem considerados. Desta forma, propõe-se que os planos municipais de turismo considerem o **Plano Diretor** como o elemento principal orientador do desenvolvimento sustentável, aliado a ele, as **legislações** que regem o turismo e as atividades a ele relacionadas.

Ainda no plano municipal, demanda-se uma análise aprofundada da **infraestrutura**, no caso de Urubici, os elementos que poderão dispor atualmente são a **pesquisa de competitividade** (considerando suas 13 dimensões e 62 variáveis, as quais retratam algumas deficiências) e as **informações sistematizadas sobre mapas temáticos**. Para tanto, demanda-se a estruturação de um sistema de informações geográficas.

Fazendo um prognóstico, percebe-se que se a atuação municipal da atividade turística continuar sem a estruturação dos dados e a sistematização geração informações, a tendência é que a atividade se distancie cada vez mais da sustentabilidade, pela falta da visão holística, continuando os planos e ações sendo ineficientes.

Abrem-se parênteses para analisar que os planos realizados até o momento avançaram minimamente até a variável “planos municipais”, o qual vem mais avançando é o plano estratégico municipal, mas ainda encontra-se em estruturação. Aliás, ressalta-se que não vem trabalhando sobre bases cartográficas. Ele está buscando abranger os demais planos (nacionais, estaduais e municipal/Plano diretor), mas as análises vêm ocorrendo nos bastidores, pela equipe promotora (órgão oficial de turismo do estado), sem demonstrar como vem ocorrendo a sistematização.

Retomando a análise, a pesquisa levantou os principais dados que compõem as variáveis constantes no fluxograma acima, além disto, avançou num diagnóstico da situação da infra-estrutura turística do município, avaliando não apenas a situação interna, mas também as condições externas que possibilitam o acesso do turista ao destino.

Foram apontados exatamente as deficiências e sua localização. Além disto, apontados os potenciais que estão sendo ignorados pela gestão turística, que se encontram espacializados nos mapas, os quais foram e serão elementos chaves para utilizar na estruturação do destino, por proporcionarem esta visão integradora.

A adoção do fluxograma consiste na primeira sugestão da pesquisa ao destino. A segunda é a estrutura de um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrição a seguir.

6.1.2 Sistema de Informações Geográficas

Com base nas informações disponibilizadas, sugere-se que seja estruturado um SIG do turismo para o município. O banco de dados deverá ser alimentado com mapas, dados estatísticos e qualitativos da atividade turística, aliado a outras técnicas de sensoriamento. Isto permitirá a combinação de informações espaciais, que possibilitem uma visualização abrangente do fenômeno turístico. Através dele, é propiciado uma gestão mais eficiente da atividade turística.

A adoção e utilização de mapas de qualidade, com escalas devidas, para a estruturação do SIG é imprescindível, inclusive, para uso cadastral, já que o cadastro municipal vem sem realizado com base em produtos sem a acurácia necessária (mapas baseados no Google Earth).

O SIG facilitará atualizações frequentes do inventário; a realização de diagnósticos a partir do apontamento de deficiências, ações prioritárias e estratégias de implementação; além do monitoramento e avaliação da atividade.

Não apenas para a atividade turística, mas também sua utilização deve ser assumida para toda a gestão pública de Urubici, especialmente destacando o Cadastro Técnico, que se mostrou bastante deficitário.

Para a estrutura do SIG, sugere-se que sejam considerados os elementos da oferta turística já georreferenciados nesta pesquisa, cruzadas com outras informações pertinentes. Além disto, ressalta-se que existem *softwares* livres que podem ser utilizados, sem custos ao poder público, como SPRING ou TerraView, ambos disponíveis para *downloads* na internet.

Sugere-se que através deste SIG seja realizado o monitoramento, para tanto, sejam propostos (pelo poder público, privado, sociedade civil organizada e comunidade) indicadores da atividade turística, baseados na realidade municipal. Embora existam metodologias já propostas, por exemplo, da FGV, mostram-se muito genéricas, além disto, a pesquisa ocorrerá por tempo determinado.

Para tanto, propõe-se que seja embasado nas pesquisas existentes (da FGV, as pesquisas de demanda, planos, os estudos e inclusive esta pesquisa), para definir a situação atual. A partir da definição dos indicadores, é possível monitorar as intervenções necessárias, assim como os avanços da atividade ao longo do tempo.

6.1.3 Revitalizar elementos do patrimônio histórico-cultural e estruturar roteiros considerando outros segmentos turísticos potenciais

Existem elementos culturais com potencial para atratividade turística, no entanto, há necessidade de revitalização. Citam-se aqueles apresentados nos atrativos potenciais, tanto os materiais como os imateriais. Uma das possibilidades é o turismo étnico. Pelas diversas etnias no município, Urubici apresenta vasto potencial histórico-cultural. Uma delas é a Italiana, que deixou influências imateriais (cita-se na culinária e na produção de vinho), também materiais, como a arquitetura (exemplo o Moinho e a Serraria Ghizoni).

O potencial roteiro pode ser integrado com o município de Orleans, o qual possui (no caminho pela SC 438, via Serra do Rio do Rastro), o Museu ao Ar Livre da Colonização Italiana (representado no Mapa 7), uma estrutura bastante atrativa, com diversas estruturas representando o parque das indústrias dos colonizadores (serrarias, engenhos, casas, estábulos etc.). Também há possibilidade de integração com a cidade de Laguna, em função do patrimônio histórico-cultural material e imaterial, como os casarios dos colonizadores portugueses espanhóis, monumentos e a história da Tomada de Laguna.

Outra possibilidade é desenvolver o Turismo Arqueológico. O potencial é inegável, devido aos seus inúmeros sítios arqueológicos (dois deles já recebem visita turística). É necessário ampliar as parcerias para estrutura o produto, sem gerar efeitos negativos ao ambiente. Neste sentido, o município já vem buscando as parcerias com universidade. Mas há possibilidade de estruturar um roteiro integrado com Alfredo Wagner, onde já existe o Museu de Arqueologia Lomba Alta, distante 1 km da rodovia de acesso a Urubici, (conforme espacializado no mapa 6) - e também existem cerca de 160 sítios arqueológicos catalogados;

Ressalta-se o potencial para o desenvolvimento de roteiros científicos, considerando o potencial geológico, da flora e fauna, a existência do Parque Nacional São Joaquim (que já vem ofertando produtos relacionados). Para tanto, é indispensável o estreitamento das relações com o Instituto Serrano, buscando atrair novamente ao município a “Exposição da Natureza”, estruturando um espaço permanente.

Pelas características do município, é preciso focar os segmentos para atrair públicos mais comprometidos com a

sustentabilidade do destino. Uma tipologia de turismo importante é o de base comunitária, que já vem se desenvolvendo no município (através do roteiro de agroturismo da Acolhida na Colônia), o que sugere ser fortalecido.

Estes elementos podem ser importantes estratégias para superar a falta de oferta em dias chuvosos e ofertar mais possibilidades para o combate à sazonalidade.

6.1.4 Articulação dos municípios para infraestrutura externa e regional dos destinos

Com base no panorama da estrutura externa apresentada, é evidente a necessidade de uma articulação dos municípios da Serra Catarinense para promover a infraestrutura de acesso à região. Em função do projeto Caminhos da Neve, haverá aumento no fluxo BR 282 x SC 430, sendo necessário preparar o caminho com infraestrutura turística. Os problemas evidenciados no mapa (6), especialmente de sinalização com foco na orientação do destino “Serra Catarinense”, precisam ser solucionados. Além disto, pela beleza cênica do caminho, os 4 mirantes apontados precisam ser estruturados, possibilitando tornar a estrada contemplativa e atraente.

6.1.5 Utilizar um padrão e inserir produtos cartográficos de qualidade no material promocional

Sugere-se criar elementos pautados na iconografia local, que representem a identidade local, para serem adotados pelos materiais promocionais. Além disto, é proposta a utilização de produtos cartográficos de qualidade, com bases e escala adequada, constando legendas, norte e coordenadas geográficas. É imprescindível o uso de simbologia temática para a utilização dos turistas.

É preciso atualizar os *sites* promocionais, considerando que as informações são incompletas. Para tanto, demanda-se o compartilhamento do inventário turístico.

6.1.6 Aproximação poder público e empreendedores

Há necessidade de se pensar em estratégias de aproximação público-privado, já que este é um ponto de estrangulamento da atividade, tanto na implementação dos planejamentos (estabelecimento de parcerias) como relacionado à oferta de atrativos com infraestrutura de qualidade (considerando a maioria serem privados).

Para isto, a primeira sugestão é fortalecer o COMTUR, revisando as organizações que o integram, buscando inserir as entidades representativas com relação à atividade turística, comunidade, meio ambiente, cultura e infraestrutura urbana, tanto as privadas, como as públicas e sociedade civil organizada. É através do conselho que se oportunizam as discussões coletivas.

É necessário tornar os encontros do COMTUR mais frequentes e promover reuniões itinerantes entre os equipamentos. Além da aproximação dos membros do conselho com os empreendedores, é também uma forma de sensibilizá-los e integrá-los às discussões referentes ao turismo de Urubici.

A segunda sugestão é pensar estratégias para motivar a estruturação dos atrativos (que se encontram em propriedades privadas) e equipamentos e incentivar a implantação de novas estruturas, tanto atrativos (conforme o potencial apresentado) como equipamentos (com destaque a alimentação, que é uma demanda evidente). Uma possibilidade é promover incentivos fiscais. Também é preciso pensar estratégias para direcionar a implantação dos equipamentos próximos aos atrativos e atrativos potenciais, para que sirvam de suporte aos turistas que visitarem os locais.

6.2 CONCLUSÕES

O município de Urubici mostrou grande potencial relacionado à atividade turística, inclusive mostrando-se um dos destinos de destaque no cenário catarinense e também nacional, em função do título de Destino Referência do Segmento Rural (com outros três municípios integrantes da Associação Acolhida na Colônia). Isto demonstra os avanços em prol da interiorização da atividade turística e da diversificação de segmentos que atualmente vêm sendo trabalhados no estado.

Embora sejam notáveis as deficiências existentes no planejamento e na infraestrutura do destino, pelo pouco tempo que a atividade vem sendo desenvolvida (em torno de uma década e meia), não foram observados grandes efeitos negativos, o que demonstra a possibilidade de maior sucesso na execução de um planejamento, visto que os esforços podem ser focados na estruturação do destino e não na reversão de um cenário degradado.

Com relação à dissertação, esta se mostrou um desafio à pesquisadora. Embora já possuísse algumas experiências na área de turismo ao início deste estudo, visto o trabalho profissional que vinha realizando (inclusive com atuação município), a grande expectativa foi a integração da ciência social (mais relacionada a esta experiência trazida pela pesquisadora) com a ciência física (pelas técnicas desenvolvidas para o levantamento de dados).

A aplicação da cartografia e das técnicas de georreferenciamento e fotointerpretação mostraram-se instrumentos de grande valia, por proporcionarem uma visualização mais completa do território do planejamento. É visível que a espacialização das deficiências permite intervenções mais focadas, em consequência, menos esforços, menos recursos e ações mais efetivas.

Além disto, um SIG estruturado e devidamente atualizado proporcionaria monitorar constantemente avanços e deficiências dos planejamentos, facilitando a atualização de diagnósticos, dispensando os contínuos esforços que vem sendo gastos em reelaborações.

O objetivo geral proposto na pesquisa foi atingido, resultando na sistematização dos dados gerando informações que possibilitaram uma visão holística (ausência tão criticada no planejamento) da atividade turística em Urubici, assim como propiciou a análise da infraestrutura territorial e turística e proposição de medidas para o planejamento e melhoria da infraestrutura do turismo.

As questões da pesquisa foram respondidas. Identificaram-se os dados disponíveis no município, sendo os existentes e disponíveis utilizados para gerar as informações. As ferramentas para coletar os dados consistiram nos levantamentos por GPS e fotográfico (com aplicação de fotointerpretação), entrevistas e participação em eventos. Os dados foram estruturados e sistematizados especialmente com base nos produtos cartográficos gerados.

Com base nas informações geradas, fica evidente que a atividade turística em Urubici iniciou sem um planejamento prévio. O turismo foi motivado e continua focado nos atrativos naturais. Os

elementos paisagísticos, alguns deles singulares, conforme apontaram alguns estudos e planos realizados (cita-se o Acorde São Joaquim), são os principais motivadores do deslocamento dos turistas até o destino.

Considerando o primeiro objetivo específico desta pesquisa, que consistiu na caracterização do município em relação ao potencial da paisagem, observou-se que os elementos paisagísticos motivadores da atividade turística, são compostos pelo relevo, destacado pelos cânions - do Campo dos Padres e do Parque Nacional, a hidrografia - pelas diversas cachoeiras, rios e nascentes - e pela vegetação - destacada especialmente pela araucária, elementos que integram a iconografia do território da Serra. Há também influência da principal atividade econômica do município na composição da paisagem, que é a agricultura familiar, a qual vem sendo destaque na atratividade. Entretanto a paisagem de Urubici apresenta elementos que ainda são desconsiderados, como a influência antrópica sobre a ela, destacadas nas formas de ocupação e arquitetura, especialmente das diversificadas etnias responsáveis pela colonização do local (casarões, moinhos, igrejas etc.).

Ressalta-se que o clima compõe a paisagem na atratividade. As temperaturas baixas sempre foram responsáveis pela atração de visitantes. O desenvolvimento do turismo nos municípios da região (especialmente São Joaquim pela publicidade das baixas temperaturas) e Lages pelo pioneirismo no turismo rural, auxiliaram na alavancagem da atividade em Urubici. Em consequência, foram surgindo no município equipamentos de hospedagem, especialmente com apelo ao turismo rural - em função da vocação econômica estar diretamente relacionada à agricultura - e ao turismo relacionado à natureza - consequência dos destacados elementos paisagísticos.

Em relação ao segundo objetivo - que consistiu em espacializar atrativos e infraestruturas visando o potencial turístico -, observou-se que os atrativos, tanto os já consolidados como os em potencial, estão especialmente concentrados nos espaços rurais (conforme já mencionado), com destaque as comunidades que se estendem ao entorno da SC 439. O Morro da Igreja (composto pelo conjunto paisagístico, tendo como principal elemento a Pedra Furada) é o principal, consistindo no indutor de turistas ao município e região.

A concentração de visitas é exclusividade dos atrativos naturais, sendo que a parcela majoritária deles concentra-se em propriedades privadas, agravando os problemas relacionados à baixa infraestrutura geral (infraestrutura, segurança e informação), em função

da ausência de investimentos dos proprietários. Nenhum dos atrativos apresentou infraestrutura suficiente e adequada para a recepção dos turistas.

Pela característica dos atrativos, há uma forte sazonalidade turística, concentrando o fluxo no período de inverno. Não há opções para dias chuvosos. Além disto, não existe nenhum atrativo com infraestrutura de acessibilidade para portadores de deficiências. Com relação à sazonalidade, embora existam opções suficientes para a prática de atividades relacionadas à natureza para o período de verão, não há estratégia de publicidade e promoção para a atração de turistas.

Há uma gama de potenciais histórico-culturais (tanto materiais como imateriais) que não vêm sendo trabalhados. São evidentes as possibilidades que existem para trabalhar o turismo com um foco mais científico, como geologia e geomorfologia, pela característica da formação do relevo do território; na arqueologia, visto a quantidade de sítios arqueológicos existentes, além de atividades relacionadas à fauna e flora, já que parte do território municipal integra o Parque Nacional São Joaquim e também o Campo dos Padres, este último em processo de articulação para regulamentação de Parque.

Um dos grandes problemas relacionados ao destino é a concentração dos atrativos em áreas naturais e a ausência de um estudo de capacidade de carga para o município. Este problema é agravado pela inexistência de um plano de manejo do Parque Nacional São Joaquim, que segundo informações, ainda encontra-se em fase de elaboração. O Parque por ser o grande indutor, atraindo turistas para o município e região, é também responsável pela massificação, principalmente visitantes (excursionistas) nos dias frios, intensificando com previsões de neve.

Referente aos acessos, existem alguns problemas de infraestrutura. Embora a SC 439 – que leva aos principais atrativos do município - esteja em processo de pavimentação, alguns atrativos do meio rural possuem estradas não pavimentadas, ficando mais problemáticas em períodos de chuvas. Há agravantes em relação a alguns equipamentos, especialmente os localizados na área sul do município, apresentam mais deficiências de infraestrutura.

Embora tenha sido implantada recentemente a sinalização turística, há algumas deficiências, sendo o maior agravante a orientação do turista estrangeiro. Embora a central de informações possua profissionais bilíngues, não há placas de indicação em outros idiomas, assim como o material promocional está apenas em português.

Referente ao terceiro objetivo, que consistiu em analisar o processo de planejamento turístico territorial com vistas a identificar o seu potencial no município e região, constatou-se que existem diversos planos elaborados para a região turística, alguns deles com objetos muito semelhantes. Todos envolveram estudos, o que deixa evidente uma das questões que se coloca como entrave ao planejamento (destacado no item 2.1.3 da revisão de literatura, citado por Haddad), que é a concentração de esforços na realização do diagnóstico, deixando a desejar no processo de implantação de ações e monitoramento.

Fica evidente que o grande problema não se refere à falta da elaboração dos planos, mas a execução deles. Não foram visualizadas significativas ações implementadas dos documentos orientadores existentes. Por serem elaborados por organizações exógenas, não há um acompanhamento da execução, desta forma, constatando que as estratégias de ações propostas são ineficientes.

Antes de adentrar aos planos, é necessário ser ressaltado - embora a análise da pesquisadora tenha sido focada na infraestrutura - é a existência de conflitos internos entre os atores do destino. Nos eventos em que a pesquisadora participou, foram visíveis as divergências de interesses dos empreendedores e a concorrência interna entre eles, fato que considera a base para ser trabalhada, antes de se pensar qualquer ação de planejamento.

Os conflitos não são apenas entre os empreendedores, mas também deles com o poder público. Não há uma definição de responsabilidades e papéis para a execução das ações que estão propostas nos planos elaborados, o que dificulta a efetivação destes. Estes conflitos se estendem também a nível regional, visto a concorrência que existe entre municípios, especialmente os mais consolidados na atividade turística dentro da Região Serrana, conforme relatado no item 5.1.3.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo, verificou-se um elevado número de ações propostas, 89%, foram sinalizadas com alta priorização. Na análise ficou evidente a possibilidade de integrá-las, condensando o plano em números menores de ações, facilitando a implementação. Além disto, verifica-se que há duplicidade nos planos, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Regional foi realizado paralelamente ao Plano de Marketing (ambos realizadas pelos órgãos oficiais do turismo do estado em parceria - SANTUR e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte) e a

elaboração de um plano de marketing é elencada com alta prioridade no Plano de Desenvolvimento Regional.

Ressalta-se que o plano estratégico (em fase inicial) que vem sendo elaborado no município é uma iniciativa positiva, ele está ocorrendo de forma participativa, mas é uma ação motivada e coordenada pela iniciativa pública exógena. Como os conflitos identificados entre os atores sociais foram inúmeros e há uma evidente distorção de papéis e responsabilidades, o fato deste plano estar sendo elaborado fora do município pode não surtir efeitos da resolução destes impasses. Entretanto, ainda é precoce qualquer julgamento neste sentido. Além disto, o fato dele estar sendo elaborado pela organização estadual, demonstra ineficiência dos planos regionais elaborados, que deveriam ser orientadores dos planos municipais, ou incapacidade endógena do destino em promover esta ação.

Há esforços dos planos elaborados em adequarem-se as políticas públicas, tanto federais quanto estaduais, especialmente ao Macroprograma de Regionalização do Turismo, mas os municípios integrantes da região (referindo-se ao panorama observado em Urubici) vêm despertando para esta política recentemente. Foi difícil avaliar se esta atitude é um processo que se deu devido à percepção da importância desta política ou por influências das ações exógenas (supramencionadas). Ressalta-se que atualmente a liberação de recursos públicos estaduais para investimentos no turismo está diretamente vinculado às políticas públicas, sendo que os projetos (mesmo municipais) devem obrigatoriamente passar por aprovação das Instâncias de Governança Regionais (no caso da região, pela CONSERRA).

As ações de aproximação percebidas, além da organização como Instância de Governança Regional CONSERRA, foram os projetos conjuntos de roteirização e as ações de planejamento citadas (também exógenos). Mas o que deixa evidente que os municípios da região vêm se afinando gradativamente são os discursos tanto do poder público como do *trade* turístico, identificados nas entrevistas e na participação nos eventos (embora os conflitos entre alguns municípios ainda existam e sejam evidentes).

É perceptível o potencial regional e inclusive extra-regional para estruturação de roteiros turísticos integrados, especialmente com foco na cultura (etnias e arqueologia) e recursos paisagístico. Há um potencial não considerado pelos planos regionais, que consiste na possível estruturação das rodovias de acesso a região em “caminhos

contemplativos”, vistos os recursos paisagísticos ao longo do trajeto, (especialmente na BR 282, trajeto Florianópolis a Urubici).

Respondendo ao quarto e último objetivo, “levantar a situação das informações que subsidiam a tomada de decisão para ações relacionadas ao turismo de Urubici”, ficou evidente a ausência de visão holística no território. As ações municipais são bastante pontuais e fragmentadas, na busca em resolver problemas imediatistas e focados no “atendimento da demanda turística”, e não nas condições e necessidades físicas, sociais e econômicas do território. Mesmo nos planos verticais (exógenos), os diagnósticos realizados são baseados em informações limitadas à atividade turística. Elementos de ordenamento territorial, como por exemplo, os cartográficos, são minimamente utilizados (geralmente com exclusiva finalidade de ilustrar) e a análise da infraestrutura e da paisagem é bastante genérica.

Ressalta-se que não são apenas os problemas de baixa infraestrutura nos atrativos que atrapalham e influenciam a atividade turística, mas a infraestrutura geral do município e externa também. Com base na análise dos estudos e pesquisas, há deficiências estruturais relacionadas aos acessos, meios de transporte, saneamento, questões sociais e culturais entre outros, que não são consideradas nos planos.

A ausência da percepção holística é decorrência, principalmente, da falta de integração e cruzamento de dados e informações, tanto municipal quanto regionais. Não há um SIG, nem na gestão pública de Urubici (embora esteja previsto no Plano Diretor), assim como não há na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. O compartilhamento das informações mostrou-se outro agravante, por haver (no contexto geral da gestão municipal) desconhecimento dos planos, legislações e demais documentos elaborados com foco no turismo e no seu planejamento.

Ainda referente à disponibilidade de informações, percebeu-se uma desordem na organização dos documentos que embasariam a tomada de decisão. Não há um arquivo catalogado para armazenamento destes na Secretaria de Municipal Indústria, Comércio e Turismo. O fato de documentos nem chegarem até o departamento é outro agravante. As devolutivas dos planos elaborados são morosas e diversas vezes entregues a atores que não repassam os mesmos para o setor público. Esta consistiu em uma das dificuldades encontradas pela pesquisadora com relação à disponibilidade de dados.

Com relação às legislações, além de desconhecidas, algumas não vêm sendo executadas, como é o exemplo do Fundo Municipal de

Turismo, que prevê a destinação de recursos para serem aplicados na atividade turística.

Também relacionado à informação, ressalta-se que os materiais promocionais são deficitários, apresentando problemas de informações, especialmente a espacialização dos atrativos. Os mapas que são utilizados são deficitários, dificultando a localização dos atrativos pelos turistas.

Tendo respondido a todos os objetivos propostos na pesquisa, sendo também apresentadas algumas sugestões que podem auxiliar no planejamento e na melhoria da infraestrutura turística de Urubici, conclui-se esta dissertação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Éricka. **O planejamento turístico nas cidades de pequeno e médio porte do estado da Bahia- Brasil**. In.: TURyDES- Revista de Investigación em Turismo y Desarrollo Local, Vol 2, Nº 6, novembro de 2009.

ANDRADE, José V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 2ª ed. São Paulo : Ática, 1995.

ANDRADE , J. B. de. **Fotogrametria**. Curitiba: SBEE, 2003.

ANSARAH, Marília. G. dos Reis. **Teoria Geral do Turismo**. In.: ANSARAH, Marília (org.). Turismo: Como ensinar. São Paulo: Senac, 2000).

_____. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 2002.

ASKASIBAR, Miren. **La evolución y la idealización del paisaje vasco**. in.: Geografía Simbólica: Cultura de Los Espacios, 1999.

ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO ACOLHIDA NA COLÔNIA. Disponível em <<http://acolhida.com.br>>. Acesso em 12 de março de 2011.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. Disponível em <<http://www.apremavi.org.br>>. Acesso em 12 de agosto de 2011.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. 2ª ed. São Paulo : Papirus, 2001.

_____. **Planejamento e organização em turismo**. 9. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

_____. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** 18ª ed. Campinas : Papirus, 2009.

BECKER, Bertha. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil.** In.: Yázigi, Eduardo et. al. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. Ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 5ª ed. São Paulo : SENAC, 1997.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BITTENCOURT, Thiago Faquim; ELIAS, Adão Robson. **O geoprocessamento no turismo: estudo de caso sobre a implantação do turismo popular nas margens do Rio Tietê, estado de São Paulo.** In. II Fórum Ambiental da Alta Paulista. 25 a 18 de outubro de 2006. Disponível em [http:// http://www.amigosdanatureza.org.br](http://www.amigosdanatureza.org.br). Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

BOISER, Sérgio. **Desenvolvimento regional e urbano:** diferenciais de produtividade e salários industriais. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1989.

BOYER, Marc. **História do Turismo.** [trad.] Viviane Ribeiro. Bauru : EDUSC, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial.** Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Brasília: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo:** uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.

_____. **Segmentação do Turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007b.

_____. **Destino referência em segmentos turísticos.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

_____. **Índice de competitividade do turismo nacional: Urubici** – 2010. Brasília: Ministério do Turismo/Fundação Getúlio Vargas, 2010b.

_____. Instância de Governança. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologias de Planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: Incra, 1998.

BUENO, Ayrton Portilho. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina : a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. São Paulo, 2006. 374 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

BUENO, Liane da Silva. A geoinformação na elaboração de projetos para o ecoturismo. In.: QUEVEDO, Mariana (Org.). Turismo na era do conhecimento. Florianópolis, Pandion, 2007.

BULLÓN, Roberto C. Planejamento do Espaço Turístico. Bauru, Edusc, 2002.

BURATTO, Luciano G et. al. Urubici e suas belezas naturais: uma história na Serra Catarinense. Urubici, 2010.

BURSZTYN, Ivan. Políticas públicas de turismo visando a inclusão social. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programas de Pós-Graduação de Engenharia.

CALDAS, Adriano de M. Santa Catarina Turismo S. A. Roteiro Serra Mar. Florianópolis: Índice Consultoria, Planejamento e Gestão de Turismo Ltda, 2007.

CALLADO, Ricardo. Utilização do geoprocessamento para determinação de unidades ecodinâmicas: subsídios ao planejamento ambiental. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

CAMACARO, Leriz; MOLINA, Nixon. **Interpretación de fotografías aéreas em la planificación física-territorial del espacio turístico.** In.: Revista Turismo em Análise. V. 10, n. , novembro de 1999, p. 78-97.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA. Sistema de Informações Geográficas Disponível em <<http://sigmdl.cm-mirandela.pt>>. Acesso em 23 de janeiro de 2011.

CAMPOS, Marcelo Tavares de Souza. **Utilização de técnicas do geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema-SC, identificando zonas especiais de interesse turístico.** 158 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, Diogo da Silva. **Território e ordenamento territorial: notas.** In: **Revista Território Geográfico Online.** Ano 04 - Nº 13 - Setembro de 2009. ISSN1809-661. Disponível em <<http://www.territoriogeograficoonline.com.br>>. Acesso em 28 de janeiro de 2011.

CAZELLA, Ademir A. et. al. **Trajectoria do desenvolvimento: revisitando o passado para repensar o futuro.** In: 46th *Congress, July 20-23, 2008*, Rio Branco, Acre, Brasil.

CEBRIÁN ABELLÁN, A. et al: **La actividad turística patrimonial en la organización del territorio.** In.: CEBRIÁN ABELLÁN, A. (Coord.) Turismo cultural y desarrollo sostenible. Análisis de áreas patrimoniales. Universidad de Murcia, 2001.

CLARINO, Eduardo dos Santos. **Ordenamento territorial e questões escalares no planejamento do turismo: algumas reflexões acerca do PNT.** In.: Revista Multidisciplinar da UNIESP. Saber Acadêmico - n ° 05 - jun. 2008/ ISSN 1980-5950.

CONVENTION E VISITOURS BUREAU SERRA CATARINENSE. Disponível em <<http://www.serracatarinense.com>>. Acesso em 12 de março de 2011.

COSTA, Heloisa S. M. **A trajetória da temática ambiental no**

planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: Planejamento urbano no Brasil. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

CORRÊA, Renata da Silva. **Uma reflexão sobre o processo de turismo e suas implicações socioespaciais no município de Angra dos Reis – RJ.** Disponível em <<http://w3.ufsm.br>>. Acesso 13 de abril de 2011.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo.** 2ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo : Futura, 1999.

ESPAÑA. MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE Y MEDIO RURAL Y MARINO DA ESPAÑA. **Desarrollo Territorial.** Disponível em <<http://www.mma.es>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2011

ERISMAN, H. M. **Turismo y dependência cultural em lãs Antilhas.** In.: ARRONES, Francisco J. Los mitos del turismo. Madrid: Endymion, 1992.

FERREIRA, Larissa da Silva. **Organização das políticas públicas de turismo no Brasil:** Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br>>. Acesso em 12 de junho de 2010.

FIGUEIREDO, S.L. & MANHI, C.A, **Análise Comparativa de Paisagem em Turismo:Sistema de Referência.** In.: RUSCHMANN, D. e SOLHA, K.T. Planejamento Turístico. Barueri: Manole, 2006.

FOGAÇA, Isabela de F. **Gestão de destinos turísticos:** Um ensaio à discussão dos papéis do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para um turismo consistente. In.: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR), Universidade de Caxias do Sul, 2008. Disponível em <<http://www.uces.br>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2011

FORMAN, Richard. **Mosaico territorial para La Region Metropolitana de Barcelona.** Espanha, GG, 2004.

FRACASSI, Priscila Carrar; FRANCISCO, José. **Planejamento territorial:** o espaço único como característica ambiental alavancadora do turismo em pequenas cidades. Disponível em <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br>>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

FRATUCCI, Aguinaldo César. **Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos:** perspectivas para as redes regionais de turismo. In.: Revista: Turismo em Análise, v. 20, n. 3, dezembro de 2009.

GALLUR, Constantino Martínez. **Las condiciones naturales.** In.: SELMA, Miguel Á. E et. al. Los recursos naturales de la región de Murcia: um análisis interdisciplinar. Universidade de Murcia, 2003.

GALVÃO, Fernando. **Direito penal.** Curso completo. Parte geral. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMÉNEZ, Joseph-Francesc Valls. **Gestão integrada de destinos turísticos sustentáveis.** [trad.] Cristiano VASQUES e Liana WAGH. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOELDNER, Charles R. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. [trad.] Roberto C. Costa. 8. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais :** o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Florianópolis, SC, 2010. 291 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

HADDAD, Paulo Roberto. **Participação, justiça social e planejamento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos.** São Paulo: Editora Contexto, 2001.

HAUZMAN, Dina. **O planejamento da paisagem e do ambiente em locais turísticos**. In.:SANTIAGO, Alina G. Tendências contemporâneas da paisagem. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2001.

HOUGH, Michel. **Naturaleza y Ciudad**. G.G. 1995.

IGNARRA, Luiz Fernando. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). Disponível em <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em 25 de novembro de 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em <<http://iphan.gov.br>>. Acesso em 15 de abril de 2011.

INSTITUTO SERRANO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. <<http://www.institutoserrano.org.br>>. Acesso em 12 de março de 2011.

ISRAEL, Celito José; **Aspectos da organização agrária e da produção familiar no município de Urubici : o caso das hortaliças**. 1991. 189f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1998.

JOLY, Fernando. **A Cartografia**. 8. ed. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 2005.

JÚNIOR, José C. U; AMORIM, Margarete C. C. T. **Planejamento da paisagem e indicadores ambientais na cidade de Jales-SP**. In.: Revista Formação, n^o14 volume 2 – p. 80-103, 2007.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Estética y estilo em el turismo pos-moderno: caso região serrana de Santa Catarina (Brasil)**. In.: Estudos e Perspectivas em Turismo, vol. 18, nº1, março de 2009, p. 1-20.

LOCH, Carlos. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. **Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e Urbano**. Florianópolis : UFSC, 2005.

_____. **A Interpretação de Imagens Aéreas: Noções Básicas e Algumas Aplicações nos Campos Profissionais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

LOHMANN, Martin. **Complexos Turísticos de Praia e Mudanças Climáticas**. In.: A. LOCKWOOD, A; MEDLIK, S. [trad.] Eliana Keelink e John Keeling. Turismo e Hospitalidade do século XXI. Barueri, SP : Manole, 2003.

LOPES, Luiz Henrique Antunes; LOPES, Eleodoro Antunes. **Mapas temáticos**. Expressão gráfica para análise de resultados de pesquisas envolvendo espaço e tempo. In: GRAPHICA, Curitiba, 2007.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo : Roca, 2002.

MAPA DO RELEVO DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.paulotempo.blogspot.com>. Acesso em 12 de maio de 2011.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 1999.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Luís Saldanha. **Território, ordenamento e turismo – entre excessos da construção e os valores da conservação**. Inforgeo, 2007. Disponível em <[http:// www.apgeo.pt](http://www.apgeo.pt)>. Acesso em 12 de março de 2011.

MEDAGLIA, Juliana e SILVEIRA, Carlos Eduardo. **O papel histórico do turismo de massa na consolidação da União Européia e suas relações com a Política Nacional de Turismo no Brasil.** mai-ago de 2010, In.: Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica, Vol. 12, pp. 159-171. n° 2. Disponível em <[HTTP://www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. **Sistema de Informação Geográfica (sig) como ferramenta de apoio à gestão pública: caso do município de Caucaia-CE.** Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2008.

MESPLIER, Alain; BLOC-DURAFFOUR, Pierre. **Geografía del turismo en el Mundo.** Madrid: Síntesis: 2000.

MOLINA, Sérgio. **Fundamentos del turismo.** 3ª ed. Mexico: Centro de Emprendimento e Innovacións, 2005.

MOLINA , Sergio; RODRÍGUEZ A., Sergio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MONTEJANO, Jordi M. **Estrutura do Mercado Turístico.** [trad.] FAVANO, Andréa. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

MONTEIRO, C. A. **Geossistema:** a história de uma procura. São Paulo. Contexto, 2001.

NARANJO, Florencio Zoido. **El Convenio Europeo del Paisaje.** In.: BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert (coord.). Gestión del paisaje: Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Ariel, 2009.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano:** um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP). 2ª Ed. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento:**

Planejamento e Organização. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. **A cartografia aplicada ao planejamento do turismo**. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 25, n 1-2, p. 29-46, jan/dez, 2005.

_____. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Viadeiros (GO)**. (TESE). Departamento de Geografia. Geografia Humana. Universidade do Estado de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, José Antônio P. de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <<http://www.Scielo.org>>. Acesso em 15 de junho de 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo : Roca, 1998.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookamn, 2003.

PÉREZ, Linarejos C., ÉCHANIZ, Ignacio E. **El Paisaje**. De La percepción a la gestión. Madrid: Liteam Ediciones, 2009.

PIRES, Paulo dos Santos. **A paisagem rural como recurso turístico**. In.: RODRIGUES, Adyr. B. (org). Turismo rural. São Paulo: Contexto, 2001a.

PIRES, Paulo dos Santos. **Caracterização e análise visual da paisagem rural com enfoque turístico** – uma contribuição metodológica. In.: Turismo Visão e Ação – ano 4, nº 8, p. 83-97, abrik/set, 2001b.

PORTAL DE URUBICI. Disponível em <<http://www.portaldeurubici.com.br>>. Acesso em 12 de março de 2011.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO. **Carta Europeia do**

Ordenamento do território. Lisboa: Secretaria de Estado da Administração Local e do Odernamento do Território, 1988.

POUSERRA – ASSOCIAÇÃO DO TRADE TURÍSTICO DE URUBICI. Disponível em <<http://www.pouserra.com.br>>. Acesso em 12 de março de 2011.

PUJADAS; Romás; FONT, Jaume. **Ordenación y planificación territorial.** Madrid: Síntesis, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECH, Cláudia Maria Correia Borges.. **Avaliação do potencial turístico no espaço rural do município de Camboriú-SC:** uma abordagem para o planejamento turístico local sob a ótica do cadastro técnico multifinalitário e análise da paisagem. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Florianópolis, 2009.

RECH, Cláudia Maria Correia Borges et. al.. **Orientações para elaborar um mapa temático turístico.** Disponível em <<http://www2.ifes.com.br>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.

RICHARDOSN, Roberto Jarry. **Pesquisa social.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável:** A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e planejamento sustentável:** A proteção do meio ambiente. 5. ed. Campinas: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, Doris. V. M.; BORDINI, Caroline V. **O uso dos planos de desenvolvimento turístico na microrregião dos Campos de Lages (SC).** In: RUSCHMANN, Doris SOLHA, Karina T. Planejamento Turístico. Barueri: Manole, 2006.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour:** uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. Revista Brasileira de História.

São Paulo, v. 22, n. 44, PP 289-310, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 de junho de 2010.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. 2005. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte. **Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo do Estado de Santa Catarina**: Serra Catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2010a.

_____. **Governo do Estado lança oficialmente o projeto Acorde São Joaquim**. Disponível em <[HTTP://www.sol.sc.gov.br](http://www.sol.sc.gov.br)> Acesso em 20 de março de 2011b.

_____. Santa Catarina Turismo. Disponível em <<http://www.santur.sc.gov.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2010c.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Disponível em <<http://www.spg.sc.gov.br>>. Acesso em 12 de julho de 2011a.

_____. Disponível em <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2010b.

SANTOS, Marcio Pereira. **O espaço humanizado, a paisagem humanizada e algumas reflexões sobre a paisagem em São Paulo no século XVIII e XIX**. 2006, 192 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SARAIVA, António M. de Paula. **Princípios de Arquitectura**

paisagista e de ordenamento do território. Lisboa: João Azevedo Editor 2005.

SCHAEFER, Alexandre G. **Aplicação de produtos fotogramétricos e do sensor laser scanner em projetos rodoviários – estudo de caso:** trecho da SC-414. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004

SILVEIRA, Marcos Aurélio T. Turismo, **Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um Foco no Estado do Paraná no Contexto Regional.** Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>>. Acesso em 13 de abril de 2011.

SONAGLIO, Kerlei E.; BUENO, Liane da S. **Zonificación, ocupación y uso del suelo por meio del SIG:** una herramienta em La planificación sustentable del turismo. Estudios y Perspectivas em Turismo, vol. 18, n. 4, p. 381-399, -399, 2009.

SOUZA, Ângela M. **Turismo na Serra Catarinense:** um exercício de observação sobre a população do município de Urubici. Turismo – Visão e Ação, vol. 7, n. 2, p. 387-398, maio/ago, 2005.

SOUZA, Paulo Rocha; FERNANDES, Sílvia Brito. **Aplicação dos sistemas de informação geográfica no turismo.** In. Finisterra, XLII, 84, 2007, pp. 105-118. Disponível em <<http://www.ceg.ul.pt>> . Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

SOUZA, Bianca de. Aspectos fitogeográficos do Parque Nacional de São Joaquim. Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SPERB, Matias Poli ; SELEME, A. ; MOUTINHO, M. . **Exploração Econômica de Recursos Ambientais: identificando padrões sistêmicos a partir do caso da Ilha do Mel - PR.** Eisforia (UFSC), v. 5, p. 216-236, 2008.

SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de granito:** a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, 1995.

STACKE, Ariani Raquel N. P. **A transferência de conhecimento e empresas aglomeradas territorialmente como fonte de competitividade, Urubici- SC.** (Dissertação) Programa de Mestrado Acadêmico. Curso de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú, 2008.

SUERTEGARAY. Dirce M.A. Cadernos Geográfico: Notas sobre epistemologia da Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Geociências. N. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

TAMANINI, Elizabete et. al. **Desertos verdes e azuis: grandes empreendimentos (UHE e Pínus) e as práticas de resistência da sociedade civil na Serra Catarinense.** In.: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007. ISSN1982-4602.

TEIXEIRA, Wilson. LINSKER, Roberto. **Parques nacionais sul: cânions e cataratas.** São Paulo: Terra Virgem, 2010.

ULLER, Adriana Salviato. **Cartografia turística: uma leitura dos mapas temáticos de uso do turista em Ponta Grossa – PR.** Doutorado (tese). Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

URUBICI. Lei Complementar do Plano Diretor Nº 1400/2009.

_____. Disponível em <<http://www.urubici-sc.com.br>>. Acesso em 12 de julho de 2011a.

_____. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Mapa Turístico de Urubici, 2011b.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países.** Rio de Janeiro: Senac, 2008.

VRIES, Pieter J. de. **Los efectos del turismo sobre los sistemas agrários marginales: el caso de lãs Antillas**. In.: ARRONES, Francisco J. Los mitos del turismo. Madrid: Endymion, 1992.

WALKOWSKI, Marinês da Conceição. **O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner-SC**. Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

WILSON, T. F. **Brasil: planejamento estratégico desenvolvimento local regional**. In.: Revista Vinculado: 2010. Disponível em <<http://vinculado.org>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2011.

XAVIER, Sérgio H. V. **Turismo escolar: uma forma de viajar na Educação**. Revista de Estudos Turísticos, n. 19, 2006. Disponível em <<http://www.etur.com.br>>. Acesso em 12 de julho de 2011.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo: uma esperança condicional. 2. Ed. São Paulo: Global, 1999.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento territorial endógeno: conceitos, dimensões e estratégias**. In.: Zapata et. al. Desenvolvimento Territorial a distância. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007.

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA EQUIPE DA SECRETARIA DE TURISMO DE URUBICI E PRESIDENTE COMTUR

Roteiro de entrevista com os membros da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici e Presidente COMTUR

A - DADOS CADASTRAIS

<i>Data da aplicação do questionário:</i>			
<i>Nome do responsável pelas informações:</i>			
<i>Departamento:</i>		<i>Cargo:</i>	
<i>Endereço:</i>		<i>Bairro:</i>	
<i>CEP:</i>	<i>Cidade:</i>		<i>UF:</i>
<i>Fone:</i>	<i>Fax:</i>	<i>e-mail:</i>	
<i>Web site:</i>			
<i>Escolaridade:</i>			

B - PARTICIPAÇÃO NA SECRETARIA

- Há quanto tempo atua nesta organização ? _____
- É a primeira gestão que integra a equipe (ou diretoria)?
() sim () não
- Já ocupou outros cargos? () sim () Não Qual (is) _____
- Qual são suas funções dentro na organização?

C- TURISMO DE URUBICI

- Na sua opinião, quais são os principais atrativos turísticos do município de Urubici (por ordem de importância)?
- Como considera a infra-estrutura destes equipamentos (acesso, sinalização, segurança, informação, estacionamentos etc.);
- Existem atrativos potenciais que não estão estruturados para receber

turistas, que poderiam integrar roteiros turísticos?

8 – Quais os segmentos turísticos vêm sendo desenvolvidos no município de Urubici? Como foram definidos os segmentos?

9 - Quais os setores ou áreas que necessitam de investimento para um melhor desenvolvimento da atividade turística de Urubici, especialmente relacionado a infra-estrutura?

D – EFICIÊNCIA DO DESTINO

10- Sabe quais foram os pontos de maior deficiência apontados pela Pesquisa de Competitividade Turística realizada pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Ministério do Turismo?

11- Pode citar os avanços do município na atividade turísticas nos últimos 3 anos (desde que se tornou Destino Referência)?

12 – Existe um sistema de indicadores e monitoramento da qualidade da atividade turística no município?

F – PLANEJAMENTO DO TURISMO

13 – Existe algum planejamento da atividade turística do município ou Região Turística da qual o município participa (Serra Catarinense), com estratégias definidas, relacionado à estruturação da atividade turística?

14 – Quais as informações (planos, projetos, pesquisas etc.) que subsidiam o planejamento e a tomada de decisão desta organização?

15 - Existe algum planejamento estratégico do município de Urubici?

16 – O plano diretor é considerado nas ações de cunho turístico desta secretaria? Pode descrever?

17 – Como é feita a sistematização/cruzamento das informações em relação ao turismo e a estruturação urbana do município (ações, projetos, planos)?

18 – Como é a relação desta organização com as demais da estrutura administrativa?

19 – Quais são os projetos de estruturação do destino que estão em andamento?

E – ENQUADRAMENTO DAS AÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS

20 – Quais ações o município vem implantando segundo as políticas públicas estaduais e federais?

21 – Como é a participação do município na região Turística da qual integra (Serra Catarinense)?

22 – Como é a relação de Urubici, do ponto de vista turístico, com os municípios vizinhos?

23 - Sugestões/ Comentários.

APÊNDICE B – EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM

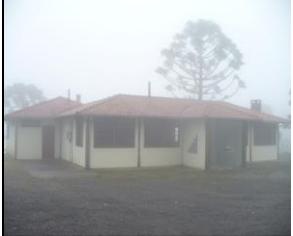
<p>1- Pousada Arcanjo Rafael</p>  <p>Fonte: autora, 2011.</p>	<p>2 - Pousada Casa da Serra</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>3- Pousada Beija-Flor</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>
<p>4 - Pousada Girassol</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>5 - Pousada Professor Verto</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>6- Pousada Beira Rio</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>
<p>67- Pousada Café e Mel</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>8 - Pousada Café no Bule</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>9- Pousada das Flores</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>
<p>10 - Pousada Aconchego da Serra</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>11 - Pousada Vó Natália</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>	<p>12 - Pousada Célia</p>  <p>Fonte: autora, 2011</p>

13 - Pousada Coqueiro	14 - Pousada Invernada	15 - Pousada Pica-Pau
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011
16- Pousada Alto da Colina	17 - Pousada Gab & Lu	18- Pousada Arco-Iris
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011
19 - Hotel Fazenda Eco do Avencal - Resort Ecológico	20 - Pousada e Albergue Rio Canoas	21 - Fazenda Cambuim Cabanas
		
Fonte: www.resortecodoavencal.com.br	Fonte: ecoviagem.com.br	Fonte: www.cambuim.com.br
22 - Fazenda Fogo Eterno	23 - Fazenda Pedra Preta Chalés;	24 - Pousada Villa da Montanha
		
Fonte: www.fazendafogoeterno.com.br	Fonte: pousadapedrapreta.com.br	Fonte: autora, 2011

25 - Pousada Rio dos Bugres	26 – Pousada e Camping Nossa Senhora das Graças	27 - Pousada Serra Bela
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011
28 - Pousada Araucária	29 - Pousada Nó de Pinho	30 - Pousada Kiririete
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011
31 - Pousada Cantinho da Serra	32 – Pousada Serra do Panelão	33 - Pousada Vale dos Rios
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: ecoviagem.uol.com.br
34 - Pousada Vale da Neblina	35 - Urubici Park Hotel	36 - Pousada Vêu de Noiva
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011	Fonte: autora, 2011

37- Pousada Beckhauser – Acolhida na Colônia	38 - Pousada A Taberna	39- Pousada Sítio Sete Quedas
		
Fonte: autora, 2011	Fonte: http://www.urubici.net	Fonte: autora, 2011
40 - Pousada Arroio da Serra	41 - Pousada Arroio da Barra	42 - Pousada Urubici
		
Fonte: Caroline Valente, 2010	Fonte: www.urubici.com.br	Fonte: autora, 2011
43 - Pousada Encanto da Natureza – Acolhida na Colônia		
		
Fonte: autora, 2011		

APÊNDICE C – EQUIPAMENTOS DE ALIMENTAÇÃO

1 - Restaurante Vale da Neblina	2 - Vinhos Celestino – Acolhida na Colônia	3 - Restaurante Urubici Park Hotel
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2010
4 - Churrascaria Tradição	5 - Restaurante Zeca's Bar	6 - Pizzaria Cor da Fruta
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011
7 - Café Canto do Sabiá	8 - Super Lanches	9 - Restaurante Estrela da Serra
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011

10 - Restaurante Átrio	11 - Produtos Coloniais Beckhauser	12 - Restaurante Vêu de Noiva
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011
13 - Produtos Coloniais Lenha no Fogo – Acolhida na Colônia	14 – Café Sabor da Roça	15 - Churrascaria Amorim
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011
16 - Restaurante A Taberna	17- Restaurante Sítio Sete Quedas	18 - Restaurante Arroio da Serra
		
Fonte: Autora, 2011	Fonte: Autora, 2011	Fonte: Daniel Franco e Marinês Walkowski, 2009